

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CARLOS AUGUSTO LIRA VAZ DA COSTA

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ENTRE 2001 E 2015

TOLEDO
2020

CARLOS AUGUSTO LIRA VAZ DA COSTA

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ENTRE 2001 E 2015

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) *campus* Toledo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Braga de Almeida-Gabriel.

TOLEDO
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Costa, Carlos Augusto Lira Vaz da
A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015 :
/ Carlos Augusto Lira Vaz da Costa; orientador(a), Flávio
Braga de Almeida Gabriel, 2020.
97 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2020.

1. Distribuição de renda. 2. Renda do Trabalho. 3. Renda
do Não Trabalho. 4. Medidas de Desigualdade. I. Almeida
Gabriel, Flávio Braga de. II. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dissertação intitulada “**A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015**” apresentada por Carlos Augusto Lira Vaz da Costa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Braga de Almeida Gabriel (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Carlos Roberto Ferreira
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, pois ela é a razão pela qual eu existo e sem ela nada do que tenho e sou teria sido possível. Agradeço a meu pai e minha família por terem me ajudado a chegar ao final deste trabalho mesmo tendo passado por tantas tribulações.

Agradeço a meu orientador e amigo Flávio por ter sido o melhor orientador que eu poderia ter tido, serei sempre grato por tudo que pude aprender no período em que trabalhamos juntos.

Agradeço à Mayra e a Frida pelo companheirismo e amor incondicional que fazem com que minha vida valha a pena ser vivida.

Agradeço ao João e a Nica, dois amigos que minha ida à belíssima cidade de Toledo me proporcionou e que levarei para a vida.

Agradeço à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço a todos os professores que tive em minha vida.

A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal mensurar a desigualdade na distribuição de renda das 11 fontes de rendimento da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) entre os anos de 2001 e 2015 através do uso dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram estimados os índices de desigualdade de Gini, de Mehran e de Piesch e analisadas suas respectivas trajetórias e diferenças de magnitude. Também decompôs-se o índice de Gini buscando-se verificar as contribuições de cada parcela da RDPC através dos efeitos composição e efeito concentração. Os resultados indicaram uma redução sem precedentes nos níveis de desigualdade da renda mensurada pelos três índices de desigualdade supracitados que tiveram como principais determinantes: i) a valorização do salário-mínimo; ii) o aumento da formalidade do mercado de trabalho; iii) o aumento da escolaridade média da população, a redução da dispersão educacional e a consequente redução das taxas de retorno remuneratório para os anos de estudo; iv) aumento no acesso às aposentadorias e pensões no valor de até um salário mínimo e; v) aumento da cobertura dos programas de transferência de renda por parte do governo.

Palavras-chave: Distribuição de Renda; Renda Domiciliar *per capita*; Índices de desigualdade;

Income distribution in Brazil between 2001 and 2015

ABSTRACT

This work had as main objective to measure the inequality in the income distribution of the 11 sources of income of Household Income per capita (RDPC) between the years 2001 and 2015 through the use of data from the National Household Sample Survey (PNAD). The Gini, Mehran and Piesch inequality indices were estimated and their respective trajectories and magnitude differences were analyzed. The Gini index was also decomposed in an attempt to verify the contributions of each portion of the DPRK through composition and concentration effects. The results indicated an unprecedented reduction in the levels of income inequality measured by the three aforementioned inequality indices whose main determinants were: i) the appreciation of the minimum wage; ii) the increase in formality in the labor market; iii) the increase in the average schooling of the population, the reduction of educational dispersion and the consequent reduction in the rates of return on earnings for the years of study; iv) increased access to pensions in the amount of up to one minimum wage and; v) increased government coverage of income transfer programs.

Keywords: Income Distribution; Household income per capita; Inequality indices;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de Lorenz.....	46
Figura 2 - Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta.....	48
Figura 3 - Evolução do gasto governamental com benefícios do RGPS emitidos no valor de até um salário-mínimo em reais de dezembro de 2015 – Brasil – 2002 a 2015 em bilhões de dezembro de 2015.....	46
Figura 4 - Número de benefícios concedidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 2001 a 2014	48
Figura 5 - Número de benefícios concedidos do Programa Bolsa Família (PBF) de 2004 a 2015...	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - RDPC real média em reais de 2015, índices de Gini, Mehran e Piesch do Brasil	57
Tabela 2 - Reajustes do Salário Mínimo no Brasil de 2002 a 2015	60
Tabela 3 - Decomposição da variação do índice de Gini pelo efeito-composição e efeito-concentração no Brasil de 2001 e 2015.....	63
Tabela 4 - Participação percentual das parcelas componentes da RDPC no Brasil, de 2001 a 2015.....	64
Tabela 5 - Grau de progressividade das parcelas da renda do trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015.....	65
Tabela 6 - Razão de concentração das parcelas da renda do trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015.....	65
Tabela 7 - Variação do emprego formal por setores agregados de atividade e PIB no Brasil de 2003 a 2015.....	69
Tabela 8 - Grau de progressividade das parcelas da renda não trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015.....	74
Tabela 9 - Razão de concentração das parcelas da renda não trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 A controvérsia dos anos 1970	14
2.2 Os anos 1980.....	27
2.3 Os anos 1990.....	35
2.4 O século XXI	40
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 Base de Dados	45
3.2 A Curva de Lorenz e os Índices de Gini, Mehran e Piesch.....	45
3.2.1 A curva de Lorenz	46
3.2.2 O índice de Gini.....	48
3.2.3 Índice de Mehran e Piesch.....	49
3.2.4 Decomposição do índice de Gini e a medida de progressividade de uma parcela da renda.	50
3.2.5 A decomposição de mudanças no índice de Gini: o efeito-composição e o efeito- concentração	54
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	57
4.1 Evolução da RDPC real média e dos índices de Gini, Mehran e Pisch do Brasil entre 2001 e 2015	57
4.2 Decomposição da variação do índice de Gini: mensurando a contribuição de cada fonte de rendimento na redução da desigualdade da renda	62
5 CONCLUSÕES.....	84
6 REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

O alto grau de concentração¹ de renda e riqueza no Brasil não é um problema recente. Na verdade, ele existe desde o período colonial com sua estrutura produtiva latifundiária exploradora da mão de obra escrava, que resultou numa estrutura de poder político de caráter autoritário, paternalista e centralizado. Já no século XX houve outro importante momento de ampliação das desigualdades no país a partir do Processo de Industrialização por Substituição de Importações que aumentou a concentração de renda em função do desenvolvimento de setores industriais mais intensivos em capital numa economia intensiva de fator trabalho de baixa qualificação, o que fez com que substancial parcela dos trabalhadores tivesse uma remuneração muito abaixo da remuneração dos capitalistas (CACCIAMALI, 2002; CASTRO, 2006).

Foi durante a década de 1970 que as pesquisas e debates centrados no tema da distribuição de renda ganharam maior repercussão, em grande parte, por conta do surgimento de dados sistematizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitindo a mensuração da desigualdade com maior confiabilidade. Utilizando estes dados alguns pesquisadores como Fishlow (1972), Hoffmann e Duarte (1972), Simonsen (1979) e Langoni (1973a) concluíram que houve aumento da desigualdade de renda entre os anos 1960 e 1970, mas não houve consenso entre todos os autores sobre os motivos desse aumento.

Simonsen (1972) e Langoni (1973a) argumentavam que o aumento da desigualdade era um fenômeno comum para economias que apresentavam altas taxas de crescimento, mas que eventualmente a riqueza gerada nesse momento de aceleração seria mais bem distribuída para os demais estratos populacionais, algo que ocorreu em alguns países industrializados como EUA, Alemanha e Inglaterra. Por sua vez, Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972) davam ênfase aos efeitos das políticas governamentais da época, como sendo responsáveis pelo aumento expressivo da desigualdade de renda.

Durante os anos 1980 a desigualdade de renda continuou aumentando. O processo de inflação ocorrido nessa época teve forte influência no processo de concentração porque os mecanismos de indexação da economia e os altos juros reais favoreciam os donos de capital que obtinham vantagens com a receita inflacionária. Por outro lado, os mais pobres eram mais vulneráveis à inflação, tendo seus rendimentos reduzidos devido à falta de acesso, ou mesmo

¹ Os termos “concentração de renda” e “desigualdade de renda” são sinônimos e serão utilizados em todo o texto para dar melhor fluidez à leitura.

conhecimento, dos mecanismos de defesa aos quais a população rica tinha acesso. A desvalorização do salário real e o aumento do desemprego também foram fatores preponderantes desse período. A modernização conservadora do setor primário teve suas consequências acentuadas nesse decênio, com o fechamento das fronteiras agrícolas e a migração de grandes contingentes da população rural para as zonas urbanas. Tal contingente não era absorvido pelas atividades econômicas e acabavam vivendo em condições de vulnerabilidade econômica e social. Finalmente, a alta dispersão educacional também foi um fator amplamente discutido como sendo preponderante no aumento da desigualdade ocorrido nos anos 1980 (SANTAGADA, 1990; LACERDA, 1994; RAMOS E VIEIRA, 2001; DELGADO, 2005).

Os anos 1990 são marcados por estabilidade do nível de desigualdade medido pelo índice de Gini. De acordo com Dedecca (2004) a grande diferença dessa década para a década anterior foi que o aumento da desigualdade mais relevante não ficou restrito aos que obtinham renda do trabalho, mas entre estes e aqueles que tinham sua renda na propriedade do capital. Barros Henriques e Mendonça (2001) observam que houve um crescimento expressivo no trabalho informal e que as políticas sociais redistributivas estiveram limitadas em função de restrições de ordem política e financeira, contribuindo para a manutenção da desigualdade. A partir de 1994 o Plano Real estabilizou a inflação e favoreceu os mais pobres por ampliar seu poder de compra, mas tais efeitos duraram pouco tempo e as baixas taxas de crescimento não foram suficientes para reduzir o desemprego e subemprego. O grau de dispersão educacional ainda era elevado e as estimativas de Barros e Mendonça (1995) apontaram que se os diferenciais de salário por nível educacional fossem eliminados, *ceteris paribus*, a desigualdade salarial poderia se reduzir até 50%.

De 2001 a 2014 houve uma redução sem precedentes da desigualdade de renda, apesar de os índices de desigualdade ainda se manterem elevados em relação aos índices mundiais. Tais melhoras refletiram o aumento da estabilidade econômica e política que promoveu importantes modificações na estrutura do mercado de trabalho brasileiro e consolidou o maior acesso à previdência social e aos programas de transferência de renda (ARAÚJO, 2010; BARROS *et al*, 2010; ALMEIDA-GABRIEL, 2014; ARAUJO E MORAIS, 2015; MELO E MONTE, 2015; HOFFMANN, 2018).

A persistência de um alto grau de concentração de renda tem impacto expressivo no surgimento e aprofundamento de uma série de problemas socioeconômicos que afetam diretamente o padrão de vida da sociedade brasileira por impedir e/ou limitar o acesso de uma significativa parte da população a bens e serviços, por reduzir as oportunidades de inclusão

econômica e social e por contribuir com os significativos indicadores de pobreza do país (ARAÚJO E MORAIS, 2015).

Diante do contexto apresentado, o presente trabalho se propôs a investigar a contribuição de cada fonte da Renda Domiciliar *Per Capita* (RDPC) para a redução da desigualdade da renda ocorrida entre 2001 e 2015 e quais foram os determinantes mais imediatos relacionados com as parcelas que tiveram maior relevância no processo de mudança da estrutura distributiva de rendimentos do Brasil nos primeiros quinze anos do século XXI.

A escolha do tema se justifica em função da relevância do fenômeno da distribuição de renda dentro do contexto socioeconômico do Brasil. Para atingir um dos objetivos principais do trabalho a renda foi desagrupada em 11 fontes distintas, neste trabalho chamadas também de parcelas da renda, o que facilitará o entendimento de como ela se constituiu e de quais parcelas contribuíram para aumento ou diminuição da desigualdade.

O período foi escolhido para se ter uma melhor visão acerca do que aconteceu com a estrutura de distribuição de renda no Brasil num período histórico de exceção do país, isto é, com redução constante do nível de desigualdade por um período significativo. Também contribuiu para a escolha do corte temporal a existência de uma base de dados atualizada, com informações disponíveis para todas as fontes de rendimento e disponibilizada pelo IBGE. Cabe ressaltar que as informações referentes aos anos após 2015 não foram incluídas na pesquisa em função de terem sido obtidas a partir de uma nova metodologia de coleta e tratamento, a PNAD Contínua e, portanto, compondo uma base de dados diferente que não permite uma combinação com a PNAD anterior.

O objetivo geral da pesquisa é o de mensurar a contribuição de cada fonte da RDPC na redução da desigualdade da renda ocorrida no período de análise, apresentando os determinantes mais imediatos relacionados às parcelas que se mostraram mais relevantes para o processo de redução da desigualdade de renda. Os objetivos específicos são os seguintes: i) realizar revisão bibliográfica sobre a evolução da distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 1960, de forma a entender sua estrutura e dinâmica para fundamentar as análises dos resultados; ii) mensurar a evolução da desigualdade da renda, entre 2001 e 2015, de acordo com os índices de Gini, Mehran e Piesch; iii) analisar a contribuição de todas as parcelas dos rendimentos sobre a estrutura distributiva da renda no Brasil, de acordo com seus graus de progressividade e pela decomposição do índice de Gini e; iii) identificar e analisar os principais determinantes relacionados às parcelas que, de acordo com os resultados, se mostraram mais relevantes para o processo de redução da desigualdade ocorrida no Brasil até 2015.

O trabalho está estruturado em cinco partes, considerando esta introdução. Na segunda parte consta uma revisão bibliográfica com a breve apresentação de alguns importantes estudos que se voltaram a mensurar e analisar os determinantes da elevada desigualdade de renda no Brasil. A terceira parte traz informações sobre a base de dados que será utilizada, a PNAD, e sobre o método de mensuração do índice de Gini e de sua decomposição segundo as onze parcelas que constituem a totalidade da RDPC. A quarta parte apresenta os resultados obtidos bem como as análises destes resultados, dando ênfase nas parcelas que se mostraram mais importantes e a quinta e última parte traz as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta alguns trabalhos que buscaram abordar o tema da distribuição de renda no Brasil de maneira mais detalhada, apresentando seus possíveis determinantes, com o objetivo de compreender sua estrutura e seus movimentos conjunturais, bem como seus impactos no processo de desenvolvimento do Brasil, de forma a fundamentar as análises que serão feitas posteriormente, para o período que será estudado neste trabalho.

2.1 A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 1970

De 1967 a 1973 o Brasil passou por um período de acelerado crescimento econômico, resultante de seu processo de industrialização e urbanização iniciado no decênio de 1930, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Esse momento histórico foi marcado por um grande aumento na concentração da renda: os índices de desigualdade mensurados apresentaram significativa elevação entre os anos 1960 e 1970 e mantiveram-se praticamente estáveis até o final da década de 1990, conforme mostraram, por exemplo, Barros, Henriques e Mendonça (2001), Cacciamali (2002) e Hoffmann (2002).

À época houve debate, que será apresentado neste capítulo, sobre se realmente estaria ou não havendo crescimento no nível de desigualdade e, caso houvesse aumentado, quais seriam suas causas. Tal debate ficou conhecido na literatura econômica brasileira como a “Controvérsia de 70”, conforme salientado por Gandra (2005).

De acordo com Lopes (1973) o tema da distribuição de renda passou a receber uma maior atenção após as críticas de Robert McNamara, presidente do Banco Mundial entre 1968 e 1980, numa reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no Chile ao se referir a distribuição de renda do Brasil, citando alguns dados do trabalho de Fishlow, *Braziliansizedistributionof income*, publicado em 1972.

Os defensores das políticas econômicas governamentais argumentavam que caso a desigualdade tivesse se elevado não haveria motivos para maiores preocupações, já que o crescimento gerado, num primeiro momento, teria sua riqueza melhor distribuída entre as diversas camadas da população, num segundo momento, o que proporcionaria benefícios econômicos e sociais para todo o conjunto da população brasileira (LANGONI, 1973a, 1973b). Dessa forma, não seria inteligente “desistir da criação da riqueza em favor da distribuição da miséria” (SIMONSEN, 1979, p. 59).

Esse argumento se pautava, em boa parte, num trabalho elaborado por Kuznets (1955) a partir de alguns dados dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha sobre a distribuição da renda anual por estratos populacionais. Ele afirmou que houve grande oscilação da desigualdade na distribuição da renda, a depender do estágio de desenvolvimento do país, com grandes disparidades nas fases iniciais, quando a transição da civilização pré-industrial para a industrial ocorreu de forma mais rápida, se tornando estável por um período e apresentando uma tendência de redução da desigualdade nas fases posteriores e, conseqüente, aumento na renda real *per capita*. A partir desta observação ele especulou que os países subdesenvolvidos provavelmente passariam por estas mesmas fases.

Porém, é importante lembrar que o próprio autor deixou claro que seu trabalho era muito mais apoiado em especulações do que em evidências empíricas, dada a escassez de informações para buscar de forma mais precisa a natureza da relação entre estas variáveis, reforçando a necessidade de aprofundamento destes estudos.

Uma evidência empírica para a teoria proposta por Kuznets (1955) foi apresentada posteriormente por Paukert (1973), que reuniu dados de 56 países e os classificou segundo dois critérios: i) nível de desenvolvimento medido pela renda *per capita* (em US\$) e, ii) o índice de Gini.

O gráfico revelado em Paukert (1973) indicou uma curva em formato de U invertido, o que implicaria que, a determinados níveis de renda *per capita*, a desigualdade na distribuição se elevava e depois caía substancialmente. O ramo ascendente da curva corresponderia a fase de desequilíbrio no mercado de trabalho em função da escassez de mão de obra qualificada, se beneficiando dos *quasi-rents*. O ramo descendente refletiria a ação dos mecanismos de ajustamentos para a correção desses desequilíbrios iniciais, com a eliminação do excesso de demanda por mão de obra qualificada via desaceleração do crescimento econômico e expansão da oferta.

Outra influência para a formação do pensamento econômico dos autores que acreditavam que a desigualdade de renda e o crescimento econômico teriam uma relação na forma de U invertido se encontra em *The stages of economic growth*, escrito por Rostow (1959), no qual ele apresenta cinco etapas generalistas e flexíveis nas quais algumas sociedades passaram, e outras estariam passando, para alcançar o auge de seu desenvolvimento econômico: i) a sociedade tradicional; ii) as pré-condições para a decolagem; iii) a decolagem; iv) a rota para a maturidade; v) a era do consumo em massa.

Especificamente, a etapa da decolagem seria caracterizada por um aumento dos investimentos, que permitiriam uma rápida acumulação de capital acima das taxas de

crescimento demográfico. A indústria receberia novos impulsos pelo uso de técnicas mais avançadas e um novo padrão empresarial surgiria.

Segundo a análise, o caminho das economias até a última etapa poderia ser diferenciado com relação a partilha dos ganhos nas etapas intermediárias, uma vez que não existiria uma conexão fixa entre o nível de avanço tecnológico e qualquer nível específico de consumo real *per capita*. O curso destas variáveis dependeria primordialmente do equilíbrio entre a população e os recursos da sociedade e das políticas de distribuição. Na última etapa de desenvolvimento, porém, já haveria recursos para garantir níveis de renda elevados o suficiente para que as sociedades escolhessem entre os diversos padrões de consumo característicos das principais nações industrializadas.

Rostow (1959), porém, deixa claro que dada a complexidade do comportamento humano, não podendo este ser analisado segundo uma perspectiva puramente maximizadora de interesses materiais. Os estágios por ele descritos não podiam ser interpretados de forma rígida, apenas como padrões de decisões que foram tomadas de acordo com as circunstâncias de cada espaço e tempo.

Outros estudos que buscaram relacionar o comportamento da taxa de crescimento econômico ou o nível de desenvolvimento econômico e a distribuição da renda, exercendo influência neste debate, foram: Kravis (1962), Lydall (1968), Schultz (1969) e Chiswick (1971).

O *mainstream* econômico possuía evidências que buscavam justificar a possibilidade de um aumento na desigualdade da distribuição de renda como sendo uma consequência intrínseca de um processo de modernização produtiva. Tal instrumental, porém, não convenceu a todos. Os próximos parágrafos serão dedicados a delinear as posições de alguns dos principais pesquisadores que estiveram envolvidos no debate que é tema deste capítulo.

O final dos anos 1960 e início dos anos 1970 é marcado por uma grande quantidade de estudos que buscaram investigar o fenômeno da desigualdade na distribuição da renda no Brasil com maior grau de minúcia, em grande parte, graças a sistematização e disponibilização dos dados do Censo Demográfico a partir de 1960 por parte do IBGE, tentando compreender as possíveis causas e consequências de sua trajetória durante a década.

Furtado (1968) a partir de alguns dados apresentados pela CEPAL (1967) (baseados no Censo de 1960) discute alguns problemas associados ao modelo de industrialização do Brasil, já vigente nos anos 1960 que, a despeito da rápida assimilação do progresso técnico, não possuía canais de difusão desses ganhos para uma parte significativa da população:

metade desta se apropriava de aproximadamente 20% do total da renda e os 10% mais ricos de aproximadamente 40% daquele total.

Isto teria se devido, majoritariamente, à ação do Estado na montagem de um complexo sistema de subsídios e políticas de preços e salários que, em primeira instância, elevaram os volumes dos investimentos (em grande parte na forma de entrada de multinacionais), aceleraram o acúmulo de capital no setor industrial e estimularam o crescimento econômico. Porém, em última instância, fizeram com que a maior parte desses ganhos ficasse retida nas mãos de um grupo ínfimo de pessoas, uma vez que os incrementos de produtividade oriundos dos investimentos externos não se convertiam em reduções de preços ou elevações dos salários reais (FURTADO, 1968).

Assim, a manutenção desse processo de elevada concentração do poder econômico levaria à uma perda sistemática da autonomia do processo de desenvolvimento e ao condicionamento de um determinado perfil de demanda que não induziria ao desejado crescimento autossustentado. A elevação da renda dos mais ricos ampliou a demanda por bens de consumo duráveis que, por sua vez, alavancavam as indústrias com maior intensidade de capital no seu processo produtivo (utilizando majoritariamente tecnologias poupadoras de mão-de-obra). Esse subsetor industrial, mesmo operando com um mercado interno relativamente pequeno, era capaz de atingir um alto grau de rentabilidade, não obstante os elevados custos operacionais resultantes da não possibilidade de uso de economias de escalas (FURTADO, 1968).

Por outro lado, como as taxas de salário e de produtividade nos setores dinâmicos da economia eram altamente desvinculadas. A marginalização da maior parte da classe assalariada dos mercados consumidores fez com que os setores industriais menos intensivos em capital recebessem poucos incentivos à sua expansão, o que fomentava o já enorme acúmulo de excedente da força de trabalho e ampliava os diferenciais de renda e riqueza dos estratos populacionais (FURTADO, 1968).

Em suma, não foram criados mecanismos capazes de filtrar melhor os investimentos provenientes do exterior visando uma posterior autonomia produtiva, nem se induziu o processo de industrialização através de um uso racional dos recursos mais abundantes. O que ocorreu foi simplesmente uma adequação a uma nova forma de dependência externa que aprofundou as desigualdades econômicas e sociais, tendo como saldo final uns pouquíssimos beneficiados e uns muitos prejudicados (FURTADO, 1968).

Hoffmann (1971) analisou a distribuição de renda entre os indivíduos com rendimentos não-nulos, de acordo com os resultados preliminares do censo demográfico de

1960, e detectou a presença de um elevado grau de desigualdade. Mesmo sem dados que permitissem determinar as modificações nos índices de concentração da renda o autor afirma que haviam diversos indicativos apontando para o aumento da concentração da distribuição entre os anos 1950 e 1960.

Suas conclusões acerca do ocorrido não se distanciaram das de Furtado (1968): os dados mostravam considerável disparidade no crescimento dos salários reais com relação à produtividade, o que afetava de maneira mais intensa os estratos de renda baixa e média. O salto dos índices de desigualdade provavelmente teria ocorrido entre 1961 e 1967, quando houve uma nítida tendência de queda no salário mínimo real, como reflexo da preferência pelo uso de tecnologia intensiva em capital na produção dos setores dinâmicos.

Tal preferência teve um forte impacto no mercado de trabalho e tornou a economia menos capaz de absorver os crescentes contingentes de mão-de-obra. A participação no emprego industrial passou de 7,8% em 1949, para 7,96% em 1959 e para 8,26% em 1964 ao passo que a participação do produto industrial no PIB crescia de 19,1%, para 27,2% e finalmente 29,9%, respectivamente. Estes números ilustram a baixa absorção da força de trabalho pelo setor secundário que acabaram por hipertrofiar também o setor terciário (HOFFMANN, 1971).

Por outro lado, a distribuição da renda também era condicionada pela distribuição da propriedade. Isto porque uma maior quantidade de renda individual aumenta a probabilidade de apropriação de meios de produção, especialmente de propriedades. Nos países subdesenvolvidos os rendimentos que correspondem ao fator propriedade, têm maior peso relativo e os próprios direitos sobre ativos se acham mais concentrados no que se refere às terras e ademais, nestas nações, as atividades primárias são mais importantes (HOFFMANN, 1971).

A concentração da posse da terra também afetava a distribuição da renda no setor urbano, já que um setor primário caracterizado pela grande propriedade tendia a empregar pouca mão de obra e ocasionava o acúmulo de indivíduos em minifúndios ou o êxodo rural. Tais consequências atuaram no sentido de deprimir os padrões salariais do mercado de trabalho e contribuíram para a concentração de renda naquele período (HOFFMANN, 1971).

Posteriormente, Hoffmann e Kageyama (1985) estudaram os efeitos da modernização agrícola, ocorrida de forma intensa nos anos 1970, sobre a desigualdade de renda, para compreender as razões do crescimento da concentração no setor agrícola neste período. São apontadas algumas evidências de que a modernização ocorrida no Brasil foi feita no sentido de agravar as desigualdades neste setor: i) os ganhos de produtividade ficaram restritos a

determinadas regiões e aos maiores produtores; ii) aumento do trabalho temporário; iii) aumento da concentração fundiária; e iv) acesso ao crédito rural facilitado para os maiores produtores. Assim, em termos regionais, maiores níveis de modernização associaram-se inequivocamente com maiores índices de concentração da renda. Os resultados mostraram uma tendência de favorecimento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total. O processo de modernização associou-se com uma melhoria geral dos níveis de renda, mas tendeu a ampliar a participação relativa das classes que viviam da apropriação excedente, tornado cada vez maior pelo aumento da produtividade decorrente da modernização. Considerando o momento histórico em que a modernização se consolidou, com a vida política do País marcada por uma profunda repressão à organização da classe trabalhadora (sobretudo a rural), não era de se esperar melhoras na distribuição de renda a favor dos salários.

Duarte (1971), a partir dos dados do Censo de 1970 e da comparação com os resultados obtidos por Hoffmann (1971), analisou alguns aspectos da distribuição de renda no Brasil, em suas regiões e nos setores da economia, comparando os padrões de distribuição em 1960 e 1970.

Em 1970 a renda das áreas urbanas era três vezes maior que a das áreas rurais. A metade inferior do estrato populacional se apropriava de 17,7% do total da renda em 1960 e em 1970 esse percentual se reduziu para 13,7%. Os 5% mais ricos detinham 27,35% do total da renda em 1960 e 36,25% em 1970. O índice de Gini do Brasil se elevou de 0,49 para 0,57 entre os períodos analisados.

As disparidades regionais também eram sobressalentes: a renda média do Nordeste representava menos da metade da renda da Região Sul. Enquanto 40% da população remunerada residia no Sul e detinha 50% da renda total, a população remunerada do Nordeste correspondia a 27% do total e se apropriava de apenas 15% da renda. Metade da população não tinha sido atingida pelos benefícios do crescimento econômico e os outros 30% tiveram acesso apenas marginal a estes ganhos (DUARTE, 1971).

Entre as possíveis causas desse processo de concentração destaca-se a continuação do fenômeno de compressão salarial: em 1970 o salário real era 30% menor do que em 1961. O salário médio de grande parcela dos trabalhadores industriais permaneceu desvinculado dos ganhos de produtividade do setor, mais uma vez em razão do uso de técnicas capital/intensivos nos setores estratégicos da economia (DUARTE, 1971).

Permanecia também um enorme excedente de mão de obra que nivelava os salários pagos nos setores industriais modernos e atrasados e uma situação de fragilidade sindical.

Circunstância semelhante foi vista no setor de serviços. Esse processo favoreceu as indústrias com maior produtividade e acelerou seu processo de acumulação de capital, uma vez que elas gozavam de uma situação oligopolista e seus ganhos de produtividade não eram acompanhados de reduções nos seus preços (DUARTE, 1971).

Apesar deste cenário de queda nos salários reais, crescimento exacerbado do excedente e estrutura distributiva altamente desigual a realização do excedente industrial foi possível, a despeito da pequena amplitude do mercado, graças aos aumentos salariais dos 15% abaixo dos 5% mais ricos. O acesso ao crédito por parte desse estrato da população foi vital neste processo, permitindo a entrada no mercado consumidor de produtos industriais modernos (DUARTE, 1971).

Entretanto, esse processo de sustentação de cima para baixo, se continuado, deixaria os benefícios dos ganhos de produtividade cada vez mais restritos a uma pequena parcela da população. Neste trabalho não foram analisados os efeitos das políticas fiscais, políticas de gastos e investimentos públicos, subsídios nem da acumulação financeira ou do capital internacional por escaparem dos limites propostos pelo autor. Os mesmos resultados e considerações de algumas partes das duas teses supracitadas também podem ser vistos, de forma condensada, em Hoffmann e Duarte (1972).

Fishlow (1972) avaliou a distribuição da renda no Brasil a partir dos dados do Censo de 1960, com o objetivo de apresentar os determinantes das distorções na distribuição e avaliar, a partir destes dois fatores e das políticas governamentais nos anos 1960, as aparentes mudanças ocorridas entre 1960 e 1970. Considerando a População Economicamente Ativa (PEA) o autor calculou o índice de Gini que variou de 0,59 para 0,63. Dentre as razões apresentadas para este fenômeno ele destaca os baixos níveis de instrução, concentração das atividades rurais, o número limitado de trabalhadores por unidade familiar e o número de famílias maiores que a média. Dentre as possíveis soluções ele salienta a modernização do setor agrícola e a aceleração das taxas de crescimento.

Fishlow (1972) afirmou que o sistema educacional brasileiro privilegiava o acesso à educação dos grupos de renda mais elevada e com pais mais educados. Assim a variável educação não era a causa e sim um reflexo da concentração prévia dos altos níveis educacionais prevalentes nesse grupo. No que tange a seu aspecto causal sobre a desigualdade total, mais pesava a sua enorme dispersão do que propriamente a magnitude dos anos de estudo médio da população.

A política de compressão salarial, resultado de ajustes que eram baseados na inflação prevista (sempre superada pela inflação efetiva), contribuiu grandemente para este processo

de aumento da concentração de renda. Também as políticas fiscais e a concessão de incentivos fiscais para investimentos no mercado de capitais e em regiões e setores específicos estariam aumentando a desigualdade, na medida em que estariam beneficiando os grupos de renda mais elevada, ao restabelecer uma ordem econômica engrenada pelo acúmulo de capital privado. Aliás, o autor reforça que o próprio processo de rápido crescimento foi possibilitado, em parte, pela concentração da renda. A menos que houvesse mudanças nas atitudes do governo em relação a esses aspectos a tendência seria de reforço do aumento da desigualdade (FISHLOW, 1972).

Um exemplo específico de uma política governamental diretamente ligada ao aumento da concentração é apresentado por Hoffmann (1973): a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, teve como um de seus impactos o favorecimento da rotatividade da força de trabalho não-qualificada. Quando ocorriam os reajustes salariais as empresas poderiam demitir uma parte de seus funcionários e substituí-los por outros que não receberiam de acordo com tais reajustes. Assim o salário médio da categoria poderia crescer abaixo do percentual estabelecido pelo reajuste proposto pelo governo. Esta foi uma prática que se tornou comum à época.

Lopes (1973), a partir de uma leitura crítica do trabalho de Fishlow (1972), buscou mostrar como a análise estatística podia ofuscar certos aspectos da realidade, subestimando a extensão e gravidade do fenômeno da concentração de renda. Os ajustamentos feitos por Fishlow (1972), ao imputar a renda não monetária para os trabalhadores familiares da População Economicamente Ativa sem remuneração monetária, acabaram por incrementar em quase 20% a renda do trabalhador e subestimaram o grau de concentração. Além disto, essa transformação da renda não monetária em renda monetária obscureceria uma série de relações sociais, como um maior grau de dependência dos empregados com relação a seus empregadores.

Outra crítica ao trabalho de Fishlow (1972) fez referência ao estabelecimento do nível mínimo absoluto de renda para estimar o número de famílias pobres. A crítica não reside apenas no caráter arbitrário deste mínimo em si, mas por considerar a pobreza como um padrão único e aplicável em escala nacional, desconsiderando as necessidades relativas aos diferentes grupos de trabalhadores das áreas urbanas e rurais. Assim, ele deixou de incluir os grupos de trabalhadores urbanos porque o padrão de referência estava apoiado nos trabalhadores do Nordeste (LOPES, 1973).

As duas soluções propostas por Fishlow (1972) para reduzir a pobreza e a desigualdade, elevar a produtividade agrícola e acelerar as taxas de crescimento seriam

contraditórias, pois o autor deveria ter levado em consideração o fato de que pode haver pobreza onde há alta produtividade. Especificamente, o setor agrícola quando modernizado tende a favorecer a concentração da terra e por consequência a renda, criando largos excedentes de mão-de-obra para o setor urbano que terão que vender sua força de trabalho em condições desvantajosas.

Finalmente, Lopes (1973) afirmou que era preciso ter cuidado com o “fetichismo da estatística” que consistiria não na mensuração do que merece ser conhecido, mas por considerar apenas válido de ser conhecido o que pode ser medido, tomando de forma exagerada os dados estatísticos como a própria realidade (LOPES, 1973).

Simonsen (1979) em *Brasil 2002* (publicado pela primeira vez em 1972) se mostrou cético em relação a alguns resultados e conclusões obtidas, principalmente, por Hoffmann (1971) e Duarte (1971) afirmando que: “Em suma, o debate sobre o aumento da concentração de renda de 1960 para 1970 só pode ser sustentado com uma boa dose de leviandade estatística.” (SIMONSEN, 1979, p. 52).

Segundo o autor, para que as altas taxas de crescimento observadas a partir de 1968 continuassem, as políticas governamentais deviam sustentar o atual modelo de desenvolvimento, já que este inspirava confiança dos investidores nacionais e internacionais segundo um racionalismo econômico que não deveria ceder, tão logo, ao que ele chamou de “romantismo distributivista” em função do alto risco de comprometimento do sistema de confiança que estaria fomentando o alto crescimento. Ele acreditava que a renda deveria ser melhor distribuída, mas que naquele momento, buscar melhorá-la significaria abrir mão da criação de riqueza para distribuição da miséria, especialmente pela mutilação da capacidade de poupança do país que reduziria seu crescimento, possivelmente até a estagnação. (SIMONSEN, 1979, p. 46).

Suas contestações quantitativas faziam referência ao grau de precisão numérica das estimativas obtidas através dos Censos de 1960 e 1970, de forma geral pela limitação dos dados em si e, particularmente, pela maneira distinta a qual os dados referentes à renda foram coletados nos dois censos. Afirmava também que, entre 1964 e 1967, era possível que tivesse havido um aumento abrupto da concentração de renda por conta das compressões salariais da mão-de-obra menos qualificada via subestimativa do resíduo inflacionário no cálculo dos reajustes. Mas a partir de 1968 essa tendência teria sido totalmente corrigida pela modificação da fórmula dos reajustes salariais que vinham, mais ou menos, ultrapassando sistematicamente os aumentos dos índices do custo de vida. Supondo a confiabilidade dos

dados, não era possível descartar a hipótese de que, o aumento da concentração fosse um salto transitório e não uma tendência contínua (SIMONSEN, 1979).

Posteriormente, Hoffmann (2001), ao tratar dessa crítica, afirmou que era importante questionar a validade dos dados estatísticos e analisá-los com cuidado, mas também ressaltou que haviam outras informações que indicavam o aumento da desigualdade naquele período como o aumento da mortalidade infantil em São Paulo: “Como entender que, num período de rápido crescimento econômico, a miséria estivesse matando mais crianças?” (Hoffmann, 2001, p. 70).

O consenso sobre este aspecto do debate foi estabelecido por Langoni (1973a) em um trabalho realizado com o apoio de Antonio Delfim Netto (inclusive prefaciando o livro), ministro da Fazenda entre 1968 e 1974, que lhe concedeu acesso privilegiado aos microdados dos Censos de 1960 e 1970. Considerando a população economicamente ativa, exceto os com renda nula, calculou um índice de Gini que passou de 0,50 para 0,57 no período.

Os diferentes índices obtidos nos trabalhos anteriores com relação a este (destacada uma maior discrepância com relação aos de Fishlow (1972)) decorreram da dificuldade em estimar corretamente a renda média da classe mais elevada, já que os dados do Censo de 1960 não informavam a renda individual, mas apenas oito classes de renda, o que exigia o ajustamento artificial pelo uso da função Log Normal, Pareto ou os pontos médios dos intervalos de classe para estimar as rendas médias efetivas dentro de cada classe (LANGONI, 1973a).

Independentemente das variações nas estimativas dos índices, o fato é que a desigualdade se elevou no período. Confirmaram-se os aumentos das disparidades não só entre os setores da economia e as regiões oficiais, mas também dentro deles. O aumento da concentração teria sido causado pela mudança na composição qualitativa da força de trabalho, com especial destaque para o nível educacional: no período houve um aumento de 79% na proporção de universitários acompanhado por um aumento de 11% nas suas rendas relativas, um reflexo da expansão diferenciada da demanda por mão-de-obra mais bem qualificada, que devido à tecnologia utilizada, beneficiou desproporcionalmente os níveis de educação mais elevados. Ao mesmo tempo ocorria uma redução da demanda por mão de obra menos qualificada o que fez com que os grupos inferiores e principalmente os analfabetos tivessem reduções sensíveis da sua participação na renda total (LANGONI, 1973a).

Diante disto, Langoni (1973a) expõe um paradoxo: era necessário ampliar os investimentos em educação para garantir aumentos da renda real no longo prazo, mas essa melhoria dos níveis educacionais estaria associada com aumentos da desigualdade em função

da diferenciação da mão de obra, uma conclusão divergente da de Fishlow (1972) sobre o assunto. Tais diferenciações ocorreriam tanto num sentido vertical, com as mudanças nos níveis de educação, como num sentido horizontal com os aumentos de diferenças de salários reais associadas com a diversificação de ocupações dentro de um mesmo nível educacional.

Apesar da detecção do aumento da concentração da renda ele afirmou que não era possível atribuir a tal processo um sentido de piora no bem-estar geral da população, uma vez que os fluxos de mão de obra de regiões e setores com menor renda real para os de maior renda real e a entrada de jovens e mulheres na força de trabalho estavam ocorrendo de forma intensa. Seus resultados corroboraram com as teorias previamente apresentadas de que a aceleração do crescimento geraria necessariamente acréscimos de desigualdade, principalmente via seu impacto no mercado de trabalho. Entretanto, à medida em que a taxa de crescimento se estabilizasse, operando com um nível de renda *per capita* mais elevado, as mesmas forças que atuaram para provocar o aumento de desigualdade, contribuiriam para sua redução (LANGONI, 1973a).

Por não ter levado em conta o impacto sobre a distribuição de renda causado tanto pela proibição do direito à greve dos sindicatos como pelas políticas repressivas de reajustes salariais, a superação da primeira polêmica fez emergir mais duas: quais seriam as reais causas para o aumento da desigualdade e qual seria, afinal, o posicionamento político de Langoni (HOFFMANN, 2018).

Hoffmann (1973) reconheceu como característica notável do trabalho de Langoni (1973a) o fato dele não ter feito qualquer análise da política salarial do período sobre a concentração de renda. As reduções no salário mínimo real e a ação contra os sindicatos dos trabalhadores certamente haveriam contribuído na manutenção das baixas remunerações dos analfabetos e com educação primária o que gerou folgas nas folhas de pagamento que se transferiram para os trabalhadores de maior qualificação, escassos naquela ocasião. Desta maneira, a ausência de variáveis “políticas” no modelo explicativo proposto por Langoni (1973a) acabaria certamente atribuindo um peso excessivo à variável educação.

Até mesmo o crescimento da demanda por mão-de-obra mais qualificada não estaria totalmente independente de decisões de política econômica, uma vez que essa demanda depende da distribuição da renda, que conforme já visto, teve sua estrutura distributiva afetada por uma série de decisões do Poder Público à época. Um modelo de crescimento que privilegiasse uma distribuição menos desigual certamente estimularia a produção de bens de consumo geral, de tecnologia menos intensiva em capital, ampliando os mercados

consumidores ao invés de marginalizar a maior parte da população dos ganhos do crescimento como era a lógica do modelo utilizado (HOFFMANN, 1973).

Hoffmann (1973) também apresentou um contraponto à observação de Simonsen (1979) sobre o possível pico no aumento da concentração entre 1964 e 1967 com conseqüente queda a partir daí. Os dados sobre a distribuição salarial nos setores secundário e terciário entre 1967 e 1971 e entre os operários e empregados administrativos da indústria de transformação no Brasil em 1966 e 1968-1970 apontaram aumento do grau de concentração da renda no setor urbano após 1968.

A afirmação de Langoni (1973a) sobre a inevitabilidade do aumento da concentração de renda em respaldo a aceleração do crescimento econômico é contestada: Por meio de análises de regressão buscando explicar as variações dos índices de desigualdade duas conclusões importantes são obtidas: o salário mínimo comprovou-se como um dos condicionantes do grau de concentração de renda entre os assalariados do setor urbano em geral e que, após a eliminação prévia da influência do salário mínimo, não foi encontrada uma relação positiva entre a taxa de crescimento econômico e do grau de concentração da renda, no período analisado (HOFFMANN, 1973).

Langoni (1973b) respondeu a algumas críticas feitas aos seus resultados e conclusões, objetivando reafirmar a validade de seu trabalho prévio. Ele buscou testar a influência da acumulação do capital físico incluindo a posição da ocupação (empregado, autônomo e empregador), que funcionaria como *proxy* para as diferenças de acesso à propriedade. Para 1970, a posição da ocupação teria uma influência de apenas 5,64% do total da desigualdade, enquanto a educação tinha pouco mais de 20%, o que ele interpreta como sendo uma “poderosa evidência para antecipar uma redução da contribuição do acesso à propriedade no aumento da desigualdade ao longo da década.” (LANGONI, 1973b, p. 10).

Além disto, Langoni (1973b) afirma que as curvas de Lorenz do setor primário entre 1960 e 1970 se cruzavam, o que significava que não houvera aumento da desigualdade nesse setor e, como corolário, a contribuição marginal do acesso a propriedade não teria sido significativa. Defendendo que isto poderia ser considerado como uma conseqüência do processo de modernização da economia brasileira e discordando da posição de Hoffmann (1971) sobre esta questão.

Langoni (1973b) apresentou duas justificativas para a ausência de uma análise com ênfase nas políticas salariais implementadas, principalmente a partir de 1964: i) como o período 1964/1966 foi marcado por crescimento negativo seria inviável analisar o impacto sobre a distribuição que seria devido à política ou que fosse devido à própria crise, uma vez

que não haviam séries anuais sobre a distribuição da renda em todo o período; e ii) como a análise era em torno de toda uma década, seria necessário avaliar todas as políticas com possíveis impactos sobre a distribuição também no início dos anos 1960 e não somente a partir de 1964.

Com alguns dados sobre a Guanabara ele mostrou que, a despeito da queda de 33% no salário mínimo da época, todos os grupos urbanos apresentaram acréscimos de renda real, mesmo aqueles cuja renda estava próxima ao salário mínimo.

Assim, a queda do salário mínimo e o aumento entre 4 a 14% da renda real dos decis medianos do setor urbano refletiam o deslocamento dos indivíduos ao longo do perfil de renda. Em outras palavras, os indivíduos que em 1970 recebiam o salário mínimo não seriam os mesmos de 1960, teria havido um deslocamento ao longo do perfil de renda com a realocação da mão de obra entre os setores. A queda no salário mínimo teria sido então, compensada em termos de bem-estar, pela expansão do emprego pouco qualificado, graças ao crescimento de 1967/1970. Como o salário mínimo real ainda permanecia acima do nível de remuneração do setor agrícola, ampliaram-se as oportunidades no setor urbano para a mão-de-obra menos qualificada. E a expansão do setor urbano facilitava a mobilidade vertical (entre ocupações) e horizontal (entre subsetores urbanos) (LANGONI, 1973b).

O salário médio real no setor urbano cresceu cerca de 16,5% entre abril de 1967 e abril de 1970 e Langoni (1973b) concluía que o salário mínimo estaria perdendo importância na determinação do salário médio da indústria, reiterando que:

“(…) a parcela maior do aumento observado de desigualdade deve ser atribuída ao impacto diferenciado que a expansão rápida do setor urbano teve sobre a demanda de mão-de-obra de diferentes qualificações. É lógico que a política de contenção salarial contribuiu de alguma forma para a ampliação da magnitude deste impacto. Mas o importante é que existem razões suficientemente fortes para acreditar que o aumento de desigualdade iria acontecer, independentemente do comportamento do salário mínimo urbano.” (LANGONI, 1973b, p. 29).

Ao final, Langoni (1973b) procurou deixar claro de que era:

“(…) importante a esta altura compreender que a mensagem principal de nosso trabalho não é a de justificar a distribuição da renda atual no Brasil. Há um consenso geral do qual firmemente participamos, de que ela está longe de ser considerada ótima, apesar de todas as dificuldades que existem na definição clara e precisa de como deve ser esta distribuição ótima.” (LANGONI, 1973b, p. 33).

Em linhas gerais, o debate sobre a desigualdade nesse período se viu dividido entre os que acreditavam que a disparidade gerada era um reflexo de desequilíbrios ocorridos no

mercado de trabalho e os que defendiam que as políticas governamentais seriam a causa. Sobre essas perspectivas Hoffmann (2001) afirma:

“De acordo com estas duas “teorias”, seria de esperar uma redução da desigualdade quando os “fatores” explicativos mudassem. Depois de quase 30 anos, e após longo período de crescimento lento, a oferta de mão-de-obra qualificada não se tornou relativamente menos escassa? E por que a abertura política não trouxe uma diminuição da desigualdade econômica? Tudo se passava como se a desigualdade, depois de estabelecida, tivesse forte inércia para variações no sentido decrescente.” (HOFFMANN, 2001, p. 70).

Conforme já mencionado, o fenômeno da distribuição de renda, como tantos outros dentro das ciências sociais aplicadas, tem várias implicações e pode ser analisada a partir de variados prismas, o que talvez ajude a explicar o motivo de tantas discordâncias a respeito de seus determinantes nesse momento da história econômica brasileira. Some-se a isso um ambiente político agitado com a natural limitação de uma base de dados coletada segundo metodologias diferentes, forçando ajustamentos para fins de comparação, e têm-se os principais ingredientes fomentadores deste importante debate.

Os trabalhos sobre as décadas posteriores lançarão maior luz sobre as razões pelas quais os índices de desigualdade se estenderiam até o final do século, contrariando as expectativas de redução que alguns pesquisadores fomentavam. Alguns destes trabalhos serão brevemente citados ao longo dos próximos capítulos.

2.2 OS ANOS 1980

A década de 1980 foi marcada por estagnação, recessão e hiperinflação que, em conjunto, tiveram um impacto preponderante para a permanência do alto grau de pobreza e da elevada desigualdade na distribuição da renda registrado no fim do decênio. O comportamento oscilatório do nível de atividade econômica foi marcante. Entre 1981 e 1983, houve recessão econômica, com destaque para a crise da dívida externa que teve como agravante a elevação das taxas de juros norte americanas, desde 1979, e a quebra dos financiamentos externos, em 1982, com a moratória do México. Uma dura política de ajuste no ritmo da atividade econômica foi implementada pelas autoridades governamentais, com a intenção de honrar os compromissos com os credores externos e que resultaram em aumento do desemprego e recessão econômica (CARNEIRO, 1991).

A maneira como o *establishment* econômico promoveu a gestão da crise da dependência externa, a partir da reversão do ciclo econômico de crescimento em 1982,

necessitou de uma participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agroindustriais conexas na geração de saldos de comércio exterior. Estas passaram a ser essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. A forma como a política econômica externa incorporou o setor agrícola na solução do endividamento externo reforçou a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto foi a liberalidade que propiciou a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários (DELGADO, 2005).

A atividade econômica dá mostras de recuperação entre os anos de 1984 e 1986, graças a uma elevação das exportações, reflexo da desvalorização da moeda nacional e da retomada do crescimento da economia norte americana. O período é marcado por um aumento do nível de emprego e de remuneração, passando pelo Plano Cruzado, que obteve sucesso temporário na contenção da inflação e elevou temporariamente o poder de compra dos salários, particularmente os das categorias menos favorecidas (BALTAR, 1996).

De 1987 a 1989, o Brasil passou por uma fase de flutuação no seu nível de atividade econômica, marcado pelo arrocho salarial de 1987, ano em que a inflação retorna e os salários nominais são contidos pela desaceleração do ritmo de produção provocada pela restrição do crédito e dos gastos públicos. Uma maior recessão foi evitada graças ao bom desempenho das exportações, porém o aumento da inflação acabou por contribuir para aumentar a desigualdade de renda, que atinge o ápice em 1989, quando o valor do índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas atingiu o valor de 0,63, pondo o Brasil na posição de país mais desigual do mundo (BALTAR, 1996; HOFFMANN, 2002; FERREIRA *et al*, 2006). Assim, como herança dos anos 1970, o Brasil agravou nos anos 1980 a sua dívida social, tendo no cerne deste processo a má distribuição da renda e a concentração da propriedade (SANTAGADA, 1990).

Lacerda (1994) analisou a questão da distribuição da renda em toda a década de 1980, realizando comparações com outros países e discutindo as implicações do problema para o processo de estabilização e recuperação do desenvolvimento econômico, este que estava claramente apoiado em bases concentradoras sob a ótica da renda e excludentes do ponto de vista social.

Utilizando os dados da PNAD anual, Lacerda (1994) fez uma análise da distribuição pessoal da renda e identificou que, em 1981, os 10% mais ricos se apropriavam de 46,6% do total da renda e, em 1989, passaram a se apropriar de 53,2%. No estrato dos 1% mais ricos o aumento foi mais intenso, já que em 1981 eles detinham 13% da renda total e em 1989

aumentaram sua participação no bolo² para 17,3%. Em contrapartida, o rendimento dos 20% mais pobres, que continham uma parcela de apenas 2,7% da renda total em 1981, se reduz para 2% da renda total em 1989. A renda dos 50% mais pobres teve sua participação reduzida de 13,4% da renda total, em 1981, para 10,4% em 1989. O agravamento desse processo de concentração ocorreu principalmente a partir da segunda metade da década. Resultados semelhantes apontando o aumento da desigualdade de renda nos anos 1980 podem ser encontrados em Barros e Mendonça (1995a)

A segunda parte da análise de Lacerda (1994) se voltou para a comparação entre a distribuição funcional da renda do Brasil e de alguns países desenvolvidos. Enquanto nestes, os salários representavam cerca de dois terços da renda nacional, as estimativas para o Brasil eram de que os salários representassem algo em torno de 38%. Essa baixa participação dos salários no PIB brasileiro seria um fator limitador da expansão do mercado interno e da própria estabilização econômica. Essa limitação já se manifestava como uma estagnação e queda na demanda interna por bens de consumo durável em toda a década. Além disto, segundo Santagada (1990), essa redução da massa salarial e conseqüente aumento da renda do capital tornava a economia brasileira dependente e atrelada a um número cada vez menor de grandes proprietários, fazendo com que algumas centenas de grupos empresariais tivessem o poder de direcionar os rumos de toda a economia.

O processo de inflação ocorrido no período de análise, que teve sua intensidade ampliada devido ao fracasso sucessivo de várias políticas de estabilização, acabou colaborando com o processo de concentração de renda pelos estratos mais ricos da população. Isto porque, os mecanismos de indexação presentes na economia e os elevados juros reais faziam com que até mesmo aplicações de curtíssimo prazo favorecessem os donos do capital, que por sua vez obtinham vantagens com a receita inflacionária financiando a dívida do governo através de aplicações que tinham lastros em títulos públicos. Por outro lado, os pobres eram mais vulneráveis à inflação, tendo seu rendimento reduzido e devido à falta de acesso, ou mesmo conhecimento, tinham menos mecanismos de defesa relativamente à população mais rica (SANTAGADA, 1990; BONELLI E RAMOS, 1993; LACERDA, 1994; BARROS E MENDONÇA, 1995a).

Cabe ressaltar o próprio impacto da alta concentração da renda no sucesso das políticas de estabilização, uma vez que as parcelas mais ricas tendiam a ficar imunes aos ajustes, ao passo que as parcelas mais pobres eram penalizadas duramente com a diminuição

² Termo utilizado com frequência pelos economistas dos anos 1980 para se referir ao valor total da renda nacional.

do salário real, expostas ao desemprego e à deficiência dos serviços públicos (LACERDA, 1994; BARROS E MENDONÇA, 1995a). Assim, o problema da concentração de renda se apresentava ao país como uma das grandes questões estruturais para a retomada do desenvolvimento, por apresentar naquele momento um modelo que não garantia a reprodução da força de trabalho e mantinha uma parcela significativa da população fora dos mercados de trabalho e consumo (SANTAGADA, 1990).

Também é importante destacar as consequências do processo de modernização conservadora do setor primário, iniciado nos anos 1960 e 1970 e acentuado nos anos 1980 com o fechamento das fronteiras agrícolas, fazendo com que contingentes da população rural fossem expulsas do campo, por conta do aumento da concentração fundiária que aniquilou a pequena propriedade. Este contingente populacional não foi absorvido pelas atividades urbanas, e acabaram vivendo em condições de vulnerabilidade econômica e social, sendo obrigado a ocupar o setor informal urbano, que teve um crescimento da ordem de 70% entre 1980 e 1987, tendo vital contribuição para o aumento da desigualdade durante a década (SILVA, 1987; SANTAGADA, 1990; DELGADO, 2005).

Para Santagada (1990) a questão agrária era a síntese dos problemas da agricultura e da urbanização até aquele momento. Os rápidos movimentos migratórios, gerando crescimentos demográficos explosivos e urbanização não planejada, ocorridos entre os anos 1970 e 1980, das áreas rurais para as áreas urbanas, em função do crescimento acelerado da indústria, das exportações e da modernização do campo, tiveram severas consequências. Dentre estas podem ser citadas os problemas de saneamento básico, abastecimento alimentar, mortalidade infantil e favelização que associados a um modelo de crescimento excludente acabaram reforçando e consolidando as desigualdades econômicas e sociais no Brasil.

Segundo Martins (2003), os camponeses brasileiros foram desenraizados porque o capital precisava dispor das terras e dar a ela um uso racional ao mesmo tempo que precisava que os camponeses exercessem outras funções, agora como vendedores de sua força de trabalho, equivalentes à mercadoria. Este processo começou mais tarde no Brasil, em função dentre outras coisas, do uso do trabalho escravo até pouco mais de um século. Assim, a sociedade moderna brasileira estaria criando uma grande massa de população sobrando, que tinha pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões do atual desenvolvimento econômico. O período da passagem do momento da exclusão para o da inclusão estava se transformando num modo de vida, deixando de ser um período transitório.

Essa reinclusão, quando acontecia, se dava no plano econômico: o indivíduo consegue o suficiente apenas para sobreviver, mas não se dava no plano social. Ele não se reintegra

numa sociabilidade “normal”. Em geral, ele precisa comprometer sua dignidade e condição de pessoa. Este já não seria o mundo dos pobres, porque as pessoas são reincluídas economicamente, mas em detrimento de grande parte de sua condição humana. O processo novo de exclusão não criaria mais os pobres que eram reconhecidos facilmente em tempos atrás. Mas ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 2003).

Hoffmann e Leone (2004) destacaram a intensificação da participação feminina no mercado de trabalho e seus impactos na contribuição dos rendimentos domiciliares e destes na desigualdade da renda domiciliar. O aumento da presença das mulheres na força de trabalho foi um processo iniciado nos anos 1970 e que prosseguiu nos anos 1980, a despeito da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação.

Nos anos 1970 as trabalhadoras eram, na sua maioria, jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Na década de 1980, as mulheres com mais de 25 anos de idade, chefes e cônjuges, com maior nível de escolaridade e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais elevaram sua participação no trabalho remunerado. O aumento da participação da mulher cônjuge refletiu, de um lado, o fato de algumas delas com mais de 25 anos, terem começado a trabalhar por remuneração e, de outro, a permanência no trabalho remunerado daquelas que começaram a trabalhar jovens e não se afastaram da atividade econômica com a idade e a mudança no estado civil.

Também foi evidente a redução do hiato salarial entre homens e mulheres. Entre 1981 e 1990 a relação entre os rendimentos individuais do trabalho feminino e os rendimentos individuais do trabalho masculino se eleva de 55,7% para 61,3%. Outros dados para o mesmo período também merecem destaque como o aumento da proporção de domicílios com rendimento de trabalho feminino de 35% para 42,9% e o aumento da proporção do total da renda familiar correspondente ao trabalho das mulheres de 15,7% para 20,3% (HOFFMANN E LEONE, 2004).

Constatou-se que, nas décadas de 1980 e 1990, continuou a aumentar a participação da mulher na atividade econômica e esse aumento foi acompanhado por um envelhecimento da população feminina ocupada. Este processo fez com que se elevassem os números de domicílios com mulher na força de trabalho. A maior participação das mulheres na atividade econômica e a maior contribuição dos rendimentos das mulheres para a renda domiciliar ocorreram nos estratos intermediários da distribuição dos domicílios segundo a renda *per capita* (HOFFMAN E LEONE, 2004; SCORVAZAFAVE E MENEZES-FILHO, 2005).

A razão de concentração do rendimento de mulheres permaneceu um pouco acima do índice de Gini indicando que o rendimento das mulheres estava contribuindo para a elevação da desigualdade na distribuição da renda. Como reflexo da mudança na composição da renda domiciliar a contribuição da renda dos homens para a desigualdade se reduziu e a contribuição das mulheres se elevou, juntamente com a contribuição das rendas de aposentadorias e pensões, principalmente, após a Constituição de 1988 (HOFFMANN E LEONE, 2004).

Ramos e Vieira (2001), mensuraram o índice de desigualdade T de Theil de 1981 até 1989, computando considerável aumento no grau de concentração da renda do trabalho entre os residentes das áreas urbanas que trabalhavam pelo menos 20 horas semanais. Observou-se que o índice variou de 0,55 para 0,76 dentro do período analisado.

O índice utilizado também foi decomposto para verificação do impacto de algumas variáveis ligadas as fontes de dispersão salarial. Educação e idade foram incluídas para captar as variações ligadas à heterogeneidade dos trabalhadores. Posição na ocupação, região geográfica e setor de atividade econômica foram incluídas para captar algumas formas de segmentação no mercado de trabalho. Gênero e cor foram incluídos para captar possíveis práticas discriminatórias. Em termos de contribuição, tanto bruta quanto marginal, a variável escolaridade assumiu papel de bastante destaque, sendo responsável por um terço da desigualdade, quando considerada isoladamente, e por quase um quarto, em termos de contribuição marginal. A educação, porém, vai perdendo seu poder explicativo durante a década.

Após verificarem a importância da educação na desigualdade de rendimentos, não só no Brasil, como em outros países da América Latina, Ramos e Vieira (2001) buscaram examinar como as variações na distribuição e no perfil de remuneração relativos à educação ajudavam a explicar as variações na desigualdade da renda. A contribuição da educação para as mudanças na desigualdade foi medida a partir de do efeito composição e efeito renda. Para os anos 1980 o efeito renda, isto é, os efeitos de mudanças na estrutura de rendimentos entre os grupos educacionais, domina amplamente o efeito composição (oriundo de alterações na composição da força de trabalho segundo os grupos educacionais).³

Ainda segundo Ramos e Vieira (2001), entre 1981 e 1985 o efeito renda se mostrou particularmente forte, de forma que as alterações relacionadas à educação ajudavam a explicar quase 25% das variações na desigualdade de rendimentos. De 1985 a 1989 esse panorama

³ Exercício semelhante com resultados similares pode ser encontrado em Bonelli e Ramos (1993).

mudou, o efeito renda passou a ser significativamente menor e o efeito composição apresentou um sinal negativo. Esse sinal negativo poderia ser um indicador de que as mudanças na distribuição de educação ocorridas na força de trabalho, *ceterisparibus*, teriam contribuído para uma diminuição, ainda que pequena, da desigualdade. Essa diminuição, exatamente no intervalo de tempo em que houve um grande aumento da desigualdade, poderia também ser vista como um indício de que, de fato, a elevação do índice T de Theil e do índice de Gini, no final da década de 1980, poderia estar impregnada por erros de medida associados, ou induzidos, pelas elevadas taxas de inflação nesse período.

Em conclusão, Ramos e Vieira (2001) ressaltaram o papel da heterogeneidade educacional como principal fator explicativo do elevado grau de concentração de renda durante os anos 1980 e, com menor importância, alguns elementos associados à discriminação e segmentação no mercado de trabalho. Nesse sentido, o mercado de trabalho poderia agir tanto como revelador de desigualdades preexistentes, sejam ocupacionais ou de atributos dos próprios trabalhadores, ou poderia agir como gerador dessas desigualdades em função da segmentação e discriminação. Essas desigualdades se manifestariam, dentre outras formas, no diferencial de rendimentos apropriado por cada estrato populacional. Conclusão parecida, com relação ao papel da educação no aumento da desigualdade de renda nos anos 1980, também pode ser encontrada em Bonelli e Ramos (1993) e Ferreira *et al* (2006).

Bonelli e Ramos (1993) mostrarão que a hipótese dos desequilíbrios temporários proposta por Langoni (1973a) pareceu não ter resistido ao tempo. De fato, desde o final dos anos 1960, o Brasil testemunhou um aumento sem precedentes no conteúdo educacional da mão de obra (conforme medido pelo aumento absoluto e relativo no número de trabalhadores com nível superior) sem que tenha havido concomitante redução da desigualdade, pelo contrário, houve aumento. Além disso, dada a redução do ritmo de crescimento econômico – de fato, estagnação nos anos 1980 – torna-se difícil explicar com aquela interpretação o aumento nas taxas de retorno da educação observado naquele período.

As explicações alternativas às interpretações do tipo da do capital humano enfatizavam os efeitos da política econômica para o aumento observado na desigualdade. Em particular destacava-se: o papel da política salarial sob condições inflacionárias como a dos anos 1960 e a não neutralidade da política econômica geral no período; a importância do lucro das empresas para os salários gerenciais; fatores relacionados à evolução cíclica da atividade econômica; variáveis relacionadas ao funcionamento de mercados imperfeitos (BONELLI E RAMOS, 1993).

Dado que a renda de uma pessoa resulta de um processo complexo e multifacetado, grandemente determinado pela sua dotação inicial de riqueza (bem como de sua origem familiar), preferências e decisões de investimento tomadas ao longo de sua vida, bem como de características societais, qualquer teoria que deixasse de considerar qualquer dessas variáveis levaria, na melhor das hipóteses, a uma explicação parcial da concentração de renda e sua evolução. Assim, ao não considerar explicitamente a importância das transmissões de riqueza entre gerações sucessivas, as diversas teorias existentes deixavam inexplicado um fator que era provavelmente uma das maiores fontes da desigualdade e de sua perpetuação (BONELLI E RAMOS, 1993).

Barros e Mendonça (1995b) afirmaram que, até então, os estudos sobre desigualdade de renda eram feitos de maneira não integrada, isto é, mesmo identificando o papel da desigualdade educacional na desigualdade de renda, não se buscava identificar os determinantes da própria desigualdade educacional. Assim, eles buscaram desenvolver um arcabouço teórico que pudesse servir de base à investigação coerente e integrada das diversas formas de desigualdade, captando suas fontes de produção e reprodução.

Os autores desenvolveram um modelo para demonstrar o processo de produção e reprodução da desigualdade que funciona de forma análoga a uma sequência de corridas (trajetórias de vida de uma geração) formada por três elementos: i) um conjunto de participantes, cada um com um volume de recursos; ii) um total de prêmios (massa salarial); e c) um conjunto de regras que estabelecem como os participantes devem se comportar durante a corrida, como o desempenho (produtividade) dos participantes será avaliado; e como o total de prêmios será dividido entre os participantes.

Na primeira etapa da corrida, a preparação, cada participante conta com três tipos de recursos: suas habilidades, recursos públicos e recursos privados (os prêmios recebidos pelos seus pais na corrida anterior). Isto significa que já na preparação, antes da competição, já existe a chamada desigualdade de condições, que terá reflexo direto sobre a etapa da competição (que ocorre no mercado de trabalho) e levará finalmente à desigualdade de resultados.

Na segunda etapa, a da competição, o prêmio dos participantes será proporcional à sua produtividade, sendo que os indivíduos com maiores recursos iniciais terão maiores probabilidades de obter as maiores premiações (terão vantagem na corrida). Assim, quanto maior for o efeito marginal do grau de preparação de um participante sobre seu resultado, maior será a desigualdade gerada que será perpetuada na fase de preparação posterior, por afetar diretamente o diferencial no volume de recursos dos participantes da próxima geração.

Logo, existiriam dois tipos de desigualdade de resultados: a desigualdade oriunda de diferenças individuais e a desigualdade de preparação, em particular a gerada por diferenças de oportunidade (que é social e eticamente indesejável). Desta forma, o processo de geração da desigualdade tem duas dimensões: o grau de desigualdade de renda (desigualdade de resultados) e o grau de mobilidade da renda (que avalia em que medida os resultados são função da origem familiar). A mobilidade calcula tanto o grau de abertura da sociedade como o grau de injustiça social que deve ser associado ao grau de desigualdade de resultados da sociedade.

Os resultados de Barros e Mendonça (1995b) mostraram que a natureza do crescimento da desigualdade nas décadas de 1960 e 1980 foram diferentes. Nos anos 1960 a classe média foi a que mais sofreu com o aumento da desigualdade enquanto que nos anos 1980 as camadas mais pobres foram as que mais sofreram, uma evidência de que o diferencial de recursos na fase de preparação ia cada vez mais propagando desigualdades educacionais que acabavam por ser reveladas no mercado de trabalho pelo diferencial salarial. Os autores afirmaram que a escolaridade dos pais tinha importância sobre a desigualdade de oportunidades, apesar do impacto não ser tão elevado como se poderia esperar. A escolaridade parental ganhava mais preponderância quando considerada em conjunto com a região de residência, que também era uma fonte importante de desigualdade de oportunidades.

Segundo Gandra (2005), este grande modelo estrutural proposto por Barros e Mendonça (1995b) foi extremamente relevante para as discussões sobre o comportamento da desigualdade de renda nos anos 1980 e 1990, principalmente no mercado de trabalho. O próximo capítulo apresentará de forma breve alguns trabalhos que deram continuidade aos estudos sobre a evolução da distribuição de renda no Brasil nos anos 1990.

2.3 OS ANOS 1990

A última década do século XX foi marcada por um processo de abertura econômica acelerada e por mais um plano de combate à inflação, desta vez bem-sucedido, o Plano Real. O processo de abertura econômica acabou por estimular a livre entrada no País de produtos importados e de capital estrangeiro, que, por sua vez, modificaram as condições de concorrência no mercado interno e obrigaram as empresas a implementar estratégias de adaptação na tentativa de reduzir seus custos. Um baixo nível de atividade ocorre até 1992, quando Itamar Franco assumiu o poder. A estratégia de abertura econômica não se alterou de forma significativa, mas se beneficiou da nova situação financeira internacional que se

mostrou mais favorável à entrada de capital no País. O Brasil passou a ter crédito externo, mas ainda sofria com altas taxas de inflação (DEDECCA, 1996; HOFFMANN E LEONE, 2004).

A estabilização inflacionária viria com o sucesso do Plano Real, ajudado pelo aumento das importações de vários tipos de bens, resultado da redução da taxa de câmbio. O processo de valorização do Real, provocado pela forte entrada de recursos externos, inverteu o superávit da Balança Comercial e provocou um elevado déficit na Balança de Pagamentos. O PIB se ampliou devido ao aumento do consumo, que por sua vez estimulou os investimentos. Tais investimentos não foram suficientes para fazer o Brasil voltar a crescer, já que a saída encontrada pelo governo diante do elevado déficit foi a elevação dos juros e a desvalorização da moeda nacional, que ameaçava elevar a inflação (DEDECCA, 1996; HOFFMANN E LEONE, 2004).

Com relação à distribuição da renda, o relatório do Banco Mundial de 2000 indicou que, no final dos anos 1990, de 137 países estudados, em apenas 7 as famílias 10% mais ricas possuíam mais do que 46% da renda total. No Brasil, esse percentual era de aproximadamente 48%, o que o colocava como o país mais desigual do mundo, dentre aqueles com dados confiáveis sobre as informações da renda (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001; CACCIAMALI, 2002).

Dedecca (2004) afirmou que a participação da remuneração dos empregados na renda disponível caiu de 37,5%, em 1991, para 32,8%, em 1999. Se excluídas as contribuições sociais efetivas, o peso dos salários na Renda Nacional foi reduzido de 32% para 26,5%, respectivamente. Portanto, houve compressão do poder de compra daqueles que viviam da renda do trabalho. Enquanto o PIB aumentou de R\$ 846 bilhões para R\$ 1,08 trilhões, a preços do ano 2000, a renda do trabalho manteve-se estável ao redor de R\$ 330 bilhões. Os dados das Contas Nacionais apontavam, portanto, que as maiores tributação e apropriação da renda das empresas foram feitas às custas da participação da renda do trabalho, que não foi mais penalizada em razão do pequeno acréscimo das contribuições sociais.

Um aspecto importante do período é a elevada taxa de desemprego, que aumenta de 7,2% em 1992 para 10,4% em 1999, considerando o mercado de trabalho não agrícola. Dedecca (2004) identifica que durante a década de 1990 houve aumento nos diferenciais de renda considerando escolaridade e posição na ocupação, em especial, atividades vinculadas ao consumo pessoal ou social.

O aumento dos diferenciais de rendimento refletiu as modificações da estrutura ocupacional não agrícola induzidas pela nova dinâmica da economia brasileira. A maior

diferenciação de rendimentos sintetizou os resultados de um processo de reorganização econômica que penalizou sistematicamente o mercado nacional de trabalho. Foram 10 anos de baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho, que, apesar da menor pressão demográfica, provocou o agravamento sistemático do desemprego urbano (MATTOSO, 1999; DEDECCA, 2004).

Ao longo da década foram introduzidas importantes mudanças no padrão de regulação das relações de trabalho que afetaram sua dinâmica de forma significativa. Uma dessas mudanças foi a Participação nos Lucros e Resultados, instituída em dezembro de 1994 que acabou por revogar a política salarial anterior e reduziu a intervenção do Estado na determinação do salário real. Foi realizada uma troca do padrão regulatório dos salários, estruturado a partir do Estado, por um outro padrão fundado no processo de negociação entre empresas e trabalhadores. Ao mesmo tempo em que essa medida era introduzida, o Tribunal Superior do Trabalho reduzia sua ação normativa em favor da maior liberdade de negociação entre as partes, postura que foi reafirmada por algumas de suas decisões que passaram a condenar certas reivindicações do movimento sindical, particularmente quando acompanhadas de situações de greve (DEDECCA, 2004).

Outra importante medida foi a regulamentação do banco de horas que permitiu reconhecer as jornadas de trabalho variáveis como regra. Essa medida também reconheceu o direito das partes em regular a jornada de trabalho, observando-se mais uma vez uma redução do papel regulatório do Estado nesse campo. Também merece destaque o enfraquecimento das funções de fiscalização do Ministério do Trabalho e a possibilidade de deslocamento da Justiça do Trabalho de mediar conflitos graças a Comissão de Conciliação Prévia (DEDECCA, 2004).

Assim, a reorganização econômica acabou por ter efeitos negativos sobre o nível de emprego e causou importantes modificações na distribuição funcional da renda e na diferenciação dos rendimentos dos ocupados, além de ter causado um empobrecimento geral dos ocupados ao longo de toda a década. Importante salientar que, se todos os que auferiam renda do trabalho perderam poder de compra, também foi verdade que os ocupados de renda mais elevada tiveram perdas menores com relação aos de renda menor (DEDECCA, 2004). Para Martins (2003), o neoliberalismo brasileiro foi constituído de políticas de inclusão precária, instável e marginal que foi responsável pela consolidação de uma sociedade dupla, que viviam num mesmo espaço físico, mas com uma crescente disparidade no acesso a oportunidades, em função do aumento e manutenção da desigualdade social e econômica.

Os anos 1990 continuaram a reproduzir o desemprego e a desigualdade, já observados na década anterior. A grande diferença foi que o aumento da desigualdade mais relevante não ficou restrito aos que obtinham renda do trabalho, mas entre esses e aqueles que tinham sua renda na propriedade do capital, caracterizando-a como a década da estabilidade com desigualdade (DEDECCA, 2004).

Barros, Henriques e Mendonça (2001) buscaram descrever a evolução da desigualdade da renda entre 1977 e 1999, estabelecendo relações causais com a pobreza no Brasil e concluem que a origem da pobreza brasileira (analisada de forma unidimensional pela ótica da insuficiência da renda) não residia na escassez absoluta ou relativa de recursos, mas que era causada, primordialmente, por conta do enorme grau de desigualdade na distribuição da renda que havia permanecido em nível elevado e estável durante todo o período de análise, com algumas poucas oscilações em determinados períodos. O argumento central para alinhar a desigualdade na distribuição de rendimentos com a alta incidência de pobreza (muito mais elevada do que a incidência de pobreza em países de renda per capita similar à do Brasil) consiste no fato de que a renda média brasileira era significativamente superior à linha de pobreza por eles calculada.

Os dados de autores como Barros, Henriques e Mendonça (2001), Cacciamali (2002) e Hoffmann (2002), mostram que a desigualdade pouco se alterou de 1990 até 1999. Durante este período, verifica-se expressivo crescimento de ocupados em atividades de baixa produtividade e baixa remuneração, muitos destes contratados sem registro em carteira de trabalho ou exercendo o seu trabalho por conta própria. As restrições de ordem política e financeira limitaram a implementação de políticas sociais redistributivas em praticamente todas as áreas, impedindo o enfrentamento dos elementos estruturais da concentração da renda no Brasil, como a estrutura fundiária; programas de combate à pobreza; massificação do ensino fundamental; acesso ao crédito e à tecnologia por empresas de menor porte.

A partir de 1994, o Plano Real estabiliza a inflação e favorece os estratos mais pobres da população, por ampliar o seu poder de compra. O processo de abertura econômica e o ambiente de maior competitividade reduz as margens de lucro, bem como os preços em geral, em especial o dos bens industrializados. Porém, a apropriação dos grupos mais pobres na renda nacional não se altera de forma significativa, pois a abertura econômica implicava ganhos de produtividade que dependiam de altas taxas de crescimento econômico para evitar maiores taxas de desemprego e subemprego. Sendo que, a sobrevalorização cambial imposta pelo Plano Real até o final de 1998 acabou por inibir o nível de atividade econômica. Mesmo a adoção do sistema de câmbio flutuante após 1999 e a desvalorização do Real, não

conseguiram impulsionar as exportações em nível suficiente para elevar o crescimento econômico. Esse cenário acabou por debilitar o mercado de trabalho, sobretudo no âmbito formal (CACCIAMALI, 2002).

Para Hoffmann (2018) a ação mais importante do Plano Real foi a criação de uma moeda nacional razoavelmente estável que tornou possível a subsequente implementação de programas governamentais focalizados na redução da pobreza e da desigualdade de renda.

O índice de Gini de 1995-2001 é sempre estável e similar ao observado em 1992. Durante a década, os 10% mais ricos se apropriaram de valores da renda entre 22 e 31 vezes acima o valor da renda obtida pelos 40% mais pobres (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001; CACCIAMALI, 2002; HOFFMANN, 2018).

Scorzafave e Menezes-Filho (2005) ressaltaram um ligeiro aumento na desigualdade da renda do trabalho entre as mulheres de 25 a 64 anos, dando continuidade ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. Porém, este aumento não se refletiu, de maneira importante, nos índices de desigualdade de renda individual. Houve aumento da proporção de mulheres trabalhando e uma melhora do perfil educacional, bem como a redução do número de filhos. Mas, parcelas da renda apropriada entre os estratos da população feminina foram bastante distintas, apesar do aumento percentual da renda do trabalho feminino.

Saboia (2007) deu destaque ao aumento do salário mínimo real iniciado, principalmente, após 1994, na redução da desigualdade da renda, ocorrida de forma mais sensível entre 1998 e 1999 e que prosseguiu pelo primeiro decênio do século XXI. Salienta-se a grande importância do salário mínimo para a população ocupada, aposentados e pensionistas nesse processo, que acaba por afetar também os trabalhadores sem vínculos formais e por conta própria, favorecendo as camadas mais pobres de maneira geral. Esse fenômeno será mais importante, no que tange à redução da desigualdade da renda, principalmente, a partir de 2001.

Outro importante fator, salientado por alguns autores, para a estabilidade da desigualdade da renda nos anos 1990 foi o elevado grau de dispersão educacional. Cada ano de escolaridade adicional, naquele período, tendia a elevar o nível salarial entre 11% e 15%. Estimou-se que se os diferenciais de salário por nível educacional fossem eliminados, *ceterisparibus*, a desigualdade salarial declinaria de 35% a 50% (BARROS E MENDONÇA, 1995a; CACCIAMALI, 2002; HOFFMANN, 2000, 2011).

Mattoso (1999) afirmou que, durante os anos 1990, as políticas sociais, que já eram precárias, com o agravamento das condições econômicas e do mercado de trabalho acabaram sofrendo de três formas: i) redução de recursos em função dos ajustes fiscais, deteriorando

quantitativamente e qualitativamente os serviços sociais básicos; ii) redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais extremamente focalizados, sem estratégia, assistencialistas e clientelistas; e iii) mudanças que vieram, quase sempre, acompanhadas de propostas de reformas sociais privatizantes. O autor afirma que estas políticas eram importantes, por suas demandas localizadas e emergenciais, mas ressaltava que elas não representavam uma solução duradoura por não intervir de forma mais enérgica na distribuição da riqueza, tampouco nos preços ou salários.

De acordo com Cacciamali (2002) haviam quatro fatores que se realimentaram e impediram a melhora do quadro distributivo até o final dos anos 1990: i) a elevada concentração de riquezas, seja na forma de capital físico ou humano, que restringia a construção de um sistema social melhor distribuído e com alta produtividade; ii) o poder e a habilidade política das classes dirigentes em manter situações de privilégio; iii) a ausência histórica de políticas públicas que objetivassem mudanças estruturais e distributivas de forma consistente; e iv) a pequena organização social e política do povo brasileiro, um dos reflexos do baixo nível de educação.

A trajetória da desigualdade de renda no século XX pode então ser resumida:

"... tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais." (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001, p. 23).

Assim, era:

"... imperativo reduzir a desigualdade tanto por questões morais como por motivações relativas à implementação de políticas eficazes para erradicar a pobreza. A tradição brasileira, contudo, tem reforçado a via única do crescimento econômico, sem gerar, como vimos, resultados satisfatórios sobre a redução da pobreza."(BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001, p. 23).

Em alguma medida, como será visto no tópico seguinte, o apelo destes autores, que também era o apelo de milhões de brasileiros que sofriam com as mazelas das injustiças socioeconômicas provocadas pela enorme desigualdade de renda, foi atendido. O século XXI registrou reduções substanciais nos índices de desigualdade, como frutos de uma série de fatores que serão apresentados no próximo capítulo, tais reduções não farão com que o grau de desigualdade deixe de ser relativamente elevado, mas representam um momento de significativas mudanças na história da desigualdade de renda do País.

2.4 O SÉCULO XXI

O Brasil, entre 2003 e 2010, apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de 4,1%, médias superiores aos anos 1980 e 1990. Entre 2002 e 2003 a demanda externa, alavancada pelo crescimento do setor agroexportador, teve papel preponderante para impulsionar o crescimento econômico. Delgado (2005) afirmou que, a estratégia utilizada para promover o agronegócio no início do século XXI impôs condições restritivas para o conjunto da economia nacional como: i) restrição da demanda interna de bens e serviços; ii) limitação das oportunidades de emprego; e iii) manutenção de amplas terras improdutivas. Tais condições e o papel do comércio exterior ao serviço exclusivo dos passivos externos eram um fator limitante ao desenvolvimento econômico porque os saldos comerciais não eram encadeados com a demanda interna e com o emprego, mas repercutiam na renda da terra e na especulação fundiária.

A estratégia agrária produzia desemprego por duas vias: tanto por não fazer uso da força de trabalho rural como pela manutenção das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Ao mesmo tempo, a nova fase de expansão do agronegócio gerou a ampliação do “setor de subsistência” – uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. O relançamento do capital financeiro na agricultura numa nova aliança do grande capital e da grande propriedade fundiária, sob tutela das políticas públicas, favoreceu a desmobilização das forças sociais normalmente aliadas da reforma agrária (DELGADO, 2005). Entre 2002 e 2009, Hoffmann (2011) afirma que houve um crescimento da desigualdade de renda no setor primário e este, passa a ser o setor produtivo com o maior índice de Gini.

De 2004 em diante, o principal componente da nova dinâmica apresentada pela economia brasileira foi o consumo: algo inédito na história econômica brasileira. Isto pode ser visto pela significativa diferença na taxa de crescimento da renda dos mais pobres em relação aos mais ricos, entre 2001 e 2009, 7,2% e 1,4% ao ano, respectivamente. Considerando a capacidade de consumo, essa transformação significou a ascensão de 25 milhões de pessoas da classe “D” para a “C” que, ao final do governo Lula, representava 50% de toda a população. A política econômica foi guiada com ênfase na estabilidade macroeconômica com crescente importância dada aos aspectos sociais do desenvolvimento, o que levou alguns autores a denominar a estratégia de social-desenvolvimentista (BASTOS, 2012; CARNEIRO, 2012; COSTA, 2012; BIANCARELLI, 2014).

Entre 2011 e 2013 houve uma desaceleração do crescimento, fortemente influenciada pela mudança na direção da política econômica do governo Dilma – cortes de gastos, aumento das taxas de juros básicas e medidas de controle de crédito – que geraram efeitos contracionistas acentuados, tendo o PIB crescido em 2,7% em 2011, 0,9% em 2012 e 2,3% em 2013. No âmbito social, o aprimoramento das estratégias de redução da pobreza e a continuidade dos aumentos do salário mínimo ajudaram a dar seguimento na redução da desigualdade de renda (BIANCARELLI, 2014). A partir do segundo trimestre de 2014 a economia brasileira se encontrou formalmente em crise, tendo o produto *per capita* apresentado uma queda de 9% entre 2014 e 2016. A crise foi o resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda que podem ser divididos em três grupos: i) o esgotamento da Nova Matriz Econômica (o conjunto de políticas econômicas adotadas a partir de 2011/2012); ii) a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica em 2015; e iii) a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle da inflação, após a perda de credibilidade do Banco Central (BARBOSA FILHO, 2017).

A literatura existente sobre distribuição de renda no Brasil, que mensura a desigualdade via dados exclusivamente da PNAD⁴, não deixa dúvidas quanto à redução inédita e sistemática dos indicadores de desigualdade, em especial, a partir de 2001 até 2014, não obstante ter continuado a ser um dos países mais desiguais do mundo. Dentre os fatores mais importantes para este processo se destacam: i) o aumento da formalização do mercado de trabalho; ii) a redução da desigualdade escolar; iii) o aumento real do salário mínimo; iv) a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, por meio de políticas de inclusão social e redistribuição de renda; (ROCHA, 2012; DEDECCA, 2014; ARAÚJO E MARINHO, 2015; CAMPELLO *et al*, 2018; HOFFMANN, 2018; SALATA, 2018).

O aumento da formalidade foi fundamental para a redução da desigualdade de renda no Brasil. Isso porque o aumento no número de empregados com carteira assinada tendo, portanto, um piso salarial baseado no valor do salário mínimo, contribuiu bastante para tornar a distribuição de renda mais homogênea. Ademais, o aumento da formalidade significa por consequência uma redução da informalidade, que é um setor que possui uma dispersão de remuneração muito considerável. Esse processo gerou um aquecimento da demanda agregada que retroalimentou efeitos positivos de estímulo a mais contratações, reduzindo o desemprego. Neste cenário positivo ainda houve queda da inflação e aumento dos

⁴ Souza e Medeiros (2015) utilizando dados do imposto de renda para corrigir a subestimação da renda dos mais ricos encontram que, entre 2006 e 2012, o índice de Gini permaneceu o mesmo.

rendimentos acima da inflação, o que contribuiu ainda mais para ampliar o poder de compra dos assalariados de nível intermediário (SOUEN E CAMPOS, 2017; SOUEN, 2018).

A redução da desigualdade escolar também é apontada pela literatura como um fator preponderante da redução da desigualdade da renda. Isto porque o mercado de trabalho, de maneira geral, costuma remunerar os indivíduos de acordo com seus níveis de acúmulo de capital humano, medidos normalmente pelos anos de estudo. Entre 2001 e 2015 houve significativo aumento do acesso à educação em todos os seus níveis, da educação básica ao ensino superior. Como resultado houve um aumento dos anos médios de estudo da população o que contribuiu para o processo de criação de novos postos de trabalho e redução da dispersão salarial, além da redução do prêmio pelas escolaridades mais altas (SAMPAIO E OLIVEIRA, 2015; PINTO, 2017; DENES, KOMATSU E MENEZES-FILHO, 2018).

O aumento do valor real do salário mínimo no processo de redução da desigualdade de renda ocorre por este ser o piso das remunerações do mercado de trabalho formal e por servir de referência para os valores assistenciais e previdenciários pagos pelo governo. Desta forma, a literatura é enfática em apontar uma relação negativa entre a valorização do salário mínimo e a redução da desigualdade da renda. A redução da desigualdade via valorização do salário mínimo se deu tanto em função de terem mais pessoas recebendo suas remunerações com base nesse valor, tanto no mercado formal como no informal, como também do aumento do poder de compra desse salário que foi significativo no período, estimulando o consumo e contribuindo para manter a economia aquecida pela maior parte do tempo analisado (BRITO, FOGEL E KERSTENETZKY, 2015; DALDEGAN, 2015; SABOIA E HALLAK NETO, 2018).

Considerando o papel da previdência social, no período considerado, houve importante expansão no número de beneficiários como resultado do envelhecimento populacional e de uma ampliação da cobertura, em especial nas áreas rurais, onde a cobertura é atualmente praticamente universal e é não contributiva. Estes fatos, somados à valorização do salário mínimo, valor de referência para as aposentadorias e pensões pagas pelo governo, tiveram papel vital na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Cabe ressaltar que o valor total das aposentadorias costuma se mostrar regressivo em função das diferenciações de regras para o valor dos benefícios entre os trabalhadores do setor público e privado, mas quando consideradas apenas as aposentadorias e pensões até um salário mínimo, esta parcela da renda se mostra progressiva (ROCHA, 2012, HOFFMANN, 2014; SOUZA E MEDEIROS, 2015).

As transferências governamentais têm papel de destaque para a queda da desigualdade da renda. Em especial, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada

tiveram significativa contribuição no processo de redução continuada da concentração de renda. O número de beneficiários dos dois programas aumentou em larga escala e o orçamento destinado a ambos os programas também cresceu proporcionalmente. As contrapartidas exigidas pelo Programa Bolsa Família também contribuíram para melhoras educacionais e sociais observadas no período. O estímulo ao consumo para as famílias pobres e extremamente pobres, público alvo destes programas, também contribuiu para a dinâmica econômica favorável, além de reposicionar diversos indivíduos de forma mais aproximada dentro da escala distributiva, uma vez que o valor desses benefícios também toma como referência o valor do salário mínimo (NERI E CAMPELLO, 2013; PEÑA, 2015; DE BRAUW, 2015; DENES, KOMATSU E MENEZES-FILHO, 2018).

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

3.1 Base de Dados

A base de dados utilizada advém de informações extraídas da PNAD, no período de 2001 a 2015. A PNAD é a principal fonte de informação de renda domiciliar *per capitulo* Brasil, variável utilizada neste trabalho, e é reconhecida como uma fonte de informações de excelente qualidade. A PNAD constituída de dados anuais se encerrou em 2015 e produzia resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), e pesquisava principalmente características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, tendo como unidade de investigação o domicílio.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre, sendo interrompidos nos anos de realização dos Censos Demográficos. Em 1974-1975 foi realizada uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, a pesquisa não foi realizada. Ao longo do tempo, a PNAD passou por atualizações metodológicas, algumas restritas ao plano amostral, e outras relacionadas à abrangência e às conceituações dos aspectos pesquisados, conforme recomendações internacionais (IBGE, 2018; PNUD, 2005).

3.2 A Curva de Lorenz e os Índice de Gini, Mehran e Piesch

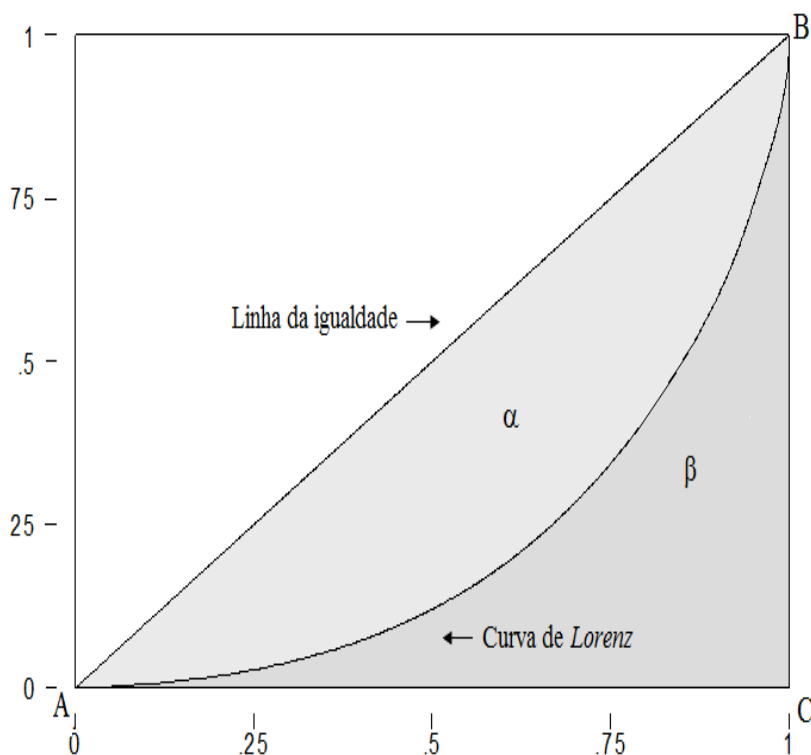
Este trabalho utiliza como medida de desigualdade o índice de Gini, que costuma ser o mais utilizado não só por trabalhos acadêmicos, mas também pelos órgãos estatísticos, nacionais e internacionais, em seus relatórios periódicos. Além deste índice, também serão utilizados os índices de Mehran e Piesch. O índice de Gini será decomposto conforme 11 parcelas da renda. Além da mensuração do índice realiza-se a decomposição de sua variação entre dois períodos, para captar o efeito-concentração e o efeito-composição.

3.2.1 A Curva de Lorenz

A curva de Lorenz é uma ferramenta gráfica utilizada para representar a desigualdade em qualquer distribuição. Assim, ela possibilita a diferenciação entre as distribuições de renda. A curva de Lorenz facilita comparações das distribuições, no caso, distribuições da renda de populações com diferentes níveis de renda ou distribuições de uma mesma população em distintos momentos no tempo (MEDEIROS, 2012).

Seja p o valor da proporção acumulada da população até certo estrato e seja Φ o valor da correspondente proporção acumulada da renda. Os pares de valores (p, Φ) , para os diversos estratos, definem pontos em um sistema de eixos cartesianos ortogonais como ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Curva de Lorenz



Fonte: Hoffmann (1998).

A área α , compreendida entre a curva de Lorenz e o bissetor do 1º quadrante, é denominada “área de desigualdade”. Numa população em que todos recebem a mesma renda (caso de perfeita igualdade), à proporção p da população corresponde igual proporção Φ da renda total, ou seja, tem-se sempre $\Phi = p$. Assim, a “curva” de Lorenz se reduz a um

segmento de reta sobre o bissetor do 1º quadrante. Nesse caso, a área de desigualdade é zero.

O caso oposto, máximo de desigualdade, admitindo impossibilidade de renda negativa, seria o caso de uma população com n indivíduos em que um deles receba toda renda e os demais recebam renda nenhuma. Assim, a proporção acumulada da renda é igual a zero até o ponto da abscissa $\frac{(n-1)}{n}$, tornando-se $\Phi = 1$ quando incluímos o indivíduo que recebe toda renda. Se esta população for bastante grande, a “curva” de Lorenz se confunde com a poligonal ABC , e a área de desigualdade é praticamente igual à área do triângulo ABC , como visto na Figura 1, que é numericamente igual a 0,5.

A formalização da Curva de Lorenz para uma variável discreta, conforme apresentado por Hoffmann (1998), pode ser dada como segue: considere-se uma população com n valores da variável x_i ordenados de maneira que

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n.$$

Vamos admitir que x_i é a renda da i -ésima pessoa em uma população de n pessoas. A proporção acumulada da população, até a i -ésima pessoa, é

$$p_i = \frac{i}{n} \tag{1}$$

e a correspondente proporção acumulada da renda é

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j \tag{2}$$

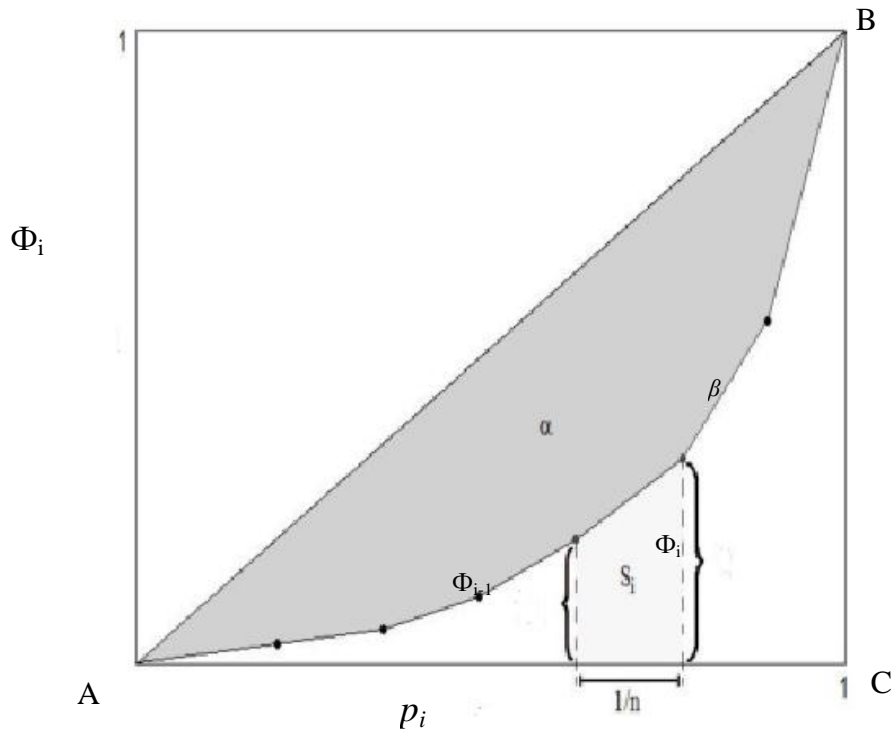
onde μ é a renda média.

É necessário incluir as seguintes definições especiais:

$$p_0 = 0 \quad \text{e} \quad \Phi_0 = 0 \tag{3}$$

Os pares de valores p_i, Φ_i (com $i = 0, 1, \dots, n$) correspondem a $(n + 1)$ pontos de um sistema de eixos cartesianos ortogonais. Unindo os pontos consecutivos, obtém-se uma poligonal, denominada “Curva de Lorenz”, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta



Fonte: Hoffmann (1998).

3.2.2 O Índice de Gini

A área compreendida entre a Curva de Lorenz e o eixo das abscissas será indicada por β . Dado que a área do triângulo ABC é igual a 0,5, conforme apresentado na Figura 1, tem-se

$$\alpha + \beta = 0,5 \quad (4)$$

O índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e a área do triângulo ABC:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad \text{onde} \quad 0 \leq \alpha < 0,5 \quad \text{e} \quad 0 \leq G < 1 \quad (5)$$

Lembrando (4), segue-se que

$$G = 1 - 2\beta \quad \text{onde} \quad 0 < \beta \leq 0,5 \quad (6)$$

Observando a Figura 2, verifica-se que a área β pode ser obtida somando a área de n trapézios, desde que se considere o triângulo retângulo com um dos vértices na origem dos

eixos e catetos iguais a $\frac{1}{n}$ e Φ_1 como um trapézio cuja base menor é igual a zero. A área S_i do i -ésimo trapézio pode ser calculada por:

$$S_i = \frac{1}{2n}(\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (7)$$

A área β pode ser obtida pela soma das n áreas S_i , ou seja,

$$\beta = \sum_{i=1}^n S_i \quad (8)$$

Substituindo a equação (7) em (8), obtêm-se

$$\beta = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (9)$$

Substituindo a equação (9) em (6), obtêm-se a seguinte fórmula de cálculo do coeficiente de Gini

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (10)$$

3.2.3 Índice de Mehran e Piesch

Assim como o índice de Gini, os índices de Mehran e de Piesch são baseados na área de desigualdade delimitada pela curva de Lorenz. Segundo Hoffmann (2004) esses dois índices também podem ser usados na análise da decomposição da desigualdade conforme parcelas da renda. Obtendo uma nova fórmula de cálculo do índice de Gini e seguindo um procedimento análogo ao utilizado para deduzir a expressão (10), pode-se dividir a área de desigualdade α em trapézios com altura $\frac{1}{n}$. A área do i -ésimo trapézio é

$$\frac{1}{2n} [(p_i - \Phi_i) + (p_{i-1} - \Phi_{i-1})]$$

Como $p_0 = \Phi_0 = 0$ e $p_n = \Phi_n = 1$, a área de desigualdade é

$$\alpha = \frac{1}{2n} \left[\sum_{i=1}^{n-1} (p_i - \Phi_i) + \sum_{i=2}^n (p_{i-1} - \Phi_{i-1}) \right] = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (p_i - \Phi_i) \quad (11)$$

Segue-se que o índice de Gini (G) pode ser expresso como

$$G = \frac{2}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (p_i - \Phi_i) \quad (12)$$

O índice de Mehran (M) pode ser definido como

$$M = \frac{6}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (1-p_i)(p_i - \Phi_i) \quad (13)$$

No cálculo do índice de Mehranas diferenças de ordenadas da linha de perfeita igualdade e da curva de Lorenz $(p_i - \Phi_i)$ são ponderadas por $1 - p_i$, cujo valor diminui à medida que se percorre a distribuição, dos mais pobres até os mais ricos. Assim, o índice de Mehran é mais sensível a mudanças na cauda esquerda da distribuição (entre os relativamente pobres), em comparação com o índice de Gini.

Se há perfeita igualdade, tem-se $\Phi_i = p_i$ para todo i e, conseqüentemente, $M = 0$. Pode-se deduzir que, para rendas não-negativas,

$$0 \leq M \leq 1 - \frac{1}{n^2} \quad (14)$$

Quando toda a renda fica com uma única pessoa, o valor de M será máximo e, conseqüentemente, $\Phi_i = 0$ para $i = 1, 2, 3, \dots, n-1$. Utilizando a fórmula da soma dos quadrados dos n primeiros números naturais tem-se:

$$\sum_{i=1}^n i^2 = \frac{n(n+1)(2n+1)}{6} \quad (15)$$

O índice de Piesch(P) pode ser definido como

$$P = \frac{3}{n} \sum_{i=1}^{n-1} p_i (p_i - \Phi_i) \quad (16)$$

Assim, o fator de ponderação das discrepâncias $p_i - \Phi_i$ é p_i , cujo valor cresce com a renda. Isso faz com que o índice de Piesch seja mais sensível a modificações na cauda direita da distribuição de renda (entre os relativamente ricos), em relação ao índice de Gini. Pode-se deduzir que

$$0 \leq P \leq \left(1 - \frac{1}{n}\right) \left(1 - \frac{1}{2n}\right) \quad (17)$$

3.2.4 Decomposição do índice de Gini e a medida da progressividade de uma parcela da renda

A metodologia de decomposição do coeficiente de Gini, apresentada nesse trabalho, fundamenta-se em Pyatt, Chen e Fei (1980). Entretanto, neste trabalho a divisão da renda domiciliar será feita em onze parcelas, que são:

- 1 - Renda do trabalho de Empregados do Setor Privado;
- 2 - Renda do trabalho de Militar e Funcionário Público Estatutário;

- 3 - Renda do trabalho de Conta Própria;
- 4 - Renda do trabalho de Empregadores;
- 5 - Aposentadorias e pensões “oficiais” de até 1 salário mínimo⁵;
- 6 - Aposentadorias e pensões “oficiais” acima de 1 salário mínimo;
- 7 - Outras aposentadorias e pensões;
- 8 - Doações feitas por pessoas de outros domicílios;
- 9 - Rendimentos de aluguel;
- 10 – Transferências de programas governamentais
- 11 – Juros e Dividendos

O rendimento do trabalho, que é constituído pelos pagamentos brutos obtidos de todas as atividades das pessoas de 10 anos ou mais de idade, está dividido em quatro tipos, conforme a natureza do trabalho principal da pessoa, correspondendo às parcelas 1, 2, 3 e 4.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões são pagamentos feitos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, além de entidades seguradoras ou fundos de pensão. Neste trabalho, foi dividido em três tipos, sendo representados pelas parcelas 5, 6 e 7.

Os rendimentos de doações são os provenientes de pessoa não moradora na unidade domiciliar, representados pela parcela 8.

Os rendimentos de aluguel incluem sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc, representados pela parcela 9.

As transferências de programas governamentais correspondem aos pagamentos dos programas governamentais de assistência, podendo ser programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa-Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros).

Os juros e dividendos correspondem às remunerações decorrentes de aplicações em ativos financeiros de renda fixa ou caderneta de poupança

A seguir é exposta a decomposição estática do índice de Gini conforme parcelas da renda, de acordo com Hoffmann (2009).

Pode-se demonstrar que o índice de Gini pode ser representado por:

⁵Calcula-se que um rendimento x é “menor ou igual ao salário mínimo” quando $x < M$ com M sendo o valor arredondado para o inteiro mais próximo de 1,095 vezes o salário mínimo corrente. Assim, em 2012 o valor de M é $1,095 \times R\$622 = R\681 .

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i) \quad (18)$$

Considere-se, em seguida, que a renda x_i é formada por k parcelas, de maneira que

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \quad (19)$$

onde x_{hi} representa o valor da h -ésima parcela da renda da i -ésima pessoa.

A média da h -ésima parcela é

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (20)$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a i -ésima pessoa na série (1) é

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \quad (21)$$

Analogamente à definição da curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da h -ésima parcela à curva que mostra como Φ_{hi} varia em função de p_i . Cabe ressaltar que na construção da curva de concentração de x_{hi} é utilizada a ordenação dos x_i (e não a ordenação dos x_{hi} , que pode ser diferente).

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), a respectiva razão de concentração é definida como

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (22)$$

Note-se a semelhança entre (6) e (15). Analogamente à (11), pode-se demonstrar que

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}) \quad (23)$$

Verifica-se que $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$.

A participação da h -ésima parcela na renda total é

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (24)$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \quad (25)$$

Como $\sum \varphi_h = 1$, pode-se escrever

$$G = G - \sum_{h=1}^k \varphi_h (G - C_h) \quad (26)$$

Com $\varphi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Se $C_h < G$ a parcela x_{hi} está contribuindo para reduzir o índice de Gini. Se $C_h > G$, a parcela x_{hi} está contribuindo para aumentar o índice de Gini.

Para uma parcela $x_{hi} \geq 0$ da renda x_i , define-se a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki como

$$\pi_h = G - C_h \quad (27)$$

Um tributo (t_i) pode ser considerado uma parcela negativa da renda final, isto é,

$$t_i = -x_{hi} \quad (28)$$

A curva de concentração do tributo é construída usando os valores de t_i e a respectiva razão de concentração pode ser obtida por meio de (15) ou (16). Note-se que nesta última expressão a troca de sinal de x_{hi} não afeta o resultado, pois ocorre troca do sinal da covariância e de μ_h .

De acordo com (19), um tributo contribui para reduzir a desigualdade se $C_h > G$, pois o respectivo φ_h será negativo. Então, para incluir o caso dos tributos, a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki deve ser definida como

$$\pi_h = (\text{sinal de } \varphi_h)(G - C_h) \quad (29)$$

O nome dado a essa medida de progressividade é um reconhecimento do pioneirismo de Lerman e Yitzhaki (1985, 1995), que ressaltaram a importância de considerar a ordenação das rendas finais e demonstraram que, dado um pequeno acréscimo proporcional em x_{hi} , isto é, multiplicando x_{hi} por $1 + \theta$, com θ arbitrariamente pequeno, a variação ΔG causada no índice de Gini é tal que

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta G}{\theta} = \varphi_h (C_h - G) = -\pi_h |\varphi_h| \quad (30)$$

com $|\varphi_h|$ indicando o valor absoluto de φ_h .

Essa expressão mostra que a elasticidade de G em relação a x_{hi} é

$$\varphi_h \left(\frac{C_h}{G} - 1 \right) = - \frac{\pi_h |\varphi_h|}{G} \quad (31)$$

As expressões (23) e (24) mostram como o efeito de um pequeno acréscimo proporcional na parcela x_{hi} sobre o índice de Gini depende do grau de progressividade da parcela e do valor absoluto da sua participação na renda total. Na realidade, são esses resultados que justificam considerar a expressão (22) como uma medida apropriada da progressividade da parcela x_{hi} .

3.2.5 A decomposição de mudanças no índice de Gini: o efeito-composição e o efeito-concentração

Este subtópico está embasado em Hoffmann (2006) e Soares (2006). A decomposição da mudança no índice de Gini permite avaliar qual a contribuição de determinada parcela para essa mudança, isto é, permite determinar se a parcela contribuiu ou não para aumentar a concentração da renda. A seguir é deduzida a expressão da decomposição dinâmica do índice de Gini. O valor inicial do índice é dado por

$$G_1 = \sum_{h=1}^k \varphi_{1h} C_{1h} \quad (32)$$

Mantendo a divisão da renda nas mesmas parcelas, no ano final tem-se

$$G_2 = \sum_{h=1}^k \varphi_{2h} C_{2h} \quad (33)$$

Assim, a variação no índice de Gini entre esses dois anos é

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}) \quad (34)$$

Somando e subtraindo $\varphi_{1h} C_{2h}$ dentro da expressão entre parênteses e fatorando, obtêm-se

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{2h} \Delta \varphi_h + \varphi_{1h} \Delta C_h), \quad (35)$$

com

$$\Delta \varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h} \text{ e } \Delta C_h = C_{2h} - C_{1h} .$$

Alternativamente, somando e subtraindo $\varphi_{2h} C_{1h}$ dentro da expressão entre parênteses em (27), e fatorando, obtêm-se

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{1h} \Delta \varphi_h + \varphi_{2h} \Delta C_h) \quad (36)$$

As expressões (28) e (29) são duas maneiras possíveis de decompor ΔG . Para evitar a questão de escolher arbitrariamente uma delas, é razoável utilizar a média aritmética das duas:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h) \quad (37)$$

com

$$C_h^* = \frac{1}{2} (C_{1h} + C_{2h}) \quad (38)$$

e

$$\varphi_h^* = \frac{1}{2} (\varphi_{1h} + \varphi_{2h}) \quad (39)$$

Na expressão (30) o aumento na participação de uma parcela no rendimento total ($\Delta \varphi_h > 0$) só contribui para reduzir o índice de Gini se a respectiva razão de concentração (C_h^*) for negativa.

A média dos índices de Gini nos dois anos considerados é

$$G^* = \frac{1}{2} (G_1 + G_2) \quad (40)$$

Como $\sum \varphi_{2h} = \sum \varphi_{1h} = 1$, verifica-se que

$$\sum_{h=1}^k G^* \Delta \varphi_h = G^* \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \quad (41)$$

Então a expressão (30) permanece válida se subtrairmos a expressão (34) do segundo membro, obtendo

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (42)$$

Matematicamente, tanto (30) como (35) são válidas. Mas, quando analisamos o significado econômico dos seus termos, verifica-se que (35) é a expressão mais conveniente. É mais razoável adotar uma decomposição da variação do índice de Gini na qual, de acordo com a expressão (35), o aumento da participação de uma parcela ($\Delta \varphi_h > 0$) contribui para aumentar ou diminuir o índice de Gini conforme a razão de concentração dessa parcela seja maior ou menor do que o índice de Gini, respectivamente.

Para parcelas positivas, lembrando (20), a expressão (35) pode ser escrita como

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k \varphi_h^* \Delta C_h - \pi_h^* \Delta \varphi_h$$

com

$$\pi_h^* = G^* - C_h^*$$

Verifica-se, portanto, que o aumento da participação de uma parcela contribui para aumentar ou diminuir o índice de Gini conforme essa parcela seja, em média, regressiva ou progressiva, respectivamente.

Adotando a expressão (35) como a decomposição da mudança no índice de Gini, a contribuição total da h -ésima parcela do rendimento para essa mudança é

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^*\Delta C_h \quad (43)$$

e a respectiva contribuição percentual é

$$s_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^*\Delta C_h] \quad (44)$$

Nas expressões (36) e (37) podemos distinguir um efeito associado à mudança na composição do rendimento, que denominaremos efeito-composição, e um efeito associado à mudança nas razões de concentração, o efeito-concentração. O efeito-composição da h -ésima parcela é

$$(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \quad (45)$$

ou, como percentagem da mudança no índice de Gini,

$$s_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G} (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \quad (46)$$

O efeito-composição total é

$$\sum_{h=1}^k (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \quad (47)$$

O efeito-concentração da h -ésima parcela é

$$\varphi_h^*\Delta C_h \quad (48)$$

ou, como percentagem da mudança no índice de Gini,

$$s_{Ch} = \frac{100}{\Delta G} \varphi_h^*\Delta C_h \quad (49)$$

O efeito-concentração total é

$$\sum_{h=1}^k \varphi_h^*\Delta C_h \quad (50)$$

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos por este trabalho bem como a análise destes divididos em dois tópicos principais. O tópico 4.1 apresenta a evolução da RDPC real média e dos índices de desigualdade de Gini, Mehran e Piesch para o Brasil como um todo de 2001 a 2015, apresentando alguns dos principais determinantes que levaram a tal dinâmica. O tópico 4.2 apresenta a contribuição de cada fonte da renda na variação do índice de Gini e busca mostrar de que forma os fatores discutidos no tópico anterior se relacionaram com as fontes de rendimento que se mostraram mais importantes na redução da desigualdade ocorrida no período.

4.1 Evolução da RDPC real média e dos índices de Gini, Mehran e Piesch do Brasil entre 2001 e 2015

De acordo com a Tabela 1 é possível ver uma tendência de crescimento da RDPC real média, exposta em reais de 2015, que ocorreu de forma concomitante com a redução da desigualdade de renda do Brasil, entre 2001 e 2015. Embora o crescimento da RDPC real média tenha ocorrido durante um período de redução da desigualdade da renda no período que é objeto de análise deste trabalho, não é possível afirmar que o crescimento da RDPC implique sempre numa melhora na distribuição da renda, fato confirmado pela própria história econômica do Brasil quando do período do “Milagre Econômico” que combinou crescimento acelerado com crescimento da desigualdade da renda (HOFFMANN E DUARTE, 1972; SIMONSEN, 1979; LANGONI, 1973a).

Tabela 1 – RDPC real média em reais de 2015, índices de Gini, Mehran e Piesch do Brasil.

Ano	RDPC	Gini	Mehran	Piesch
2001	R\$ 735,10	0,594	0,726	0,528
2002	R\$ 750,71	0,587	0,718	0,522
2003	R\$ 733,70	0,581	0,713	0,515
2004	R\$ 734,11	0,569	0,700	0,503
2005	R\$ 779,23	0,566	0,697	0,501
2006	R\$ 852,33	0,560	0,690	0,494
2007	R\$ 873,92	0,552	0,684	0,486
2008	R\$ 915,69	0,543	0,674	0,477
2009	R\$ 940,78	0,539	0,670	0,473
2011	R\$ 999,94	0,527	0,659	0,461
2012	R\$ 1.076,64	0,524	0,654	0,459
2013	R\$ 1.114,25	0,523	0,654	0,457
2014	R\$ 1.149,53	0,513	0,642	0,449
2015	R\$ 1.068,91	0,513	0,643	0,448

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

Ainda de acordo com a Tabela 1, os índices de Mehran e dePiesch, como esperado, apresentaram valores distintos do índice de Gini em função da diferença de sensibilidade a mudanças nos extremos da distribuição de renda que os dois primeiros índices possuem em relação ao último. O índice de Mehran é mais sensível a variações na cauda esquerda da distribuição (posição das menores faixas de renda) do que o índice de Gini e o índice de Piesch é mais sensível a variações na cauda direita da distribuição (posição das maiores faixas de renda) (HOFFMANN, 2004).

Entretanto, apesar da diferença em suas magnitudes, os três índices apresentaram trajetória evolutiva idêntica entre 2001 e 2015. O índice de Gini apresentou uma variação percentual acumulada de -14,55%, o índice de Mehran de -12,06% e o índice de Piesch de -16,29%. A diferença da magnitude da variação percentual entre o índice de Mehran e o dePiesch com relação ao índice de Gini pode ser analisada levando em consideração um indicador de desigualdade chamado de J-divergência.

De acordo com Hecksher, Silva e Corseuil (2018) a J-divergência permite um tipo complementar de análise do nível e da trajetória da desigualdade ao decompor o valor total do índice pelas contribuições de cada faixa de renda, dos mais pobres até os mais ricos. Utilizando os dados da PNAD anual os autores mensuraram a contribuição para a redução da desigualdade de renda no Brasil entre 2001 e 2015 e identificaram que em todo o período as variações ocorridas no estrato dos 10% mais ricos tiveram maior importância (50,5 a 51,5%) para a redução da desigualdade total do que as variações dos 80% do meio da distribuição e dos 10% mais pobres somadas (aproximadamente 34% e 15%, respectivamente). Isso significa que no Brasil os movimentos distributivos que ocorreram entre os 90% mais pobres afetaram menos da metade da desigualdade total enquanto mais da metade da desigualdade total foi afetada por redistribuições que ocorreram entre os 10% mais ricos.

Como o índice de Piesch é mais sensível a modificações ocorridas no grupo dos mais ricos e as variações deste grupo populacional tiveram majoritária contribuição sobre a variação do nível de desigualdade total no Brasil, a sua variação percentual foi a maior entre os três índices. Ao passo que o índice de Mehran é mais sensível a modificações no grupo dos mais pobres, o grupo populacional que teve menos influência sobre as variações da desigualdade total, a sua variação percentual foi a menor entre os três índices.

O fato de o índice de Mehran ter sido o único a apresentar um pequeno acréscimo entre os anos de 2014 e 2015 pode ter um vínculo com o aumento da taxa de desemprego, derivado do significativo arrefecimento da atividade econômica observado nesse período e da redução do nível de emprego formal, que tende a afetar com mais intensidade as camadas

mais pobres da população que é o estrato populacional ao qual o índice de Mehran possui maior sensibilidade à variações.

Considerando a trajetória evolutiva dos valores da RDPC é possível notar que a partir de 2003 até 2014 há um processo de crescimento contínuo desses valores. Neste período a taxa média anual de variação percentual foi de 4,6%. Tal crescimento esteve relacionado com o processo de desvalorização do Real iniciado no começo dos anos 2000 e o consequente crescimento das exportações, inicialmente propulsionado pelo *boom* das *commodities* com a intensa demanda do mercado externo, em especial do mercado asiático, fatores que contribuíram fortemente para a criação das condições para a retomada do crescimento econômico do País. A retomada do mercado interno brasileiro só ocorreu, entretanto, com o aquecimento da demanda agregada que aconteceu entre 2003 e 2004. Esse aquecimento tornou possível uma trajetória de crescimento do nível de emprego e da renda, com forte ampliação dos cargos ligados ao setor formal e redução do desemprego em todas as regiões do Brasil (BALTAR, 2010; HOFFMANN, 2017; SOUEN E CAMPOS, 2017).

O aumento das contratações formais se deu, a princípio, em função do aumento da capacidade produtiva das médias e grandes empresas do setor exportador. O bom desempenho da atividade econômica, em especial entre os anos de 2003 a 2013, acabou por fomentar a criação de mais postos de trabalho no setor formal por conta do contínuo aumento do consumo e do investimento. O impacto destas duas últimas variáveis no desempenho econômico foi ainda mais intensificado em função da ampliação do crédito de mais longo prazo, algo que foi possível por conta do aumento do fluxo de capital estrangeiro no mercado doméstico e da maior captação externa dos bancos e empresas, se aproveitando de uma grande liquidez no mercado financeiro internacional com taxas de juros favoráveis. Esse movimento conjuntural favoreceu a elevação do consumo da base da pirâmide social em proporções maiores do que o consumo do topo da pirâmide, ampliou os níveis de rendimento médio e reduziu de forma importante a desigualdade na distribuição da renda (CARDOSO, 2007; SIMÃO, 2009; SOUZA CAMPOS, 2015; SOUEN E CAMPOS, 2017).

Um fator primordial para o aumento da RDPC real média e a redução da desigualdade de renda foi a valorização contínua e intensa do salário mínimo. Esse processo começou em 1994, iniciando a reversão de uma tendência histórica de desvalorização salarial que vinha ocorrendo desde 1976, e teve um importante aumento de intensidade em suas taxas de crescimento a partir de meados de 2003. Parte importante deste processo de valorização foi o fato de que, a partir de 2000, permitiu-se aos Estados brasileiros definir os valores das remunerações mínimas estaduais acima do valor definido a nível federal (BRITO, FOGEL E

KERSTENETZKY, 2015; DALDEGAN, 2015, SABOIA E HALLAK NETO, 2018). A tabela 2 mostra como o salário mínimo real evoluiu no Brasil entre 2002 e 2015.

Tabela 2 – Reajustes do Salário Mínimo no Brasil de 2002 a 2015

Ano	Salário Mínimo	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
2002	200,00			
2003	240,00	20,0	18,54	1,23
2004	260,00	8,33	7,06	1,19
2005	300,00	15,38	6,61	8,23
2006	350,00	16,67	3,21	13,04
2007	380,00	8,57	3,30	5,10
2008	415,00	9,21	4,98	4,03
2009	465,00	12,05	5,92	5,79
2010	510,00	9,68	3,45	6,02
2011	545,00	6,86	6,47	0,37
2012	622,00	14,13	6,08	7,59
2013	678,00	9,00	6,20	2,64
2014	724,00	6,78	5,56	1,16
2015	788,00	8,84	6,23	2,46
Total	-	294,00	123,17	76,54

Fonte: DIEESE

A relação negativa entre o salário mínimo real e o índice de Gini já foi tema de estudo de alguns trabalhos. O Quadro 1 apresenta alguns dos principais trabalhos e suas conclusões.

Quadro 1 – Relação de trabalhos estudados sobre a relação entre o salário-mínimo real e o índice de Gini

Autores	Período	SM Real	Efeito
Menezes-Filho e Rodrigues (2009)	1988 a 1999	Queda	Aumento na concentração da renda
Saboia (2007)	1995 a 2005	Aumento	Redução na concentração da renda
Brito, Fogel e Kerstenetzky (2015)	1995 a 2013	Aumento	Redução na concentração da renda
Komatsu (2013)	2004 a 2011	Aumento	Redução na concentração da renda
Souen (2013)	2003 a 2013	Aumento	Redução na concentração da renda
Saboia eHallak Neto (2018)	2004 a 2013	Aumento	Redução na concentração da renda

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 1 indica um consenso na literatura acadêmica brasileira recente sobre a importância da valorização do salário-mínimo na redução da desigualdade da renda. Esta valorização impactou positivamente no aumento da RDPC real média e na redução da desigualdade da renda por que o salário mínimo: i) se trata do piso remuneratório das ocupações do setor formal (afetando também o nível de remuneração de determinadas ocupações informais); ii) é o piso remuneratório das aposentadorias e pensões e iii) é o valor de referência para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (DALDEGAN, 2015; FOGEL, BRITO E KERSTENETZKY, 2015; SABOIA E HALLAK NETO, 2018).

Os dados da PNAD anual mostraram que de 2002 a 2015 o percentual de pessoas ocupadas, recebendo exatamente um salário mínimo, aumentou de 5,4% para 6,9%. O percentual de pessoas aposentadas ou pensionistas, recebendo exatamente um salário mínimo, subiu de 6,6% para 8,1%. E o percentual de pessoas beneficiárias do BPC subiu de 0,2% para 1,0%. Estas estatísticas reforçam a importância da valorização do salário mínimo na redução da desigualdade da renda no Brasil.

De acordo com Brito, Fogel e Kerstenetzky (2015) a valorização do salário mínimo, via mercado de trabalho, tendeu a afetar principalmente a cauda inferior da distribuição de renda, enquanto, via previdência e assistência, o efeito da valorização tendeu a se concentrar nos domicílios com rendimento mediano. Os autores estimaram que, considerando todos os canais pelos quais o salário mínimo pode afetar o rendimento domiciliar, seu efeito médio foi de aproximadamente 72% na redução da desigualdade da renda ocorrida entre 1995 e 2013, com destaque para o papel da vinculação do salário mínimo à previdência, mercado de trabalho e o BPC.

Estes dados e informações reforçam a importância do salário mínimo como fonte de rendimento de uma parte significativa de domicílios brasileiros e como esta importância foi se tornando crescente ao longo do tempo, permitindo que a parcela mais pobre da população pudesse se beneficiar de maiores níveis de consumo, uma vez que haviam mais postos de trabalho com níveis de remuneração real que cresciam acima da inflação.

Para mais, houve um grande aumento no número de beneficiários das aposentadorias e pensões, especialmente as com valor até um salário mínimo e também um significativo aumento no número de beneficiários dos programas de transferência de renda com o Programa Bolsa Família (PBF) e o BPC (ROCHA, 2012; HOFFMANN, 2014; PEÑA ET AL, 2015).

Além das mudanças na intensidade e nas características da demanda por força de trabalho houve também mudanças significativas na magnitude e na dispersão do grau de

qualificação da oferta de força de trabalho. De acordo com os dados da PNAD entre 2001 e 2015, os anos médios de estudos da população acima de 22 anos se elevou de 6,1 para 8,1. Houve aumento no acesso à educação básica, ao ensino fundamental, médio e superior, que foi viável graças ao crescente volume de investimentos na infraestrutura educacional, na capacitação de profissionais habilitados a ensinar e no estabelecimento de condicionalidades associadas à matrícula escolar de crianças e adolescentes por parte dos beneficiários do PBF (MENEZES-FILHO E KIRSCHBAUM, 2015; SAMPAIO E OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA E SILVEIRA NETO, 2016).

O aumento dos anos de estudo da população fez com que maiores contingentes de força de trabalho tivessem a qualificação necessária para assumir os novos postos de trabalho que estavam sendo gerados e também criou uma contínua redução da dispersão educacional no Brasil, reduzindo a taxa de retorno para cada ano de estudo, contribuindo para o aumento da renda média e para a redução da desigualdade da renda (PECORA E MENEZES-FILHO, 2014; ZYLBERSTAIN, 2015; PINTO, 2017; CAMPELLO ET AL, 2018; DENES, KOMATSU E MENEZES-FILHO, 2018).

De 2014 a 2015 houve uma expressiva queda de 7% na RDPC real média que teve a desaceleração do crescimento econômico, a redução no nível do emprego formal, o crescimento do desemprego e o contexto de crise político-institucional como fatores determinantes. Tal redução da renda se deu com maior intensidade para os extremamente pobres, o que por si só, já significou aumento da desigualdade. Porém, o vigésimo mais rico também teve uma diminuição da renda média maior que a média geral e os grupos intermediários tiveram reduções menores no valor de sua renda, o que contribuiu com a relativa estabilização dos índices de Gini, Mehran e Piesch de um ano para o outro (HOFFMANN, 2016).

Entre 2011 e 2014 o PIB *per capita* cresceu abaixo dos 3% e a RDPC cresceu, no mesmo período, quase 15%. Apesar de haver subdeclaração nas rendas da PNAD, espera-se que no longo prazo o crescimento da RDPC acompanhe o crescimento do PIB *per capita*. Assim, a queda mais intensa da RDPC em 2015 pode ser considerada, em parte, um retorno à convergência esperada com o PIB *per capita* (HOFFMANN, JESUS E ALMEIDA, 2018).

4.2 Decomposição da variação do índice de Gini: mensurando a contribuição de cada fonte de rendimento na redução da desigualdade da renda

Este tópico objetiva detalhar a contribuição de cada parcela para aumentar ou diminuir a concentração da RDPC no Brasil e destacar os principais determinantes relacionados às

parcelas mais importantes no processo de redução da desigualdade de renda dentro do período analisado. Escolheu-se apresentar a decomposição da variação do índice de Gini por ser este o índice mais utilizado na mensuração da desigualdade de renda, tanto no meio acadêmico como pelos órgãos estatísticos, e porque, de forma geral, as conclusões que seriam retiradas da decomposição da variação dos índices de Mehran e de Piesch seriam similares, já que a trajetória evolutiva dos três índices é similar.

A Tabela 3 mostra a decomposição da variação do índice de Gini segundo as 11 fontes do rendimento pelo efeito concentração, isto é, devido a mudanças na razão de concentração das fontes de renda e pelo efeito composição, que considera mudanças na composição da determinada parcela em relação ao total, dentro do período escolhido.

Tabela 3 – Decomposição da variação do índice de Gini pelo efeito-composição e efeito-concentração no Brasil de 2001 e 2015

Parcelas RDPC		Período 2001/2015 ($\Delta G = -0,081$)		
		Efeito Composição (%)	Efeito Concentração (%)	Efeito Total (%)
Renda do Trabalho	1	1,24	35,53	36,77
	2	-3,47	-0,30	-3,77
	3	-1,08	10,08	9,00
	4	12,55	3,08	15,63
	Sub-total	9,24	48,39	57,63
Renda Não Trabalho	5	17,04	-5,13	11,91
	6	1,33	4,33	5,66
	7	-0,02	2,46	2,43
	8	-0,86	1,00	0,14
	9	2,36	0,88	3,23
	10	15,84	0,09	15,92
	11	0,23	2,83	3,06
Sub-total	35,91	6,46	42,37	
Total		45,15	54,85	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

1 – Empregados do setor privado; 2 – Militar e funcionário público; 3 – Autônomos; 4 – Empregadores; 5 – Aposentadorias e Pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e Pensões (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Transferências Governamentais; 11 – Juros e Dividendos.

De acordo com a Tabela 3, a fonte de rendimento que teve maior participação para a redução do índice de Gini entre 2001 e 2015 foi a parcela 1, relativa à renda dos empregados do setor privado, com grande parte de sua influência sobre o índice de Gini tendo ocorrido via efeito-concentração. Para entender melhor o porquê desta fonte de rendimento ter sido

responsável por pouco mais de um terço da redução da desigualdade de renda ocorrida no Brasil, recorra-se inicialmente à Tabela 4, que mostra a participação percentual das fontes de rendimento que compõem a RDPC.

Tabela 4 – Participação percentual das parcelas componentes da RDPC no Brasil, de 2001 a 2015

ANO	PARCELAS											Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
2001	39,74	9,96	16,45	11,73	4,11	13,01	1,47	0,68	1,93	0,24	0,69	100
2002	39,78	9,94	15,75	11,90	4,20	13,02	1,44	0,76	1,91	0,35	0,95	100
2003	39,16	10,02	15,82	11,66	4,84	13,66	1,35	0,71	1,74	0,40	0,65	100
2004	39,78	10,15	15,20	11,20	4,63	13,50	1,47	0,73	1,74	0,88	0,72	100
2005	40,15	9,87	14,56	11,31	4,97	13,21	1,62	0,71	1,82	0,88	0,90	100
2006	39,29	10,68	13,99	11,94	5,25	12,74	1,52	0,71	1,73	1,24	0,92	100
2007	40,53	10,90	15,44	10,08	5,54	12,44	1,45	0,55	1,49	1,01	0,57	100
2008	41,19	10,91	13,49	10,94	5,60	12,61	1,30	0,50	1,68	1,14	0,63	100
2009	40,91	11,27	13,36	10,64	6,07	12,74	1,32	0,44	1,56	1,22	0,46	100
2011	42,87	10,92	15,25	8,31	6,26	11,93	1,22	0,26	1,08	1,32	0,60	100
2012	42,14	10,56	15,02	9,29	6,58	11,34	1,15	0,27	1,25	1,46	0,93	100
2013	42,47	10,78	14,47	9,51	6,76	11,55	1,13	0,25	1,15	1,44	0,50	100
2014	41,85	10,72	15,01	9,10	6,71	11,52	1,28	0,37	1,19	1,56	0,69	100
2015	40,85	11,46	14,89	8,28	7,32	12,46	1,20	0,39	1,07	1,57	0,50	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

1 – Empregados do setor privado; 2 – Militar e funcionário público; 3 – Autônomos; 4 – Empregadores; 5 – Aposentadorias e Pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e Pensões (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Transferências Governamentais; 11 – Juros e Dividendos.

Pela Tabela 4 é possível perceber que o rendimento dos empregados do setor privado foi responsável, durante todo o período, por pouco mais de 40% do total da RDPC, sendo, por significativa margem, a parcela com maior percentual relativo ao total. Assim, seria de se esperar que variações em sua composição e/ou em sua razão de concentração teriam um impacto considerável sobre o nível de desigualdade.

Não houve grandes mudanças na participação percentual desta fonte de rendimento durante todo o período. Entretanto, considerando o período inicial e o final, há um pequeno aumento no percentual relativo ao total que também contribuiu, ainda que relativamente pouco, para essa parcela da renda ter tido preponderância na redução do índice de Gini. Esta contribuição foi captada na forma de efeito-composição.

Para entender o porquê desta pequena variação positiva na composição da parcela 1 ter tido um impacto positivo sobre a redução do índice de Gini, analisem-se as Tabelas 5 e 6, que apresentam o grau de progressividade e a razão de concentração das fontes da RDPC ligadas ao trabalho, respectivamente.

Tabela 5 – Grau de progressividade das parcelas da renda do trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015

Ano	Renda do Trabalho			
	1	2	3	4
2001	0,0954	-0,1448	0,0709	-0,266
2002	0,0919	-0,1543	0,0858	-0,2695
2003	0,0968	-0,1524	0,0768	-0,2789
2004	0,0997	-0,1643	0,0696	-0,2862
2005	0,0964	-0,1698	0,0798	-0,2871
2006	0,1074	-0,1858	0,0743	-0,2963
2007	0,1025	-0,1918	0,0361	-0,2994
2008	0,1033	-0,1973	0,0664	-0,2938
2009	0,1045	-0,2064	0,0653	-0,2971
2011	0,0881	-0,219	0,0231	-0,3234
2012	0,0943	-0,2062	0,0128	-0,3288
2013	0,0929	-0,2095	0,0204	-0,334
2014	0,0922	-0,224	0,0188	-0,3316
2015	0,0856	-0,228	0,0418	-0,3221

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

1 – Empregados do setor privado; 2 – Militar e funcionário público; 3 – Autônomos; 4 – Empregadores;

Tabela 6 – Razão de concentração das parcelas da renda do trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015

Ano	Renda do Trabalho			
	1	2	3	4
2001	0,4986	0,7388	0,5231	0,8600
2002	0,4951	0,7413	0,5012	0,8565
2003	0,4842	0,7334	0,5042	0,8599
2004	0,4693	0,7333	0,4994	0,8552
2005	0,4696	0,7358	0,4862	0,8531
2006	0,4526	0,7458	0,4857	0,8563*
2007	0,4495	0,7438	0,5159	0,8514*
2008	0,4397	0,7403	0,4766	0,8368*
2009	0,4346	0,7456	0,4734	0,8362*
2011	0,4389	0,7460	0,5039	0,8504*
2012	0,4297	0,7302	0,5112	0,8528*
2013	0,4301	0,7325	0,5026	0,8570*
2014	0,4208	0,7370	0,4942	0,8446*
2015	0,4274	0,7410	0,4712	0,8351*

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

1 – Empregados do setor privado; 2 – Militar e funcionário público; 3 – Autônomos; 4 – Empregadores;

O grau de progressividade é obtido realizando-se a subtração do índice de Gini, em um dado ano, da razão de concentração de cada parcela no mesmo ano. O grau de progressividade

costuma variar entre -1 e 1 e quando o sinal é positivo, *ceterisparibus*, afirma-se que a parcela da renda é progressiva, isto é, que é a parcela que contribui para a redução do grau de desigualdade de uma determinada distribuição e se for negativo contribui para aumentar o grau de desigualdade.

A Tabela 5 mostra que o rendimento dos empregados do setor privado foi uma fonte de rendimento progressiva durante todo o período, uma vez que todos os seus valores são positivos. Esta informação também pode ser vista na Tabela 6 ao se comparar a razão de concentração da parcela 1, em um dado ano, com o valor do índice de Gini no mesmo ano. Se o valor da razão de concentração for menor que o índice de Gini, significa que esta parcela foi progressiva. Ao se fazer a comparação destes valores é possível obter a mesma conclusão já trazida pela tabela 2.

Esta informação ajuda a entender porque aquele pequeno aumento na participação percentual relativa desta fonte da RDPC contribuiu para a diminuição do índice de Gini, uma vez que significou o aumento da participação no total de uma parcela que contribuiu para a redução da desigualdade em todo o período, ainda que a partir de 2013 ela tenha apresentado uma redução de 1,62 pontos percentuais.

A Tabela 6 também mostra que a razão de concentração da parcela 1 se reduziu significativamente (aproximadamente 16%), considerando os anos de 2001 e 2015, o que ajuda a visualizar o porquê de grande parte de sua contribuição ter se dado via efeito concentração.

Os motivos que geraram esta melhora na distribuição da renda dos empregados do setor privado podem ser melhor compreendidos levando em consideração três determinantes: i) a crescente formalização do mercado de trabalho; ii) o aumento do salário mínimo real e; iii) o aumento da remuneração média como reflexo da redução da desigualdade de escolaridade e da redução do retorno aos anos de estudo (ROCHA, 2012; DEDECCA, 2014; ARAÚJO E MARINHO, 2015; PINTO, 2017; CAMPELLO *et al*, 2018; HOFFMANN, 2018; SALATA, 2018; SOUEN, 2018).

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE), o emprego formal teve um crescimento de aproximadamente 66% entre 2003 e 2013, com uma taxa de crescimento médio de aproximadamente 5% ao ano, em um ritmo de crescimento superior ao do PIB que foi de 3,7% de média anual no mesmo período. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), nas regiões metropolitanas, no mesmo período, houve redução de aproximadamente 20% dos trabalhadores em estabelecimentos sem carteira e uma retração de 65% de trabalhadores não remunerados e apenas 0,7% de aumento dos empregadores.

As quedas mais intensas dos trabalhadores sem carteira e dos trabalhadores não remunerados bem como o menor aumento dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores ilustra bem este forte aumento da formalização, em especial do setor de serviços que é o setor que ocupa mais nas regiões metropolitanase que passou a contratar mais e com carteira assinada, reduzindo o grau de informalidade no País (CARDOSO, 2007; SOUEN, 2013).

Esta mudança no grau de formalidade/informalidade do mercado de trabalho brasileiro também pode ser vista na Tabela 4. A parcela 3, referente ao rendimento dos trabalhadores autônomos, apresentou uma redução de 1,56 pontos percentuais de participação no total da RDPC e a parcela 1, referente aos rendimentos dos trabalhadores do setor privado, apresentou um aumento de 1,11 pontos percentuais, considerando os anos de 2001 e 2015. De acordo com a Tabela 3, o efeito composição da parcela 3 foi negativo, isto é, esta redução na composição total da RDPC contribuiu para aumentar o índice de Gini. Isto ocorreu porque, assim como a parcela 1, a parcela 3 também é progressiva, como pode ser visto por seu grau de progressividade positivo na tabela 5 e sua razão de concentração menor que o índice de Gini em todos os anos de análise, na Tabela 6.

O aquecimento da demanda agregada ocorrido a partir de 2003 teve grande importância no avanço do nível de emprego formal, reduzindo o nível de desemprego e da inflação e aumentando os rendimentos do trabalho acima da inflação. Com a continuidade da geração de empregos formais, a renda do trabalho passou a ser mais bem distribuída em razão da elevação moderada do PIB aliada a preocupação do governo de formalizar cada vez mais a atividade econômica (CARDOSO, 2007; SIMÃO, 2009; BALTAR, 2010; SOUZA CAMPOS, 2016).

O crescimento da formalidade também reduziu a dispersão salarial por frear o crescimento da renda dos trabalhadores autônomos, que possui uma dispersão das remunerações relativas à média maior que a dispersão da renda do emprego formal. A menor inflação do período e uma expressiva elevação dos salários nominais também teve papel preponderante na redução da dispersão salarial, efeitos que foram gerados em função do aumento intenso do salário mínimo e dos reajustes salariais de várias categorias profissionais acima da inflação. A redução da dispersão salarial também foi resultado de uma concentração na geração de empregos no nível intermediário das remunerações entre a média e a mediana dos salários, relativamente aos empregos de maior remuneração (CASTRO, 2013; KREIN E SANTOS, 2012; SOUEN E CAMPOS, 2017).

Além disto, o mercado de trabalho informal apresentou uma parcela relevante de trabalhadores sem carteira assinada com sua remuneração determinada pelo valor do salário mínimo, o que ajuda a explicar o porquê de a parcela 3 (renda dos trabalhadores autônomos) ter se apresentado como progressiva e ter tido seu impacto sobre a redução desigualdade da renda inteiramente via efeito concentração. Desta forma, o intenso crescimento do emprego formal ocorreu com aumento no poder de compra dos salários, especialmente os de nível inferior, o que auxilia na compreensão da significativa redução na razão de concentração da renda dos trabalhadores do setor privado e dos trabalhadores autônomos (MEDEIROS, 2015; DALDEGAN, 2015; SOUZA CAMPOS, 2015; SOUEN, 2018).

Entretanto, o arrefecimento das taxas de crescimento econômico do Brasil já podia ser percebido a partir de 2011, como pode ser visto na tabela 7, e se refletiu numa desaceleração do ritmo de crescimento do emprego formal a partir de 2013-2014. O emprego formal só conseguiu apresentar variação positiva até o segundo semestre de 2014 e a partir daí passou a ter uma trajetória de queda até o fim do período de análise deste trabalho. A partir do segundo semestre de 2014 se iniciou um processo de reversão daquela tendência de estruturação do mercado de trabalho, iniciada em 2003, praticamente zerando os ganhos ocorridos desde 2013, com redução constante dos empregos formais e aumento das ocupações informais, indicando o crescimento das estratégias de subsistência diante da piora do nível de emprego formal. Os dados de 2015 registraram resultados cada vez mais negativos para o nível de emprego formal, sobretudo nos setores da indústria e construção civil, que haviam sido setores importantes no crescimento do emprego formal ocorrido a partir de 2003 (FERREIRA, PORTILHO E GORAYEB, 2014; SERRANO E SUMMA, 2015; SOUEN E CAMPOS, 2017).

A redução do crescimento econômico aliada a uma conjuntura social e política problemática, instaurada a partir de 2013, fez com que os setores mais sensíveis à conjuntura política acabassem por ser mais afetados, como o setor petrolífero e o da construção civil. Devido à situação de incerteza política e econômica houve retração dos investimentos nesses segmentos o que levou, por conta dos efeitos multiplicadores, na forte desaceleração ou no cancelamento de vários investimentos em outros setores, ampliando o desemprego de um nível de 6,5% em 2013 para 9% em 2015. Por outro lado, com a queda na arrecadação fiscal resultante da recessão, o governo ficou impossibilitado de tomar medidas anticíclicas mais eficientes, o que culminou num agravamento das condições econômicas e políticas no País, e auxilia na explicação do porquê de ter havido uma redução no nível da RDPC real média entre 2014 e 2015 conforme visto na Tabela 1; do por que desde 2013 a participação da

parcela 1 apresentou uma queda de 1,62 pontos percentuais conforme visto na tabela 4; e porque houve estagnação no nível da desigualdade de renda, medido pelo índice de Gini, entre 2014 e 2015 conforme a Tabela 1 (CASTRO, 2013; OLIVEIRA, 2014; SOUEN E CAMPOS, 2017).

Tabela 8 – Variação do emprego formal por setores agregados de atividade e PIB no Brasil de 2003 a 2015

Período	Indústria ¹	Construção Civil	Comércio e Reparação	Serviços às empresas ²	Adm. Pública e Serviços Sociais	Outros Serviços	Total	PIB
2003-2004	-1,7	0,8	-1,5	-0,2	-2,0	-4,3	-2,0	5,7
2004-2005	4,4	-4,5	3,6	11,2	4,5	6,6	5,5	3,2
2005-2006	4,6	7,0	3,5	7,9	7,9	-0,3	5,0	4,0
2006-2007	2,5	2,0	3,1	7,5	1,2	5,0	3,6	6,1
2007-2008	2,1	18,3	9,2	6,8	5,7	9,8	6,7	5,2
2008-2009	2,4	16,0	2,8	1,7	3,7	1,7	3,1	-0,3
2009-2010	2,8	12,6	5,6	8,8	2,8	9,2	5,9	7,5
2010-2011	6,0	9,7	7,5	7,2	2,7	7,2	6,1	2,7
2011-2012	2,1	9,2	6,1	7,7	5,3	2,4	5,0	1,0
2012-2013	2,3	5,6	-1,0	0,5	3,2	6,6	2,4	2,5
2013-2014	-2,5	-0,2	2,4	3,0	4,8	1,4	1,9	0,1
2014-2015	-7,7	-9,2	2,2	2,9	-0,8	0,3	-1,2	-3,8

¹ Indústria extrativa e de transformação e utilidade pública

² Intermediação financeira, atividades imobiliárias e serviços à empresa

Fonte: Elaborado com base nos dados de Souen e Campos (2017)

Outro determinante para a diminuição da concentração da renda do trabalho foi a desigualdade educacional, um dos fatores que mais influencia a dinâmica de exclusão social e perpetuação da pobreza. No Brasil, o acesso à educação é historicamente marcado por fortes desigualdades, seja pela falta de acesso ao sistema escolar, pela exclusão dentro do sistema ou pela distinção na qualidade do ensino oferecido nos serviços privados e públicos. Tais desigualdades contribuem de forma importante para o aumento das desigualdades econômicas por conta das novas demandas do mercado de trabalho que, se não atendidas em medida suficiente pelo lado da oferta, geram diferenciais de salário de alta importância (DELGADO, MIRANDA-RIBEIRO E SOARES, 2013; SAMPAIO E OLIVEIRA, 2015).

Considerando este aspecto houve significativos avanços no Brasil como: i) o aumento do número de jovens ingressando no ensino médio na idade certa (em 2002, somente 10,7% dos jovens mais pobres chegava ao ensino médio na idade correta, em 2015 esse percentual subiu para 39%); ii) o aumento no acesso ao ensino superior (tal acesso para os 20% mais pobres foi aumentado em 23 vezes de 2002 a 2015); e iii) pais e mães concluindo o ensino fundamental, que é um dos requisitos estratégicos para que uma família não entre numa

situação de pobreza crônica contribuindo para o aumento da desigualdade. (SOARES, 2014; CAMPELO *et al*, 2018).

O aumento da escolaridade observado em todas as regiões do Brasil, associado ao aumento dos postos de trabalho para indivíduos mais escolarizados, teve papel preponderante na diminuição da concentração vista nas parcelas 1 e 3. Isso ocorreu porque mais de 70% da RDPC é composta de rendimentos associados à produtividade, que são determinados, em grande medida, pelos níveis educacionais dos indivíduos e de suas famílias. O aumento do número médio de anos de estudo da população brasileira (6,1 em 2001 para 8,1 em 2015) teve forte contribuição na redução do grau de informalidade e contribuiu para uma maior estabilidade macroeconômica que, por sua vez, estimulou a criação de novos postos de trabalho. Assim, o aumento da escolaridade gerou impactos no mercado de trabalho na forma de mais empregos e de melhores salários, já que o mercado de trabalho brasileiro é relativamente escasso em capital humano e as melhoras ocorridas de 2001 a 2015 foram fundamentais para a redução da desigualdade de uma característica fundamental da força de trabalho do País (OLIVEIRA E SILVEIRA NETO, 2016; PINTO, 2017).

A redução da desigualdade educacional foi viabilizada em grande parte por conta do aumento do percentual do investimento em educação realizado pelo governo brasileiro no período. Em 2001, de acordo com dados da OCDE, o Brasil dedicava cerca de 4,7% do PIB para a educação e em 2015 passou a dedicar 6,6%, com a educação básica (infantil, fundamental e médio) recebendo aproximadamente 82% do investimento total em educação, sendo 18% destinados ao ensino médio.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, a educação superior teve um aumento nas despesas de custeio e investimento da ordem de 5,3 bilhões de reais em 2004 para 28,6 bilhões em 2014. Estes investimentos se voltaram para a ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos campus universitários, à redefinição das formas de ingresso, à democratização do acesso à universidades privadas através de programas de financiamento, reformulação da avaliação de cursos e instituições, ao desenvolvimento dos instrumentos de regulação e supervisão e também ao aumento da pós-graduação. Os gastos diretos com educação aumentaram de 54 bilhões de reais para 139,4 bilhões, entre 2002 e 2015, em reais de dezembro de 2015, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Com isso a expansão no acesso à educação se tornou possível, já que as políticas públicas que estabeleceram a obrigatoriedade e gratuidade do ensino puderam implementar seus projetos de forma concreta. Mais recentemente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e depois,

o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) contribuíram ainda mais para a expansão do acesso à escola. Como resultado, no mesmo período, a parcela da população com ensino fundamental incompleto se reduziu e a parcela da população com ensino médio e superior completo cresceu. Cabe ressaltar também o impacto da condicionalidade imposta às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de matricular as crianças e adolescentes até 17 anos e de observarem um determinado patamar de frequência escolar para manutenção do benefício neste processo (FERNANDES, 2013; SAMPAIO E OLIVEIRA, 2015; PINTO, 2017; DENES, KOMATSU E MENEZES FILHO, 2018).

A redução da desigualdade educacional teve impacto considerável na redução da desigualdade de renda porque o mercado de trabalho, de maneira geral, valoriza de forma proporcionalmente distinta cada indivíduo de acordo com seu nível de qualificação, em geral, medido pelos anos de estudo. Desta forma, a desigualdade de renda depende do valor que o mercado de trabalho atribui para cada ano adicional de estudo. Pecora e Menezes-Filho (2014) observaram que a taxa de retorno do nível educacional se reduziu entre 2001 e 2009, para todos os níveis educacionais (básico, médio e superior). Zylberstain (2015) mensurou a taxa de retorno da educação no Brasil de 1995 a 2013 e observou que houve uma redução. De acordo com a Função de Controle a taxa de retorno se situava na casa dos 15% entre 1995 e 2003 e de 2004 até 2013 oscilou entre 11% e 14%. Já pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários entre 1995 e 2013 houve uma redução de 12% para 9%.

Isto posto, a redução na desigualdade educacional trouxe por consequência reduções na desigualdade de rendimento entre os trabalhadores, uma vez que a oferta da força de trabalho se tornou mais homogênea e o prêmio pela escolaridade mais alta se reduziu. (BARROS, FRANCO E MENDONÇA, 2007; MENEZES-FILHO E KIRSCHBAUM, 2015; PINTO, 2017).

Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019) ressaltaram que, apesar de a educação ser um investimento bastante defensável, em função de seus retornos sociais e econômicos, não existem razões, *a priori*, para crer que a continuidade da expansão educacional, por si só, poderia ser uma garantia de melhorias substanciais na distribuição da renda no curto ou médio prazo. A expansão de um sistema existente, frequentemente, se faz em detrimento da qualidade da educação ofertada, pelo menos durante um período de transição, que pode ser longo o suficiente para afetar a qualidade da formação de coortes inteiras de estudantes. Seus resultados mostraram que a temporalidade para a produção de efeitos distributivos

significativos, apenas via educação, era extremamente longa: várias décadas, além de depender de diversos outros fatores como uma grande expansão da economia.

Modelos utilizando variáveis instrumentais ou que incluíam variáveis controles para a origem social dos indivíduos reduziam substancialmente a importância da educação na distribuição da renda do trabalho. Isto ocorre porque, os mais mal posicionados na estrutura social seriam afetados por um ensino de menor qualidade que se traduziriam em menores habilidades e capacidades que seriam revelados pela desigualdade de remunerações no mercado de trabalho. Ademais, mesmo num mercado de trabalho perfeitamente competitivo, a capacidade de pagar mais pelas habilidades individuais depende de uma demanda pela força de trabalho qualificada que assegure a adequação entre a formação do indivíduo e sua ocupação. Desta forma, o combate à desigualdade, apenas por meio da elevação da qualificação e das rendas do trabalho possui barreiras severas. Segundo os autores existem outros tipos de políticas salariais que poderiam produzir efeitos mais rápidos e eficazes na distribuição de renda, como por exemplo, a continuação do aumento real do salário mínimo (MEDEIROS, BARBOSA E CARVALHAES, 2019). A importância do aumento do salário mínimo na redução da desigualdade da renda já foi apresentada no tópico 3.1.

Retornando à Tabela 3 é possível verificar que a parcela 2, referente aos rendimentos dos militares e funcionários públicos, foi a única parcela que apresentou efeito total negativo na variação do índice de Gini (-3,47), apresentou grau de progressividade negativo e teve sua razão de concentração aumentada considerando o período inicial e o final de análise (0,7388 para 0,741). Estes valores indicam que esta fonte da RDPC possui caráter concentrador e contribuiu em todo o período para elevar a desigualdade da renda.

A regressividade do rendimento dos militares e funcionários públicos está associada com as diferenças das políticas salariais entre os setores público e privado. As políticas salariais estatais são influenciadas tanto pelo funcionamento do mercado de trabalho como também por determinantes políticos, uma vez que os trabalhadores do setor público também são agentes políticos e compõem um corpo eleitoral de grandes proporções. Desta forma, a maneira como o mercado de trabalho público é regulada acaba por gerar grandes diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores equivalentes em cada setor, especialmente porque são as remunerações que menos perdem valor real em momentos de flutuações econômicas (MARCONI, 2003; SOUZA E MEDEIROS, 2013).

Além do diferencial de regras entre os setores público e privado, também há um diferencial no nível de instrução, tendo o setor público trabalhadores mais bem qualificados, em geral. As vantagens salariais do setor público também podem estar ligadas à diferença de

objetivos entre empresas privadas e públicas, no que diz respeito a metas de redução de custos de mão de obra para aumentar lucros. Além disso, as categorias de empregados públicos formam blocos grandes e relativamente uniformes e com único contratador, o que facilita a organização de fortes sindicatos (SOUZA E MEDEIROS, 2013; BARROS, 2017).

A Tabela 3 indicou que parcela 4, referente ao rendimento dos empregadores, contribuiu em grande medida para a redução do índice de Gini de 2001 a 2015 tanto por efeito concentração (3,07) como, e primordialmente, por efeito composição (12,55). É interessante notar que a Tabela 5 indica que a parcela 4 é regressiva, isto é, possui caráter concentrador, uma vez que para todos os anos de análise o sinal do grau de progressividade foi negativo.

Esta característica regressiva pode ser explicada levando em consideração o fato de que as médias de remuneração desta parcela se situam bem acima da RDPC média. Isto ocorre em função da característica hierárquica desta posição nas relações trabalho possuindo o empregador o direito de utilizar a força de trabalho de terceiros para desenvolver atividades laborativas, podendo regulamentar o trabalho e a sua remuneração de forma interna, desde que respeitando a legislação vigente (SANTOS, 2016).

Entretanto, apesar do caráter regressivo da renda dos empregadores, esta parcela da renda contribuiu para a redução da desigualdade por dois motivos: i) a razão de concentração desta parcela se reduziu em aproximadamente 3% no período de análise e; ii) sua participação na composição da RDPC diminuiu de 11,73% para 8,28% do total, entre 2001 e 2015 e por isso a maior parte da sua contribuição se deu pelo efeito-composição. As causas dessas diminuições, entretanto, não são claras e nem amplamente discutidas na literatura especializada.

Considerando agora as parcelas da RDPC que não estão ligadas diretamente ao trabalho (parcelas 5 a 11) a Tabela 3 mostra que as parcelas 5 e 10, referentes às aposentadorias e pensões com valor até um salário mínimo e às transferências governamentais, quando somadas corresponderam a quase um terço da variação do índice de Gini entre 2001 e 2015. As Tabelas 8 e 9 mostram que as parcelas 5 e 10 apresentaram os maiores coeficientes positivos no grau de progressividade e o coeficiente de suas razões de concentração são os menores dentre todas as parcelas analisadas, informações que confirmam o importante papel desempenhado por estas duas parcelas na redução da desigualdade da renda no Brasil no período de análise. Desta forma, são estas as parcelas que serão analisadas na sequência.

Tabela 8 – Grau de progressividade das parcelas da renda não trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015

Ano	Renda não Trabalho						
	5	6	7	8	9	10	11
2001	0,506	-0,1685	-0,0264	0,2003	-0,2035	0,995	-0,2538
2002	0,5032	-0,1703	0,0001	0,1578	-0,2162	0,9662	-0,2518
2003	0,4601	-0,1802	0,0107	0,1782	-0,2202	0,9741	-0,2077
2004	0,4481	-0,1905	0,0007	0,107	-0,2176	0,9324	-0,2246
2005	0,4248	-0,186	-0,0481	0,153	-0,223	0,9026	-0,2301
2006	0,4001	-0,1875	-0,021	0,1185	-0,2305	0,8929	-0,1691
2007	0,4066	-0,1953	0,0003	0,1357	-0,2372	0,926	-0,1476
2008	0,3948	-0,2065	0,0514	0,1098	-0,2551	0,9271	-0,1863
2009	0,3773	-0,2164	0,0464	0,1461	-0,2346	0,9284	-0,1129
2011	0,3891	-0,2091	0,0435	0,1598	-0,2485	0,9565	-0,1535
2012	0,373	-0,2102	0,0629	0,2017	-0,2799	0,9589	-0,2262
2013	0,3661	-0,2124	0,0511	0,1781	-0,2642	0,9698	-0,0307
2014	0,3674	-0,2172	0,0177	0,2526	-0,253	0,9623	-0,0636
2015	0,352	-0,222	0,0414	0,2702	-0,2372	0,9218	0,0487

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

5 – Aposentadorias e Pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e Pensões (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Transferências Governamentais; 11 – Juros e Dividendos.

Tabela 10 – Razão de concentração das parcelas da renda não trabalho pelo índice de Gini no Brasil, de 2001 a 2015

Ano	Renda não Trabalho						
	5	6	7	8	9	10	11
2001	0,0884	0,7625	0,6204	0,3937	0,7975	-0,4010	0,8478
2002	0,0838	0,7573	0,5869	0,4292	0,8032	-0,3792	0,8388
2003	0,1209	0,7612	0,5703	0,4028	0,8012	-0,3931	0,7887
2004	0,1209	0,7595	0,5683	0,4620	0,7866	-0,3634	0,7936
2005	0,1412	0,7520	0,6141	0,4130	0,7890	-0,3366	0,7961
2006	0,1599	0,7475	0,5810	0,4415	0,7905	-0,3329	0,7291
2007	0,1454	0,7473	0,5517	0,4163	0,7892	-0,3740	0,6996
2008	0,1482	0,7495	0,4916	0,4332	0,7981	-0,3841	0,7293
2009	0,1617	0,7554	0,4926	0,3929	0,7736	-0,3894	0,6519
2011	0,1373	0,7361	0,4835	0,3672	0,7755	-0,4295	0,6805
2012	0,1510	0,7342	0,4611	0,3223	0,8039	-0,4349	0,7502
2013	0,1569	0,7354	0,4719	0,3449	0,7872	-0,4468	0,5537
2014	0,1456	0,7302	0,4953	0,2604	0,7660	-0,4493	0,5766
2015	0,1609	0,7350	0,4716	0,2428	0,7502	-0,4088	0,4643

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Anual de 2001 a 2015.

5 – Aposentadorias e Pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e Pensões (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Transferências Governamentais; 11 – Juros e Dividendos.

De acordo com Ibrahim (2013) a previdência social é uma espécie de seguro social coletivo, contributivo e em regra compulsório contra os riscos sociais e eventualidades da vida humana como doenças, acidentes e as consequências naturais do processo de envelhecimento. Por ter essas características a previdência social tem um vínculo muito significativo com a renda e a sua distribuição. No Brasil os trabalhadores com vínculo formal têm suas atividades registradas na carteira de trabalho e são incluídos automaticamente no Regime Geral da Previdência Social, ao passo que os trabalhadores informais podem contribuir de forma voluntária para ter acesso aos benefícios.

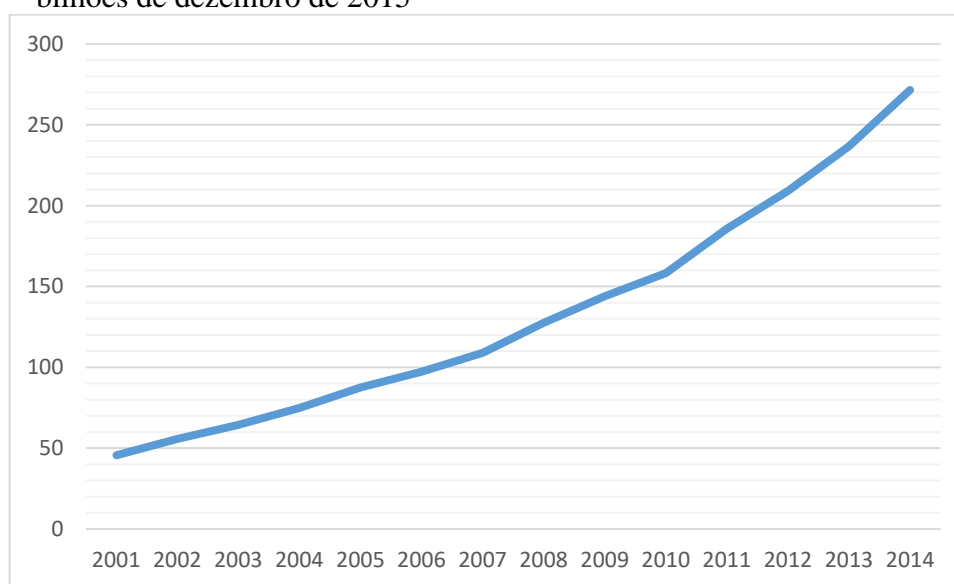
O sistema previdenciário brasileiro é o de repartição simples, no qual as contribuições dos indivíduos podem ser utilizadas para pagar os benefícios dos aposentados no mesmo período. Entre os tipos de benefícios pagos aos trabalhadores estão em destaque: aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio acidente e salário maternidade. A previdência social no Brasil é regida pelo Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que assegura os servidores públicos e pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para os demais trabalhadores de carteira assinada. (MARRI, WAJNMAN E ANDRADE, 2011; FREITAS E BARBOSA, 2015).

A parcela 5, que diz respeito às aposentadorias e pensões com valor até um salário mínimo, teve importante papel no processo de redução da desigualdade de renda verificada de 2001 a 2015 no Brasil. Mesmo com seu grau de progressividade se reduzindo ao longo do período ela permaneceu como uma parcela bastante progressiva, como mostrou a Tabela 8. Tal parcela apresentou um aumento de 78% na composição da RDPC de 2001 a 2015, de acordo com a Tabela 4 e contribuiu com 11,91% da variação do índice de Gini no mesmo período, de acordo com a Tabela 3, com predominância do efeito composição. Assim essa parcela acabou sendo a segunda fonte de rendimento não ligada diretamente ao trabalho com maior importância na redução da desigualdade de renda.

Além do aumento real do valor das aposentadorias e pensões, beneficiadas pelo processo de valorização do salário mínimo, também houve forte expansão no número de benefícios pagos pelo governo em função da ampliação da cobertura, em especial na área rural onde a cobertura atualmente é praticamente universal, como também pelo envelhecimento da população ao longo do período. De acordo com dados do IBGE em 2002

os gastos com previdência social representavam cerca de 8% do PIB e em 2015 os gastos representavam cerca de 9,3%. A aposentadoria rural, por ser não contributiva e em função de ter um valor favorável, relativamente ao rendimento médio das zonas rurais, teve efeitos importantes na redução da pobreza e desigualdade da renda entre regiões e áreas urbanas e rurais (ROCHA, 2012; HOFFMANN, 2014). A Figura 3 ilustra bem a evolução dos gastos do governo com essa parcela específica da renda, partindo de 45,6 bilhões de reais de dezembro de 2015 em 2002 e atingindo o patamar de 271,5 bilhões de reais em 2015.

Figura 3 – Evolução do gasto governamental com benefícios do RGPS emitidos no valor de até um salário-mínimo em reais de dezembro de 2015 – Brasil – 2002 a 2015 em bilhões de dezembro de 2015



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social a maior parte dos benefícios vinculados ao RGPS no valor de até um salário mínimo emitidos aos beneficiários das áreas urbanas do Brasil estavam ligados aos benefícios de pensão por morte e aposentadoria por idade. Em 2002 cerca de 55,8% de todos os aposentados por idade recebiam um salário mínimo e em 2015 essa porcentagem aumentou para 69,7%. Nas áreas rurais praticamente todos os aposentados por idade receberam um salário mínimo entre 2002 e 2015 e o número de benefícios aumentou de 4,2 milhões para 6,1 milhões no mesmo período. O número de benefícios de pensões por morte nas áreas rurais cresceu de 1,7 milhões para 2,3 milhões e a quase totalidade destes beneficiários recebe valores de até um salário mínimo entre 2002 e 2015.

Esses números auxiliam na compreensão da importância do envelhecimento populacional e do aumento do acesso aos benefícios da previdência social por parte dos

residentes nas zonas rurais no aumento da composição desta fonte de rendimento que foi bastante progressiva no período de análise do trabalho, passando de 4,11% para 7,32% do total da RDPC. E também mostram as causas para que o efeito composição desta parcela tenha sido predominante na redução do índice de Gini entre 2001 e 2015, uma vez que a parcela 5 é uma parcela com alto grau de progressividade e teve um significativo aumento na composição do total da RDPC como pôde ser visto nas tabelas 5 e 6.

É importante notar que quando o valor da renda previdenciária é tomado como um todo (somando-se as parcelas 5, 6 e 7), sua contribuição para a desigualdade de rendimentos é regressiva. Isso ocorre por conta de alguns fatores como: i) aposentadoria mais precoce; ii) maior expectativa de vida; iii) o fim do ciclo da vida trabalhista ser, em geral, o período de maiores remunerações dos beneficiários com maior nível de renda; iv) as transferências líquidas providas pela previdência não se relacionam apenas com a renda, mas também com a ocorrência de sinistros, o que possibilita que indivíduos no topo da distribuição que sofram algum sinistro acabem sendo financiados pelos mais pobres; v) a maior parte dos trabalhadores paga um preço mais alto em termos materiais pela assistência, do que outros grupos sociais mais privilegiados (HOFFMANN E LEONE, 2004; FERREIRA, 2006; TAFNER, 2007; HOFFMANN, 2009; ALMEIDA-GABRIEL, 2010).

Souza e Medeiros (2013) afirmaram que a diferenciação de regras quanto ao limite máximo para o valor dos benefícios nos Regimes Próprios de Previdência dos trabalhadores do setor público e o Regime Geral do setor privado tinha importante influência na regressividade da parcela relativa às aposentadorias e pensões, tomadas de forma conjunta. Desta forma, o Estado reproduz desigualdades preexistentes por meio dos direitos previdenciários diferenciados dos trabalhadores dos setores privado e público, essa diferenciação de regras faz com que a previdência de valores mais altos, recebida por menos de 1% da população, contribua com o aumento da desigualdade total.

Isto ocorre porque, sistemas previdenciários cujos benefícios são estabelecidos em função de contribuições anteriores acabam por reproduzir a estrutura de distribuição de décadas passadas. Ademais, as elites econômicas detêm poder político suficiente para influenciar o desenho da seguridade social em seu próprio benefício, o que faz com que a previdência, neste formato, execute seu potencial para ampliar as desigualdades anteriores (SOUZA E MEDEIROS, 2013; FREITAS E BARBOSA, 2015)

A parcela 10, que diz respeito às transferências governamentais foi a parcela mais progressiva de todas as fontes da RDPC, de acordo com a Tabela 8, e a segunda parcela mais importante na redução do índice de Gini entre 2001 e 2015 de acordo com a Tabela 3, com

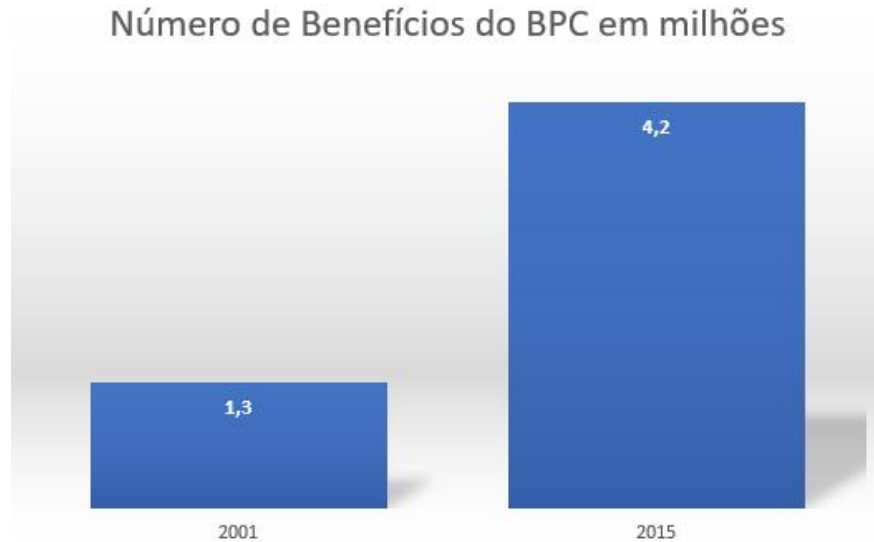
15,92% de efeito total, sendo a maior parte deste efeito ligada ao efeito composição, que como já visto na Tabela 5, teve um aumento de 554% na composição da RDPC durante o período de análise.

Programas governamentais como o BPC, criado em 1988, o Bolsa Escola, criado em 2001 e, em 2003, integrado ao PBF, se expandiram grandemente no período, passando o PBF a atingir, conforme números de 2015, 14 milhões de famílias. A parcela da renda referente apenas ao PBF e BPC é extremamente progressiva, contribuindo com 18% da variação negativa do índice de Gini entre 1995 e 2014, uma contribuição extremamente significativa para uma parcela da renda que representou, no período, 0,1% e 1,3% do total, respectivamente (HOFFMANN, 2018).

O PBF integra diversos benefícios monetários existentes anteriormente à 2003 e são concedidos para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, levando em consideração também o número de crianças e adolescentes que a compõem. O programa exige o cumprimento de contrapartidas por parte das famílias beneficiadas como: i) matrículas escolares das crianças e adolescentes até 17 anos e com uma taxa mínima de frequência de 85% para crianças menores do que 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos; ii) levar crianças de até 7 anos em postos de saúde para tomar as vacinas e ser acompanhada no seu desenvolvimento físico; iii) as gestantes devem fazer consultas pré-natais e; iv) fazer a renovação cadastral a cada dois anos. A expansão do PBF é ainda mais nítida ao se ver a evolução do valor do orçamento do programa, que em seu início era no valor de R\$ 3,2 bilhões e em 2015 seu orçamento passou a R\$ 27,1 bilhões, de acordo com os dados e informações do Ministério de Desenvolvimento Social.

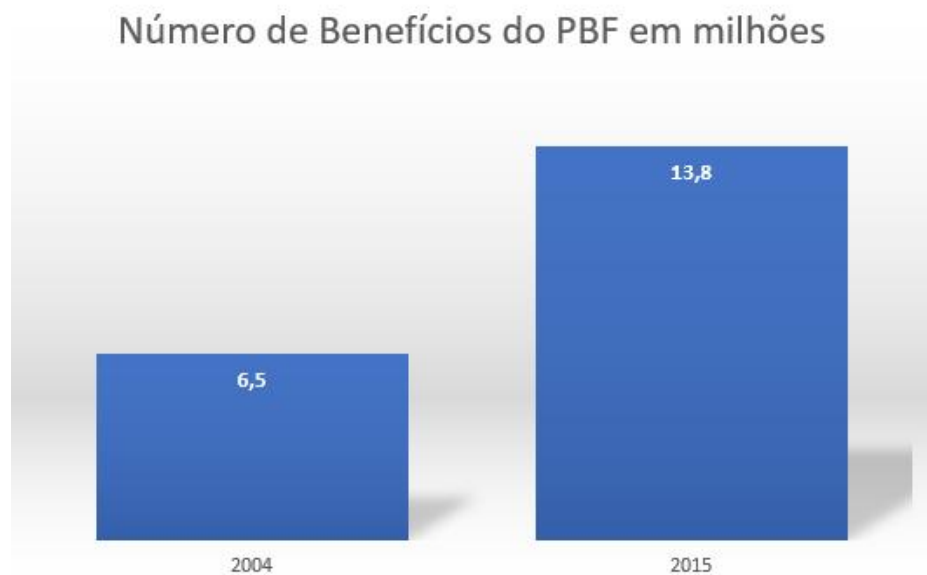
Em contrapartida, O BPC, é um benefício individual e intransferível, garantido pela Constituição Federal para os idosos e deficientes que façam parte de núcleos familiares pobres. Sua abrangência, relativamente ao PBF é mais restrita, mas o valor de seu benefício é maior e equivale a exatamente um salário mínimo. Para ser elegível ao BPC o indivíduo deve comprovar que a renda familiar per capita seja menor do que 0,25 salários mínimos e as pessoas com deficiência devem passar por uma avaliação médica feita pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os beneficiários passam por revisões bienais para comprovar que mantém sua situação de renda e devem passar por avaliações médicas (SILVA, 2014; DENES, KOMATSU E MENEZES-FILHO, 2018) As Figuras 4 e 5 ilustram a evolução da concessão dos dois principais benefícios supracitados.

Figura 4 – Número de benefícios concedidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 2001 a 2014.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Figura 5 – Número de benefícios concedidos do Programa Bolsa Família (PBF) de 2004 a 2015.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A eficácia dos programas de transferência de renda para a redução da desigualdade de renda é vista com algumas ressalvas por alguma parte da literatura especializada brasileira. Caetano (2008) afirmou que os programas de transferência de renda têm importância na redução das desigualdades no curto prazo, mas que são ineficientes no longo prazo e tais programas deveriam ser um mecanismo de uso temporário por parte do governo.

Melo (2013) destacou que o PBF tem problemas de cunho prático, como a seleção de beneficiados pelos municípios que teriam falhas nos critérios de elegibilidade que gerariam desvios e duplicidade de contagem de dependentes. Carvalho (2006) constatou que apesar de existirem aspectos positivos neste instrumento de redistribuição, como os recursos são escassos, os gastos crescentes com tais benefícios significariam um contingenciamento de investimentos em áreas sociais que teriam maior importância na quebra da desigualdade existente na estrutura social do Brasil.

Por outro lado, Peña *et al* (2015) afirmaram que países com alto grau de desigualdade como o Brasil têm um forte desestímulo ao investimento em função dos efeitos negativos da baixa renda, do menor nível de consumo, da instabilidade sociopolítica e da restrição de crédito. Desta forma, políticas específicas que tenham a capacidade de alterar a estrutura distributiva de países muito desiguais são mais relevantes do que a própria expansão da atividade econômica para a redução da desigualdade na distribuição da e da pobreza. Assim, as políticas de crescimento econômico teriam de necessariamente ser acompanhadas de melhores políticas distributivas, se a intenção fosse de promover um tipo de crescimento inclusivo e capaz de se autossustentar pelos mecanismos de retroalimentação existentes na economia. Os autores também estimaram o impacto do PBF na estrutura distributiva de renda no Brasil entre 2005 e 2009 e perceberam que, após a implementação do PBF, houve uma maior mobilidade entre as classes de renda, gerando um movimento de convergência para níveis maiores de renda real que, se continuado, seria capaz de alterar a dinâmica do ciclo de pobreza e também da desigualdade de renda.

Por estrutura, tais programas de transferência de renda impactaram diretamente o grau de pobreza do Brasil, tirando ou aproximando várias famílias da linha da pobreza estabelecida. Entretanto, efeitos de segunda ordem também contribuíram para o aumento da renda e a melhora em sua distribuição por meio da dinamização da economia no nível local. Isto porque, o aumento da renda das famílias, em especial das mais pobres que por sua vez tem maior propensão ao consumo, gerou um significativo aumento do nível de consumo, que elevou os preços de produtos e serviços, induzindo o crescimento da produção e da demanda por trabalho, que em última instância, levou a incrementos nas rendas das famílias por meio do mercado de trabalho (MEDEIROS, BRITO E SOARES, 2007; MARINHO, LINHARES E CAMPELO, 2011; NERI, VAZ E SOUZA, 2013).

Efeitos multiplicadores dessa natureza são esperados para qualquer tipo de transferência monetária à nível local uma vez que trazem recursos para investimento e custeio do setor público, ampliando o consumo direto do governo com impactos diretos e indiretos

sobre o nível de crescimento do produto local (SILVA, 2014; DENES, KOMATSU E MENEZES-FILHO, 2018).

Neri, Vaz e Souza (2013), através do Fluxo Circular da Renda, mensuraram os impactos diretos e indiretos de diversos benefícios sociais sobre o PIB, inclusive o PBF e o BPC, através de uma Matriz de Contabilidade Social com dados do Sistema de Contas Nacionais de 2009. Os autores estimaram que o efeito multiplicador do PBF e do BPC, respectivamente, eram os maiores dentre todos os benefícios analisados.

Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018) estimaram que entre 2004 e 2010 os municípios brasileiros que mais tiveram crescimento do PIB *per capita* e da RDPC foram o que receberam os maiores volumes de recursos dos programas sociais de transferência de renda. Nestes mesmos municípios houve maior redução da desigualdade da renda e da pobreza e houve significativo crescimento do setor de serviços e aumento da frequência escolar. Os autores também dizem que o crescimento dos municípios pode estar associado a outros fatores como aumentos nos preços internacionais das commodities e a influência de políticos locais com a decisão de alocação de recursos.

Além dos efeitos positivos sobre o crescimento do produto, as contrapartidas do PBF podem também gerar efeitos positivos sobre o acúmulo de capital humano das crianças e jovens pertencentes as famílias beneficiárias. Trabalhos como os de Bourguignon, Ferreira e Leite (2002), Cardoso e Souza (2003) e Ferro, Kassouf e Levison (2010) apontaram os efeitos positivos do PBF na frequência escolar de crianças e adolescentes e de redução na participação destes no mercado de trabalho.

De Brauwet *al* (2015) utilizando dados do Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional por meio de um grupo de controle e tratamento que mensura a diferença entre os resultados efetivos de um grupo de beneficiários do PBF e resultados contrafactuais de um grupo similar, comparável por meio de variáveis proxies, que não foi beneficiário, mostraram que houve melhora estatisticamente significativa para os indicadores de frequência e desempenho escolar entre crianças e jovens brasileiras de 6 a 17 anos entre os anos de 2005 e 2009. Silveira, Campolina e Van Horn (2013) por meio dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 afirmaram que havia maior probabilidade dos beneficiários do PBF estarem na escola enquanto os não beneficiários tinham maior chance de nem trabalharem e nem estudarem.

Alternativamente, Araújo e Marinho (2015) estimaram um modelo a partir de dados em painel, entre 1996 e 2009, e afirmaram que os programas governamentais não afetaram a dinâmica da distribuição da renda no período. Segundo seus resultados, os indivíduos que

recebem renda destes programas não possuem incentivos para buscar outros meios de obtê-la, afetando assim, a sua oferta no mercado de trabalho e tornando-os dependentes do programa sendo condicionados a permanecer na pobreza para continuar recebendo tais benefícios. Outra explicação dada pelos autores teria relação com a má gestão dos recursos que provavelmente não estariam sendo destinados a quem de fato precisa.

Euzébios Filho (2016) afirmou que, apesar de os programas de transferência de renda melhorarem a condição de vida imediata dos pobres, haviam efeitos colaterais que deviam ser levados em consideração, como uma crescente dependência financeira (que poderia abrir uma lacuna entre ser beneficiário e ser trabalhador) em relação aos programas, uma dependência política que se refletiria, no mínimo, numa despolitização da questão social, contribuindo para obscurecer os conflitos de classe no país e naturalizar a desigualdade social. Assim, o PBF na visão do autor, estaria inserido dentro de um processo de precarização da seguridade social e da proteção básica no Brasil e funcionaria como uma política de microcrédito que contribui para aumentar o poder de consumo dos mais pobres, girando as rodas da economia e ajudando a minimizar os efeitos da crise econômica mundial para o capital.

A literatura existente sobre os impactos do Programa Bolsa Família na participação das famílias no mercado de trabalho não apresenta consenso. Os resultados variam de acordo com a população alvo de análise e com os métodos, sendo o efeito do programa na taxa de participação do mercado de trabalho positivo para alguns grupos demográficos e nulo para outros. Já os resultados para o número de horas trabalhadas apresentam maior discrepância, por terem sido encontrados resultados tanto positivos, quanto negativos (KASSOUF E LEVINSON, 2010; FOGUEL E BARROS, 2010; TAVARES, 2010; NUNES E MARIANO, 2015; CAVALCANTI *et al*, 2016; COSTA *et al*, 2018;).

Diante destes estudos percebe-se que os programas de transferência de renda tiveram impacto positivo na redução da desigualdade de renda por possibilitar um ganho de renda real de forma contínua por parte dos estratos populacionais mais carentes, o que por si só já reduziu a desigualdade, uma vez que a participação de uma parcela da renda extremamente progressiva no total da RDPC foi elevada. Os programas de transferência também contribuíram na melhora do nível educacional das crianças e adolescentes ajudando no processo de redução da dispersão educacional que, como já visto, foi um fator importante para explicar a desigualdade da renda no Brasil. Igualmente, os efeitos macroeconômicos dos programas de transferência de renda também contribuíram para o elevado dinamismo da economia brasileira por parte significativa do período de análise.

Assim, é possível compreender quais foram os mecanismos responsáveis pelo aumento da composição do total da RDPC da parcela 10, apesar de ainda ter continuado sendo uma parcela que representou um percentual bastante pequeno em relação ao total, tendo variado de 0,24% em 2001 para 1,57% em 2015. Entretanto, por se tratar de uma parcela com um grau de progressividade altíssimo e ter apresentado um expressivo aumento durante todo o período, esta parcela se mostrou fundamental para reduzir a desigualdade de renda no Brasil. Fica claro também o porquê de praticamente toda a sua influência na redução do índice de Gini ter se dado via efeito-composição, como mostrou a Tabela 3, uma vez que esta foi a alteração fundamental que ocorreu durante o período de análise.

5. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo geral mensurar a contribuição de cada fonte da RDPC na dinâmica de redução da desigualdade de renda que se observou nos anos de 2001 a 2015 no Brasil, apresentando os determinantes que, de acordo com a literatura especializada, tiveram importante participação dentro deste processo.

Os resultados apurados indicaram um processo simultâneo de aumento da RDPC real média e de redução da desigualdade da renda, especificamente entre os anos de 2003 a 2014. Por uma boa parte deste período o Brasil apresentou taxas de crescimento econômico positivas com uma média anual de aproximadamente 3,5%.

A redução, constante e significativa, dos índices de desigualdade juntamente com o aumento da RDPC real média que ocorreu no período foi um fato inédito na história econômica do Paísque, apesar de ter apresentado períodos com taxas de crescimento positivas em outros momentos, como por exemplo no período compreendido entre os anos 1960 e 1970 alcunhado por alguns autores de o “Milagre Econômico”, jamais havia passado por um período tão longo com uma redução sistemática na desigualdade da renda. Pelo contrário, nos anos do Milagre a desigualdade da renda se elevou de forma significativa.

Asdiferentes trajetórias dos índices de desigualdade da renda nos anos do Milagre Econômico e no período recente podem ser explicadas levando em consideraçãoalgumas diferenças entre certosdeterminantesnestes dois períodos específicos que auxiliaram na compreensão do porquê, no período recente, foi possível aliar crescimento econômico com redução da desigualdade da renda enquanto naquele período anterior, apesar do crescimento econômico, houve aumento da concentração da renda.

Dois aspectos relevantes, que tiveram comportamento distinto entre os dois períodos,foram o nível de emprego e de renda. Durante o período do Milagre Econômico, apesar das altas taxas de crescimento, o nível de emprego formal não cresceu de forma substancial porque, como já visto no capítulo 2, os investimentos realizados naquele período se concentraram em áreas que eram intensas em capital ao passo que o recurso ao qual o Brasil era abundante naquele período era o fator trabalho de baixa qualificação, logo o aumento ocorrido na renda nacional naquele período não foi partilhado de forma mais igualitária, porque grande parcela dos trabalhadores não estavam diretamente envolvidos no processo de crescimento econômico. Não obstante, determinadas medidas governamentais de compressão salarial acabaram por reduzir o valor da RDPC real, aumentando ainda mais o *gap* remuneratório.

Já a partir do início do século XXI houve um rompimento significativo com a trajetória de desvalorização do salário-mínimo real e um aumento substancial do valor real da RDPC, oriundo das medidas de valorização da remuneração mínima realizadas pelo governo. Além disto, a partir de 2003 até 2014, houve um crescimento importante no nível de formalidade do emprego, uma vez que os setores dinâmicos da economia apresentaram significativo aumento no número de contratações. Entre 2014 e 2015, como reflexo da desaceleração do crescimento econômico, da redução no nível do emprego formal, do crescimento do desemprego e do contexto de crise político-institucional, o Brasil apresentou uma taxa de crescimento negativa com contração do nível de formalidade para níveis próximos aos de 2013.

Outro fator que contribuiu com a redução da desigualdade da renda no período recente, afetando as parcelas da RDPC vinculadas ao trabalho, foi a redução da desigualdade educacional, verificada pela redução da dispersão educacional e pela redução do retorno da remuneração aos anos de estudo.

Entre os anos 1960 e 1970, a dispersão educacional era maior do que no período recente, uma vez que o acesso, até mesmo à educação básica, era muito mais limitado do que no período de análise deste trabalho. No período do Milagre, a demanda por mão de obra qualificada era intensa o que tornava os diferenciais salariais entre trabalhadores qualificados e não qualificados bastante significativos.

O processo de redução da desigualdade educacional foi viabilizado em grande parte graças aos esforços governamentais de ampliar o acesso à educação básica com o objetivo de torná-la o mais próximo da universalidade quanto possível. Também foram feitos substanciais e crescentes investimentos no ensino superior. A soma destes fatores tornou possível o atendimento da demanda crescente por trabalhadores qualificados e uma menor dispersão no valor de suas remunerações.

Como reflexo destes processos verificou-se um pequeno aumento na composição da parcela da RDPC referente à remuneração dos empregados do setor privado, a parcela com maior participação no total da RDPC, e uma significativa redução de sua razão de concentração que a tornou a principal parcela responsável pela redução da desigualdade da renda, medida pelo índice de Gini, no período de análise. O processo de valorização do salário-mínimo também afetou positivamente a remuneração de alguns setores informais, tornando-os menos concentrados e o aumento da formalidade reduziu a composição da remuneração dos empregados autônomos no total da RDPC.

Os resultados também mostraram que a única parcela que contribuiu para o aumento do índice de Gini no período de análise foi a fonte de rendimento dos militares e funcionários públicos. Isto por conta de alguns fatores como as políticas salariais que são distintas das políticas que regem as remunerações dos trabalhadores do setor privado; das diferenças no nível de instrução dos trabalhadores deste setor; na existência de sindicatos mais fortes e organizados para os trabalhadores do setor público e em função de determinantes políticos. Esses fatores em conjunto acabam fazendo com que a remuneração dos trabalhadores do setor público fique menos sujeita às flutuações econômicas e contribuem fortemente para as diferenças de valor entre esta parcela da RDPC e as demais.

A fonte de rendimento dos empregadores apresentou o terceiro maior efeito total sob a redução do índice de Gini entre 2001 e 2015, em sua grande maioria em função da redução de sua participação percentual no total da RDPC. As causas para a mudança na composição desta fonte do rendimento não são claras e nem amplamente discutidas pela literatura recente.

Considerando as fontes de rendimento não ligadas ao trabalho verificou-se que as aposentadorias e pensões com valor de até um salário-mínimo tiveram caráter extremamente progressivo em virtude, primordialmente, de seu aumento na composição da RDPC (variando de 4,11% para 7,32%). Como fatores importantes no aumento da composição desta parcela se destacaram o aumento no acesso aos benefícios por conta do aumento da cobertura previdenciária, especialmente nas áreas rurais onde a cobertura é praticamente universal e o envelhecimento da população ao longo do período.

Por fim, as transferências governamentais tiveram um salto de grande importância na participação da RDPC, apesar de ainda continuar sendo um percentual relativamente pequeno em relação ao total (em 2001 representava 0,24% do total e em 2015 passou a representar 1,57%). Esta foi a parcela que apresentou o maior grau de progressividade dentre todas as fontes de rendimento e seu efeito sob o índice de Gini se deu majoritariamente em função do aumento ocorrido na participação do total da RDPC. Esse aumento se deu em função do aumento no número de benefícios concedidos como reflexo da ampliação dos gastos do governo nesta área que tiveram impactos positivos diretos sobre os indicadores educacionais, macroeconômicos e de pobreza do Brasil

Como resultado da soma de todas estas contribuições para a variação do índice de Gini, foi visto que a desigualdade da renda apresentou uma redução nunca vista na história econômica do Brasil, pelo menos até 2014. Entre os anos de 2014 e 2015, como reflexo de crises no campo da economia e da política, o nível de atividade econômica se reduziu a taxas

negativas e a desigualdade de renda medida pelos índices de Gini, Mehran e Piesch praticamente demonstraram estagnação.

Tais mudanças, entretanto, não alteraram de forma significativa a posição do Brasil como um dos países que possuem a pior distribuição de renda do mundo como informado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2019. Apesar disto, o período histórico de análise deste trabalho foi marcado por ganhos muito importantes para a sociedade brasileira que passou pela maior fase de democratização no acesso ao consumo de sua história.

O tema da distribuição de renda no Brasil tem e terá por muito tempo uma forte relevância uma vez que a maneira pela qual os rendimentos são distribuídos dentro de uma economia tem forte influência em fatores econômicos e não econômicos e as ramificações de discussões que envolvem a desigualdade da renda são imensas. Há muitas lacunas a serem preenchidas pelo Brasil para que a sua distribuição de renda possa ser considerada suficiente para prover a maior parte de sua população com condições mínimas de dignidade. Desta forma, se faz necessário que estudos posteriores continuem a criar e a divulgar conhecimentos nesta área do conhecimento para que as gerações atuais e futuras estejam munidas de elementos que sejam suficientes para o desenvolvimento de um país estruturalmente mais justo e igualitário.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA-GABRIEL, F. B. **Equidade no sistema previdenciário: Uma análise das aposentadorias e pensões no Paraná 1988 – 2008**. 80 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ALMEIDA-GABRIEL, F. B. **A recente evolução da distribuição da renda na Região Norte do Brasil**. 122 p. Tese de Doutorado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Alves de Sampaio. **Desigualdade de renda e sua decomposição no Nordeste Brasileiro**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46 , n. 1, p. 41-56, 2015.

ARAÚJO, Jair Andrade; MARINHO, Emerson. **Estudo sobre a desigualdade de renda e seus determinantes no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 19, n. 2, p. 565-574, 2015.

ARAÚJO, Julia Rocha. **Decomposição da recente queda da desigualdade da renda per capita no Brasil: uma análise a partir do índice de concentração**. 114 p. Dissertação(Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BALTAR, P. E. A. **Emprego, políticas de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010

BALTAR, Paulo E. de A. **Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 5, n. 1, p. 75-111, 1996.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARROS, Daniel da Silva. **Escolaridade e distribuição de renda entre os empregados na economia brasileira: uma análise comparativa dos setores público e privado dos anos 2001 e 2013**. Revista de Economia Contemporânea, v. 21, n. 3, 2017.

BARROS, R. et al. **Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p. 7-50. (Texto para Discussão, 1460).

BARROS, R. P. de B; MENDONÇA, R. S. P. **A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.

BARROS, R. P. de B.; MENDONÇA, R. S. P. de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995b. 59 p. (Texto para Discussão, 377).

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-24. (Texto para Discussão, 800).

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R (2007). **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década.**

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R (2007). **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década.** Texto para Discussão No. 1304. IPEA

BASTOS, Pedro P. Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo.** Economia e sociedade, v. 21, n. 4, p. 779-810, 2012.

BIANCARELLI, André M. **A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 58, p. 263-288, 2014.

BONELLI, Regis; RAMOS, Lauro. **Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos anos 70.** Brasília: IPEA, 1993. 32 p. (Texto para Discussão, 288).

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.H.G.; LEITE, P.G. **Ex-ante evaluation of conditional cash transfer programs: The case of Bolsa Escola.** Working Paper, 516. The William Davidson Institute, Michigan, 2002.

BRITO, Alessandra; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia. **Afinal, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período 1995-2013.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento/UFRJ, 2015. 31 p. (Texto para Discussão, 109)

CACCIAMALI, Maria C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de (org.). **Manual de Economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAETANO, Marcelo A. **Previdência social e distribuição regional da renda.** Rio de Janeiro: Ipea, 2008. (Texto para discussão n. 1318)

CAMPELLO, Tereza et al. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás.** Saúde em Debate, v. 42, p. 54-66, 2018.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (org.). **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CARDOSO Jr., J. C. **De volta para o futuro? As Fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal.** Texto para discussão nº1310. Brasília: IPEA, 2007

CARDOSO, E.; SOUZA, A.P. (2003). **The impact of income transfer on child labor and school attendance in Brazil.** Working Paper. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo

CARNEIRO, R. de M. **Crise, Estagnação e Hiperinflação. 1991.** 251 p. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CARNEIRO, R. de M. **Novos e velhos desenvolvimentismos**. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 4, p. 749-778, 2012.

CARVALHO JR., Pedro H. B. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para discussão n. 1236)

CASTRO, J. A. de. Política Social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: FONSECA, A. & FAGNANI, E. (Orgs.). **Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, vol. 1, 2013

CASTRO, R. S. **Efeitos da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico no Brasil: uma análise não linear. 2006**. 132 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CEPAL, N. U. **Estudios sobre ladistribución delingreso enAmerica Latina**. 1967.

CHISWICK, Barry R. **Earningsinequality andeconomicdevelopment**. *The QuarterlyJournalofEconomics*, v. 85, n. 1, p. 21-39, 1971.

COSTA, Fernando N. da. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo**. Campinas: IE/UNICAMP, 2012. 26 p. (Textos para Discussão, 205).

COSTA, Rayssa Alexandre et al. **Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais**. *Nova Economia*, v. 28, n. 2, p. 385-416, 2018.

MELO, Sonia Rebouças da S. **Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil**. *ObservatorioIberoamericanodelDesarrollo Local y laEconomía Social*, n. 15, 2013.

DALDEGAN, Cássio F. **Os efeitos da política de valorização do salário mínimo sobre a recente queda da desigualdade de renda nas macrorregiões brasileiras**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 46, n. 2, p. 133-149, 2015.

DE BRAUW, Alan et al. **The impactof Bolsa Familiaonschooling**. *World Development*, v. 70, p. 303-316, 2015.

FREITAS, Carlos Eduardo de; BARBOSA, Romys Romero. **A Previdência Social e as distorções na distribuição de renda**. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 26, n. 1 (47), 2015.

DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos E. B. de; MATTOSO, Jorge E. L. (org.). **Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?.** São Paulo: Scritta, 1996.

DEDECCA, C. S. Anos 90: A estabilidade com desigualdade. In: PRONI, Marcelo W.; HENRIQUE, Wilnês (org.). **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp, 2004.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% de domicílios de maior renda, 2000-2010**. BrazilianJournalofPoliticalEconomy, v. 34, n. 2, p. 249-265, 2014.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. cap. 2, p. 51-90.

DELGADO, V. M. S.; MIRANDA-RIBEIRO, A.; SOARES, J. F. Desigualdade escolar e desempenho. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTI, B.; BRONZO, C (orgs.). **Desigualdades educacionais e pobreza**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013. p. 163-208

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. **Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros**. Revista Brasileira de economia, v. 72, n. 3, p. 292-312, 2018.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

DUARTE, José Carlos. **Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970**. 1971. 85 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1971.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil**. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 2, 2016.

FERNANDES, M. D. E. **A valorização dos profissionais da educação básica no contexto das relações federativas brasileiras**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 125, p. 1095-1111, out. - dez. 2013

FERREIRA, A. N.; PORTILHO, L.; GORAYEB, D. S. O mercado de trabalho brasileiro no pós-crise: uma recuperação com fragilidades. In: NOVAIS, L. F.; CAGNIN, R. F.; BIASOTO JR, G. (orgs). **A economia brasileira no contexto da crise global**. FUNDAP, São Paulo, 2014."

FERREIRA, C. R. **Aposentadorias e Distribuição da Renda no Brasil: uma nota sobre o período 1981 a 2001**. Revista Brasileira de Economia, 60(3): 247-260, 2006

FERREIRA, Francisco H. G. et al. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil**. Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.

FERRO, Andrea R.; KASSOUF, Ana Lucia; LEVISON, Deborah. The impactofconditional cash transferprogramsonhouseholdworkdecisions in Brazil. In: **Child labor andthetransitionbetweenschoolandwork**. EmeraldGroupPublishingLimited, 2010.

FISHLOW, Albert. **Brazilian sizedistributionof income**. American Economic Review, Pittsburgh, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

FOGUEL, Miguel Nathan; BARROS, Ricardo Paes de. **The effectsofconditional cash transferprogrammesonadultlaboursupply: anempiricalanalysisusing a time-series-cross-section sample ofBrazilianmunicipalities**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 40, n. 2, p. 259-293, 2010.

FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 132 p.

GANDRA, Rodrigo M. **O debate sobre a desigualdade de renda no brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90**. História Econômica & História de Empresas, v. 8, n. 1, p. 139-162, 2005.

HECKSHER, Marcos; SILVA, Pedro L. do N; CORSUEIL, Carlos H. **A contribuição dos ricos para a desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018. 38 p. (Texto para discussão, 2411).

HOFFMANN, R. **Contribuição à análise de distribuição da renda e da posse da terra no Brasil**. 1971. 161 p. Tese (Livre-Docência) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1971.

HOFFMANN, R. **Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil**. Revista de administração de empresas, v. 13, n. 4, p. 7-17, 1973.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos avançados, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

HOFFMANN, R. **A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001**. Economia e sociedade, v. 11, n. 19, p. 213-235, 2002.

HOFFMANN, R.
DecompositionofMehranandPieschinequalitymeasuresbyfactorcomponentsandtheirapplicationtothedistributionof per capita household income in Brazil. Brazilian Review ofEconometrics, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2004.

HOFFMANN, R. **Brasil: menos pobres e menos ricos**. Parcerias Estratégicas, Brasília: CGEE, n. 22, p. 77-88, 2006.

HOFFMANN, R. **Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita**. Economia e Sociedade, Campinas: Unicamp/IE, v.18, n.1, p.213-231, 2009.

HOFFMANN, R. **A desigualdade relevante não caiu de 2014 a 2015**. IEPE/Casa das Garças, 2016. (Texto para Discussão, 37).

HOFFMANN, R. **Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil**. In: 52º Congresso da SOBER, Painel. 2014.

HOFFMANN, R. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015**. Rio de Janeiro: IEPE/Casa das Garças, 2017.

HOFFMANN, R. Changes in Income Distribution in Brazil. In: AMANN, Edmund; AZZONI, Carlos; BAER, Werner (ed.). **The Oxford Handbook of the Brazilian Economy**. New York: Oxford University Press, 2018. cap. 22, p. 467-491. E-book.

HOFFMANN, R. DUARTE, João Carlos. **A distribuição da renda no Brasil**. Revista de administração de empresas, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Nova Economia, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; DE JESUS, J. G.; DE ALMEIDA, S. S.P. **A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017**. (Texto para Discussão n. 45). Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), Rio de Janeiro, Brasil. 2018

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/index.php>. Acesso em: 14 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003 a 2015)**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Evolucao_Mercado_Trabalho/retrospectiva2003_2015.pdf

KOMATSU, Bruno Kawaoka. **Salário mínimo, desigualdade e informalidade**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KRAVIS, Irving B. **The Structure of Income: Some Quantitative Essays**. University of Pennsylvania, 1962.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. **A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil**. Nueva Sociedad 239 (especial em português), 2012.

KUZNETS, Simon. **Economic growth and income inequality**. The American economic review, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LACERDA, Antônio C. de. **Distribuição de Renda no Brasil nos anos 80**. Revista de Economia Política, v. 14, n. 3, p. 134-140, 1994.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973a. 315 p.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação**. Ensaio Econômico da EPGE, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-38, 1973b.

LOPES, José Sérgio L. **Sobre o debate da distribuição da renda leitura crítica de um artigo de Fishlow**. Revista de administração de empresas, v. 13, p. 47-61, 1973.

LYDALL, Harold. **The structure of earnings**. Clarendon Press, 1968.

MARCONI, Nelson. **A evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990**. Revista do Serviço Público, v. 54, n. 1, p. 10-45, 2003.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?** Revista Brasileira de Economia, v. 65, n. 3, p. 267-288, jul./set. 2011

MARRI, Izabel Guimarães; WAJNMAN, Simone; ANDRADE, Mônica Viegas. **Reforma da Previdência Social: simulações e impactos sobre os diferenciais de sexo**. Rev. Bras. Estud. Popul, v. 28, n. 1, p. 37-56, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. 140 p.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 47 p.

CAVALCANTI, Daniella M. et al. **Impactos do programa bolsa família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico detrato**. Economia Aplicada/Brazilian Journal of Applied Economics, v. 20, n. 2, 2016.

MEDEIROS, C. A. de. **Inserção externa, crescimento e padrão de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: UnB, 2012.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério Jerônimo; CARVALHAES, Flavio. **Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2019. (Texto para discussão: 2447)

MEDEIROS, Marcelo; BRITO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão n. 1283)

MELO, Maria R. B.; MONTE, Paulo A. **Decomposição da renda domiciliar: uma análise regional**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, n. 4, p. 137-153, 2015.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil, In: ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1. São Paulo: Editora Unesp. p. 109-132, 2015.

MENEZES-FILHO, Naercio; RODRIGUES, Eduardo Augusto de Souza. **Salário mínimo e desigualdade no Brasil entre 1981-1999: uma abordagem semiparamétrica**. Revista Brasileira de Economia, v. 63, n. 3, p. 277-298, 2009.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T. E NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, v. 1, p. 193-206, 2013.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. **Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 1, p. 71-90, 2015.

OECD (2015), **Education at a Glance 2015**: OECD Indicators, OECD Publishing

OLIVEIRA, Rodrigo; NETO, Raul da Mota Silveira. **Estrutura produtiva ou escolaridade? Uma análise dos fatores explicativos da desigualdade de renda entre as regiões Sudeste e Nordeste por quantil para o período entre os anos de 1970 e 2010**. Revista Econômica do Nordeste, v. 47, n. 3, p. 74-91, 2016.

OLIVEIRA, T. **Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro**. 2014. (Tese de Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP.

PAUKERT, Felix. **Income distribution at different levels of development: A survey of evidence**. International Labor Review, v. 108, p. 97, 1973.

PECORA, A. R.; MENEZES-FILHO, N. A. **O papel da oferta e da demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 205-240, 2014.

PEÑA, Carlos R. et al. **A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família**. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 4, p. 889-913, 2015.

PINTO, Isabela Freire de Andrade. **Educação e desigualdade de renda no Brasil**. 2017. Tese de Doutorado.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human development report international cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world**. Nova York: Pnud, 2005.

PYATT, G.; CHEN, C. N.; FEI, J. **The Distribution of Income by Factor Components**. Quarterly Journal of Economics, v. 94, p. 451-473, 1980.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria L. **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 17 p. (Texto para Discussão, 803).

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - **Características do Emprego Formal. Ministério do Trabalho e Emprego, 2014**. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf>

ROCHA, Sonia. **O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997-2009)**. Revista Economia, v. 13, n. 3a, p. 629-645, 2012.

ROSTOW, Walt W. **The stages of economic growth**. The economic history review, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

SABOIA, João. **Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005—resultados de simulações**. Revista Econômica, v. 9, n. 2, 2007.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. **Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000**. Economia e Sociedade, v. 27, n. 1, p. 265-285, 2018.

SALATA, André R. **Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes?**. Latin American Research Review, v. 53, n. 1, 2018.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; DE OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 31, n. 3, p. 511-530, 2015.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80**. Indicadores Econômicos FEE, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SANTOS, Neville Julio de Vilasboas et al. **A desigualdade no “topo”: estratificação racial e o efeito da “cor” sobre os rendimentos de empregadores negros e brancos no Brasil**. p. 204. 2016. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, 2016

SCHULTZ, T. Paul. **Secular Trends and Cyclical Behavior of Income Distribution in the United States: 1944–1965**. In: SOLTOW, Lee (ed.). **Six Papers on the Size Distribution of Wealth and Income**. New York: Columbia University Press, 1969. cap. 3, p. 75-106. E-book.

SCORZAFAVE, Luiz G.; MENEZES-FILHO, Naércio A. **Impacto da participação das mulheres na evolução da distribuição de renda do trabalho no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 35, n. 2, 2005.

SERRANO, F. & SUMMA, R. **Demanda agregada e a desaceleração da economia brasileira de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research (CEPR). Washington, DC. Agosto, 2015.

SILVA, D. I. da. **Impactos dos programas de transferência de renda Benefício de Prestação Continuada(BPC) e Bolsa Família sobre a economia brasileira:Uma análise de equilíbrio geral.** (Tese de mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq/USP, Piracicaba – São Paulo), 2014.

SILVA, José G. da. **Mas, qual reforma agrária?.** Reforma Agrária, Campinas, v. 17, n. 1, p. 11-60, 1987.

SILVEIRA, F. G., CAMPOLINA, B. & VAN HORN, R. (2013). Impactos do Programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. In: CAMPELLO, T. e NERI, M. C.(Org.): **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania** (pp. 305–325). Brasília:Instituto de Pesquisa EconômicaAplicada(IPEA), 2013.

SIMÃO, A. R. A. **Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: Efeitos sobre a expansão do Emprego formal no período 1999-2007.** Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, Brasília, v. 39, p. 19-26, 2009.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2002.** 9. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1979. 180 p.

SOARES, J. F. **Educação, desigualdade e pobreza.** In: EITLER, K.; BRANDÃO, A. P. (orgs.) **Por que pobreza?.**Educação e desigualdade. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014

SOARES. S. S. D. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.** Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006.

SOUEN, Jacqueline Aslan; CAMPOS, Guilherme Caldas de S.; **Da Euforia ao Retrocesso: O Comportamento do Emprego Formal no Brasil no Período Recente.** Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 28, n. 1 (51), 2017.

SOUEN, Jacqueline Aslan. **A política do salário mínimo no Governo Lula.** (Dissertação de Mestrado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – SP UNICAMP, Campinas, 2013.

SOUEN, Jacqueline Aslan. **A evolução do emprego formal no crescimento com inclusão social, 2003-2013.** (Tese de doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – SP UNICAMP, Campinas, 2018.

SOUZA CAMPOS, G. C. **A evolução dos salários do emprego formal no Brasil (2003-2013).** Revista da ABET (Online), v. 14, p. 220-240, 2015

SOUZA CAMPOS, G. C. **O Emprego Formal no Brasil dos anos 2000: Um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013).** Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – SP UNICAMP, Campinas, 2016.

SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M. **Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no Brasil.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 5-28, 2013

SOUZA, Pedro H. G. F; MEDEIROS, Marcelo. **Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012**. Sociologies in Dialogue, v. 1, n. 1, 2015.

SOUZA, Pedro H. G. F; MEDEIROS, Marcelo. **Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 43, n. 1, p. 05-28, 2013.

TAFNER, P. Seguridade e Previdência: Conceitos Fundamentais. In: Tafner, P. e F. Giambiagi (ed.), **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. Rio de Janeiro: Ipea, cap.1, p. 29-63, 2007.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. Economia e sociedade, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

TESOURO NACIONAL. **Gasto social do Governo Central 2002 a 2015**. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:33463

ZYLBERSTAJN, E. **Três ensaios sobre o mercado de trabalho no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.